



Caminhos para a mudança

O Imaflora e as transformações socioambientais na floresta e no campo

 imaflora

Caminhos para a mudança

O Imaflora e as transformações socioambientais na floresta e no campo



Realização:
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

Redação e edição:
Sérgio Adeodato

Colaboração/pesquisa:
Martha San Juan França

Revisão gramatical:
Luiz Francisco Alves Senne

Projeto gráfico e direção de arte:
Walkyria Garotti

Fotografias:
Acervo Imaflora*

Tratamento de imagem:
Momédio Nascimento

Produção gráfica:
Aline Guimarães

Impressão:
D'Lippi Print

*As fotografias utilizadas nesta publicação fazem parte do acervo Imaflora e têm a finalidade de ilustrar os processos e de promover as comunidades e as propriedades certificadas.



Ficha catalográfica

Caminhos para a mudança / Sérgio Adeodato – Piracicaba, SP: Imaflora, 2009. 152 p.

ISBN: 978-85-98081-28-1

1. Certificação. 2. Brasil – Floresta. 3. Biodiversidade. 4. Meio ambiente. 5. Agricultura. I. Caminhos para a mudança.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do direito autoral.



O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agrícola.

Conselho Diretor:
Adalberto Veríssimo
André Villas-Bôas
Fabio Albuquerque
Marcelo Paixão
Maria Zulmira de Souza
Marilena Lazzarini
Sérgio A. P. Esteves
Sílvio Gomes de Almeida

Conselho Consultivo:
Célia Cruz
Mário Mantovani
Richard Donovan
Samuel Giordano
Rubens Mendonça

Conselho Fiscal:
Adauto Tadeu Basílio
Erika Bechara
Rubens Mazon

Secretaria Executiva:
Luís Fernando Guedes Pinto
Lineu Siqueira Júnior

Comunicação:
Priscila Mantelatto
Simoni Picirili

Estrada Chico Mendes, 185 | Caixa postal 411 | Cep: 13400 970 | Piracicaba/SP – Brasil
Tel/Fax: (19) 3414 4015 | imaflora@imaflora.org.br | www.imaflora.org.br

Caminhos para a mudança

O Imaflora e as transformações socioambientais na floresta e no campo



Uma história de transformações

Os caminhos rumo ao Desenvolvimento Sustentável têm sido construídos enquanto a humanidade permanece convivendo com a pobreza, a fome, as guerras e a degradação de nossos recursos naturais. Cada vez é mais evidente a necessidade de mudanças no nosso planeta e civilização, mas durante as últimas décadas percebemos que não há fórmulas prontas para a superação das questões socioambientais. Embora seja necessário pensar em estratégias globais, as mudanças ocorrem localmente, para cada indivíduo e seus coletivos. Cada situação é única, e somente a contemplação dos interesses e o compromisso dos atores envolvidos com aquela realidade podem conduzir a mudanças duradouras. Portanto, Desenvolvimento Sustentável pressupõe pluralidade, diálogo, negociação, acordos, inovação, empreendedorismo e arrojo para correr riscos.

Estas foram algumas das premissas que pautaram a fundação do IMAFLORA em 1995 e que continuam norteando a nossa estratégia e as nossas ações. Este livro procura sistematizar a nossa lógica institucional e a nossa forma de agir, baseada em casos concretos, narrados de maneira leve e jornalística. É uma armadilha para levá-lo (leitora e leitor) a conhecer a realidade das mudanças e da construção das soluções. Desejo que estas histórias, tão recentes, limitadas e imperfeitas, o inspirem, provoquem a sua curiosidade e o levem a se engajar e a amplificar os efeitos da nossa missão. Boa leitura!

Luís Fernando Guedes Pinto
Secretário Executivo
1 de julho de 2009

Índice

1	Começo de um aprendizado Nasce o Imaflora para promover o bom uso dos recursos naturais	8
2	Manejando a floresta nativa Como induzir práticas sustentáveis no corte de madeira	40
3	Vida nova nas comunidades O esforço por melhores práticas entre pequenos produtores	60
4	Ganhos nos plantios florestais Ações para o convívio entre florestas plantadas e ecossistemas naturais	80
5	Mudança de rota no campo A experiência de promover ganhos socioambientais na agricultura	98
6	Muito além da certificação Das políticas públicas ao consumo responsável	118
7	Um acervo para o futuro Acervo de conhecimento para enfrentar o aquecimento global	132



Começo de um aprendizado

A pré-história e os primeiros passos do Imaflora na promoção do uso responsável dos recursos naturais

Estrada Chico Mendes, 185. Estamos no bairro Sertãozinho, Piracicaba, interior de São Paulo. Os detalhes da arquitetura chamam atenção neste endereço que tem o nome inspirado no líder seringueiro ícone da proteção da floresta e da justiça social na Amazônia.

Construído com 145 m³ de madeira nobre, extraídos da natureza por comunidades amazônicas mediante métodos de baixo impacto que mantêm a floresta em pé, o prédio é o centro de operações para mudanças na produção florestal e agrícola. Captação de água da chuva para irrigar jardins plantados com espécies nativas; banheiro seco e composteira que transformam resíduos em adubo – as instalações seguem o conceito ecologicamente correto. E são caprichadas, tecnologicamente bem equipadas. Acolhem 38 funcionários, atores de uma história, uma batalha na qual a trincheira é a floresta, o campo. Nos escritórios, salas de treinamento e corredores de poucas portas e paredes fechadas, três palavras soam como lema: experimentar, aprender e transformar. O objetivo é um só: promover no século XXI uma nova cultura para o uso do solo e o aproveitamento econômico dos recursos naturais.

O cenário envolve a produção de madeira, óleos e outras riquezas das florestas, o cultivo de alimentos, a geração de energia limpa, a captura de carbono contra o aquecimento global. Da adequação socioambiental de empreendimentos florestais e agrícolas à qualificação de comunidades e produtores familiares, a perspectiva é de um futuro mais justo e sustentável. Pretende-se contribuir para a conservação dos recursos naturais, para a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores e para a geração de benefícios sociais. O motor principal é a certificação socioambiental – as mudanças embutidas no selo que assegura a origem de serviços e produtos para um mercado cada vez mais

consciente e mobilizado a fazer a sua parte visando um planeta mais saudável.

É uma visão moderna para um conceito que nasceu há mais de duas décadas a partir de um trabalho histórico: o relatório “Nosso Futuro Comum”, o primeiro das Nações Unidas dedicado ao estudo de como conciliar desenvolvimento e meio ambiente.

“Os vínculos entre pobreza, desigualdade e deterioração ambiental foram os principais temas em nossas análises e recomendações (...) Juntos, deveríamos esquadrihar o mundo para abordar as preocupações mundiais e nosso futuro comum (...) Eram necessárias grandes mudanças, tanto de atitude quanto na forma em que nossas sociedades são organizadas (...) Resolvi aceitar o desafio de encarar o futuro e proteger os interesses das gerações vindouras (...) Se não conseguirmos transmitir nossa mensagem de urgência aos pais e administradores de hoje, arriscamo-nos a comprometer o direito fundamental de nossas crianças a um meio ambiente saudável, que promova a vida. Se não conseguirmos traduzir nossas palavras numa linguagem capaz de tocar os corações e as mentes de jovens e idosos, não seremos capazes de empreender as amplas mudanças sociais necessárias à correção do curso do desenvolvimento”

(Gro Harlem Brundtland, presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Oslo, Noruega, 20 de março de 1987).

O depoimento é emblemático. Contidos no prefácio do relatório, os dizeres sintetizam a preocupação global que ganha força renovada no século XXI diante das urgências ambientais e sociais do planeta. “A no-

ção de desenvolvimento sustentável é um convite à revisão de modelos existentes, seja de produção, seja de consumo. Empresas estão desabrindo que a sustentabilidade ajuda a ser mais competitivo e significa o futuro de seus negócios”, afirmou a ex-primeira-ministra da Noruega, ao analisar anos depois os efeitos dos conceitos de vanguarda lançados no mundo pela chamada Comissão Brundtland, entre 1983 e 1987.

O modelo mobilizou governos. Inspirou empresas e organizações não-governamentais, a exemplo do Imaflora, criado em 1995 com a missão de incentivar mudanças nos setores florestal e agrícola, visando a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de benefícios sociais. Nessa perspectiva, construiu-se um modelo próprio de ação, marco brasileiro da busca por caminhos para corrigir os rumos degradantes do planeta e colocar em prática o desenvolvimento visto sob uma nova óptica. Uma história que envolve romper padrões, inovar e articular parceiros e sociedade civil a partir de habilidades que diferenciaram a instituição desde quando engatinhava.

Surgia um desafio para fazer frente à devastação que explodia

A raiz de sua história está nos anos 80. Na chamada “Década do Fogo”, aumentava a pressão internacional pela conservação dos recursos florestais. A Amazônia ganhava destaque na imprensa pela constatação de que o Brasil vinha dando fim à maior floresta tropical do planeta, a uma média anual variando entre 1,2 milhão e 2,5 milhões de hectares. Na Indonésia, a fumaça provocada por grandes incêndios relacionados à abertura de terras para agricultura denunciava o desmatamento de cerca de 1,7 milhão de hectares por ano. A derrubada da floresta tropical no Congo, a segunda maior do planeta, destruiu o alimento, o abrigo e o sustento das populações tradicionais. Em todo o mundo, as imagens de tratores arrastando árvores centenárias com

correntes, toras de madeira empilhadas nas carrocerias de caminhões e nos pátios das serrarias ou descendo rios em barças causavam impacto na população mundial. Estarreciam organizações ambientalistas que se organizavam tendo como pano de fundo as críticas à sociedade industrial e aos danos ao meio ambiente e à qualidade de vida por conta da exploração ilimitada dos recursos naturais.

Fazia sentido nesse contexto reduzir a demanda para os produtos florestais e, com isso, a pressão sobre os ecossistemas tropicais. Nesse mesmo período, também se realizavam campanhas contra o corte raso de grandes áreas de florestas temperadas e boreais. Entre os focos das ações, destacavam-se as extensas áreas de florestas temperadas do Canadá e os remanescentes de vegetação nativa do noroeste dos Estados Unidos, explorados para abastecer indústrias. Na Europa, principalmente na Escandinávia, também cresciam as críticas contra sistemas convencionais de produção florestal que causavam impactos ambientais e sociais, ameaçando a sustentabilidade daquela fonte de recursos.

Como resultado, mediante mobilização de grandes organizações ambientalistas, a Europa iniciou um boicote aos produtos extraídos de florestas tropicais. Em 1992, mais de 30 prefeituras na Inglaterra, cerca de 200 cidades na Alemanha e mais da metade dos municípios holandeses tinham banido o uso de madeiras tropicais. Mas o boicote teve pouca influência sobre o ritmo do desmatamento. Logo percebeu-se que ações desse tipo desvalorizavam a floresta como opção produtiva e incentivavam a sua substituição por outras atividades econômicas potencialmente impactantes, como a agricultura e a pecuária. Além disso, o boicote não fazia distinção entre a exploração ilegal e destrutiva e as iniciativas sérias que buscavam a sustentabilidade de suas operações florestais. Reduzir o consumo externo também não surtia o efeito desejado porque, no caso brasi-

leiro, grande parte da madeira extraída da Amazônia era consumida dentro do próprio país. Os mais prejudicados acabariam sendo as comunidades extrativistas, pois dependem da exploração econômica dos produtos florestais para sobreviver.

O assunto tomou vulto após o assassinato do seringueiro Chico Mendes, em 1988, que teve intensa repercussão internacional. O movimento extrativista lutava contra fazendeiros, madeireiros e grileiros de terra que ocupavam terras para desmatar. O episódio envolvendo a morte do líder seringueiro tornou evidente para o mundo o mito da Amazônia intocada, uma crença que acabou substituído pela visão de que a floresta poderia ser conservada com o uso apropriado de seus recursos, desde que submetida a boas práticas de manejo. A questão foi reforçada pela urgência de aliar crescimento econômico, qualidade de vida e conservação ambiental, divulgada um ano antes no relatório Nosso Futuro Comum.

O mercado premia os esforços a favor da natureza e do bem-estar humano

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, deu origem à Agenda 21, em que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser um compromisso assumido pela quase totalidade dos países. Fazia-se necessário desenvolver políticas, tecnologias e instrumentos – inclusive de mercado – para tornar a intenção em realidade prática. Para implementar os novos princípios no setor privado, o World Business Council for Sustainable Development introduziu o termo “ecoeficiência”, no qual o modelo de gestão pode auxiliar o alcance da sustentabilidade nos negócios, somando economia e ecologia.

O conceito foi endossado pela Rio-92. Mas, naquele encontro de chefes de Estado e suas delegações, a falta de consenso não permitiu

obter uma Convenção de Florestas, nos moldes da que foi aprovada na ocasião para a biodiversidade. Obteve-se, em seu lugar, uma Declaração de Princípios sobre Florestas, que consagrava a necessidade de promover sistemas e métodos de exploração dentro de princípios socioambientais. Embora sem a força de uma convenção, havia clima político favorável para que o movimento ambientalista – em lugar do boicote – apresentasse soluções seguras e adequadas ao desenvolvimento de uma prática nascente: o manejo florestal. Despontava um modelo para explorar madeira e demais recursos naturais sem esgotá-los, mediante métodos que reduzem impactos à biodiversidade e asseguram o bem-estar e o sustento das populações.

Logo surgiu o conceito de certificação como instrumento para atestar práticas adequadas de produção e promover o bom manejo florestal – um aval que garantia aos compradores a origem socioambiental das mercadorias. O embrião da ideia nasceu no final dos anos 80, na região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, quando artesãos, importadores e exportadores temiam perder mercado com a proposta inicial do boicote. Ao mesmo tempo, não queriam ser cúmplices da destruição da Amazônia. E iniciaram um movimento em busca de alternativas. A associação que os congregava, chamada WARP (Woodworkers Alliance for the Rainforest Protection), estabeleceu parceria com a organização não-governamental norte-americana Rainforest Alliance para promover as primeiras discussões destinadas a criar um sistema de certificação universal, com base em técnicas bem fundamentadas para identificar o bom e o mau produtor. Surgia a lista da madeira

A certificação nasceu como alternativa ao boicote contra a madeira tropical. Diferenciar os bons produtores passou a ser a lógica para conservar as florestas

boa, uma iniciativa que precisava definir critérios para a garantia da origem dos produtos.

Desse movimento nasceu o programa Smart Wood, desenvolvido pela Rainforest Alliance, reunindo os primeiros padrões práticos para verificação do manejo florestal. Não demorou e foi lançada no mundo uma série de selos de autocertificação para madeira, a maioria sem

O Brasil participou com destaque na criação dos princípios e normas do FSC, o maior sistema de certificação socioambiental do mundo

critérios confiáveis, até que organizações internacionais iniciaram o diálogo para a criação de um único sistema com força e credibilidade no mercado global, com base em princípios claros, capazes de serem auditados e monitorados por instituições independentes. Assim, em 1990, começava a ser desenhado o que viria a ser o FSC (Forest Stewardship Council) – hoje o maior

sistema de certificação florestal do mundo, incorporando de forma igualitária os interesses de grupos sociais, ambientais e econômicos, contando agora com mais de 600 membros afiliados em 44 países.

Um brasileiro acompanhou de perto esse processo de articulação: o professor Virgílio Viana, pesquisador da Esalq/USP que na época fazia pós-doutorado em Harvard, nos Estados Unidos. Reconhecido no meio científico, tinha frequente contato com o notório grupo de especialistas que concebia a nova instituição. Para fundamentar os preparativos e estabelecer os princípios que iriam norteá-la, foram realizadas em diversos países consultas a pesquisadores, organizações não-governamentais, fundações, sindicatos, indústrias e redes de varejo de produtos florestais. Viana foi indicado para conduzir as discussões no Brasil, no âmbito do Grupo de Trabalho das ONGs para Política Florestal. O trabalho de consultas públicas teve o apoio

de Tasso Azevedo, na época um jovem engenheiro florestal recém-formado. Ele conheceu na Ásia algumas das experiências pioneiras de manejo florestal no mundo. Além de seminários em São Paulo, Piracicaba, Belo Horizonte e Belém, a consulta consistiu no envio de questionários a mais de 300 instituições e representantes dos diferentes segmentos do setor florestal, como papel e celulose, siderurgia a carvão vegetal, serrarias e indústrias madeireiras.

“Foi um diálogo difícil, pois a maioria das ONGs e instituições acadêmicas não aceitava a participação das empresas com seus interesses econômicos, além de ser crítica ao manejo florestal e não acreditar em seus benefícios. Preferia-se manter as árvores intocadas até que a ciência chegasse a resultados mais conclusivos sobre a nova prática”, conta Viana. No outro lado do embate, acrescenta ele, “o setor privado criticava as ingerências de ambientalistas em questões de mercado”.

Vantagens econômicas para ser ético e explorar a natureza sem devastá-la

Não era comum na época organizações ambientalistas e empresas sentarem à mesma mesa, sequer para debater temas de interesse mútuo, como o desenvolvimento sustentável do planeta. Foi preciso romper barreiras para chegar a um consenso e levar propostas brasileiras que fizessem a diferença na assembleia geral de fundação do FSC. A reunião histórica aconteceu em 1993, em Toronto, no Canadá. “Naqueles dias gelados, as exposições foram tensas, porque existiam inúmeros interesses em conflito”, recorda-se Viana. Ele conta que enfrentou longas madrugadas em negociações para aprovar a proposta com uma fórmula que garantia a repartição equitativa de forças entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo no comando da instituição – o que era visto como essencial à sua independência.

A prática da certificação, conferida mediante rigorosos critérios

socioambientais bem aplicados em campo, tem como pano de fundo uma lógica de mercado: a recompensa econômica para os esforços e investimentos de quem usa a floresta de forma responsável. Desta maneira, o conceito de “bom manejo florestal” ganhou dimensão planetária e valorizou os produtos obtidos a partir dessas regras, reconhecidas internacionalmente. Ser ético tornava-se condição para ser lucrativo, ganhar força de venda e obter vantagens competitivas de longo prazo. O modelo incluiu também a certificação da cadeia produtiva, garantindo o rastreamento do produto certificado desde a sua extração na floresta, passando por todos os processos de manufatura até a venda ao consumidor final.

O padrão de normas foi construído como base em dez princípios gerais aprovados na assembleia de fundação do FSC, envolvendo 57 critérios mais específicos que remetem a questões legais, direitos indígenas e trabalhistas, impactos ambientais, relações com comunidades e conservação da biodiversidade, entre outros pontos. O trabalho de diagnósticos prévios e auditorias para avaliar a aplicação das normas pelos empreendimentos florestais candidatos ao selo ficou sob a responsabilidade de instituições certificadoras credenciadas e independentes.

Nasce o Imaflora. Surge o desafio de adaptar regras à realidade brasileira

De imediato, após a criação do FSC, instituições internacionais apresentaram-se para realizar essa tarefa. “Mas não fazia sentido sermos avaliados por estrangeiros que nem sempre conhecem a nossa realidade”, afirma Viana, lembrando como agiu para que o País desenvolvesse know-how próprio. Valendo-se da experiência e do prestígio na comunidade científica internacional, o pesquisador propôs uma parceria para criar uma organização não-governamental brasileira destinada a fazer a certificação no País, sob o “guarda-chuva” da

Rainforest Alliance, que havia sido credenciada pelo FSC como uma das entidades responsáveis pela aplicação do selo no mundo. Buscavam-se na ocasião caminhos para capacitar técnicos e desenvolver a certificação socioambiental nos países em desenvolvimento, onde está a maior parte das florestas tropicais do planeta.

No Brasil, o desmatamento da Amazônia atingia recordes históricos. Era março de 1995. Entrava em cena o Imaflora, tendo como palco a cidade de Piracicaba, interior paulista, onde se localiza a Esalq – celeiro de talentos na área de pesquisa florestal. “Compartilhei o projeto com os alunos do laboratório na universidade e consegui US\$ 10 mil do WARP para criar a instituição”, conta Viana, que ocupou a função de presidente do Conselho Diretor, integrado por pessoas com reconhecida experiência no cenário socioambiental, como André Villas-Bôas e Rubens Mendonça. O escritório funcionava inicialmente no porão da casa de Tasso Azevedo – um dos fundadores e primeiro secretário-executivo do Imaflora.

A instituição ganhava corpo. Em julho daquele primeiro ano de atividades, foi contratada a primeira funcionária, a secretária Margarete Bertochi. “Precisávamos azeitar a máquina e montar projetos iniciais, com os quais também receberíamos receita para investir na nossa infraestrutura”, conta Viana. Além do apoio financeiro inicial da Fundação Ford, o Imaflora foi contratado pelo Banco Mundial para o trabalho de consultoria destinado à criação do Programa Pró-Manejo para o financiamento da atividade na Amazônia. Uma das primeiras experiências de campo foi o mapeamento participativo para a exploração sustentável de uma área da Floresta Nacional do Tapajós. “A ousadia, que nos permitiu fazer processos inovadores, marcou a história do Imaflora desde o início”, ressalta Viana.

Destaque inicial das inovações, segundo ele, foi a construção de regras para o aproveitamento econômico da caixeta, espécie florestal



Trabalho do Imaflora foi pioneiro na produção de toras com selo socioambiental na Amazônia **[1]**, mediante critérios que conservam a biodiversidade **[3]**. A atual sede da instituição em Piracicaba (SP) foi construída com o uso de madeira nativa e plantada certificada **[2]**

No manejo florestal, o corte da madeira é realizado a partir de um plano previamente aprovado, tendo como base um inventário vegetal. O método preserva árvores como banco de sementes, garantindo o crescimento da floresta dentro de padrões saudáveis

da Mata Atlântica, usada na época para fabricar lápis e fazer artesanato. No mundo, foi o primeiro padrão regional de normas para espécies nativas. O projeto, depois replicado para exploração de castanha na Amazônia, serviu como balão de ensaio para o que se tornaria um dos mais importantes diferenciais do Imaflora: o domínio da tecnologia de construir normas socioambientais a partir da convergência de visões entre as várias partes interessadas. Com base no conhecimento técnico em manejo florestal e na experiência de articular esse diálogo, o Imaflora foi pivô no Grupo de Trabalho criado pelo FSC para adaptar as normas internacionais à realidade brasileira. O processo, do qual participaram os segmentos sociais, ambientais e empresariais, focou as duas atividades mais importantes no mercado: a exploração de madeira nativa da Amazônia e o plantio de florestas comerciais, principalmente no Sul e no Sudeste. Os padrões foram comparados aos de outros países para garantir qualidade e credibilidade, sendo por fim aprovados como regra internacional pelas instâncias decisórias do FSC.

A construção de um modo criterioso e participativo de trabalhar

Ao longo de sua história, o “como” trabalhar de forma a garantir transparência, credibilidade e eficiência teve peso especial na estratégia de ações do Imaflora. Métodos de atuação no campo e fora dele foram construídos na evolução do aprendizado. Para atestar a mensagem socioambiental de produtos e serviços, a certificação deve ser independente, tecnicamente consistente, não discriminatória e voluntária. Exige um *modus operandi*, no qual destacam-se o rigor no cumprimento das leis e o processo participativo, mediante consultas públicas prévias aos processos de auditoria. Todo esforço é realizado para que os empreendimentos certificados possam corrigir erros e rever condutas para seguir as normas, com melhorias progressivas e

contínuas. Caso as inadequações persistirem, o selo é cancelado. Ao longo da história, mais de duas dezenas de empreendimentos perderam a certificação. Para garantir a transparência dos processos, os resumos públicos dos projetos certificados estão obrigatoriamente disponíveis para consulta. A medida é resultado de uma moção que foi apresentada pelo Imaflora na assembleia do FSC e passou a vigorar em todo o mundo.

Mais que um acervo de resultados, a instituição tem hoje um manancial de conhecimento que a orienta no trabalho de promover o uso sustentável dos recursos naturais. “A criatividade e a seriedade completam esses atributos”, afirma Viana, ao lembrar que também o pragmatismo é uma marca registrada do trabalho. Muitas vezes não há como eliminar todos os impactos de uma atividade florestal. “É preciso ter o bom-senso de uma visão pragmática sobre o bom manejo, aquele que pode não ser sustentável em absolutamente todos os sentidos, mas promove a repartição de benefícios, usa menos agrotóxico, protege corredores de biodiversidade e zela pela segurança e bem-estar dos trabalhadores”, explica Viana.

O Imaflora assumiu um papel atípico para uma instituição não-governamental na época, capaz de unir diferenças, com alta qualificação técnica e trânsito nos setores empresarial, social e ambiental. Pensava a certificação como um catalisador de mudanças socioambientais e indutor de políticas públicas – e não como um simples *check list* de indicadores a serem auditados. “Conseguimos êxito, pois hoje o manejo florestal demonstra viabilidade na escala comercial e comunitária”, ressalta Viana. Mais que isso: “transformou-se em

O modelo do Imaflora abrange valores que vão além de números. A credibilidade da instituição contribui para a certificação atingir seus objetivos

questão de sobrevivência dos negócios”. Atualmente, empresas com operações internacionais são cobradas sobre seu desempenho em sustentabilidade e adequação de seus produtos a critérios reconhecidos em todo o mundo. É uma avaliação que ultrapassa planilhas com demonstrações patrimoniais e financeiras. A geração de valor tornou-se mais ampla, passando a envolver acionistas, fornecedores e clientes em geral em algo que vai além dos cifrões. Na condução dos negócios, a certificação socioambiental é um instrumento transformador, porque se faz em torno de valores e não unicamente de procedimentos.

O legado transformador das primeiras experiências de certificação na floresta gerou novas práticas hoje reconhecidas no mundo

res e clientes em geral em algo que vai além dos cifrões. Na condução dos negócios, a certificação socioambiental é um instrumento transformador, porque se faz em torno de valores e não unicamente de procedimentos.

Além de contribuir para melhorar a gestão e os resultados empresariais, o modo de trabalhar do Imaflora inclui tecnologia própria que proporcionou

uma nova cultura para o uso da floresta. Promoveu pactos, equidade de forças e novas atitudes no setor produtivo. Ao mesmo tempo, ao exigir o selo socioambiental, o mercado valorizou a floresta bem conservada, com benefícios para a biodiversidade.

“O sonho se concretiza”, completa Viana, olhando para trás no tempo em que quase nenhum conhecimento existia sobre o uso responsável da floresta. “Manejo florestal e certificação eram vistos como invenção de ambientalistas e agora fazem parte de programas de governo”, afirma Tasso Azevedo, citando como exemplo a concessão de florestas federais à exploração econômica sustentável por empresas.

O desenvolvimento do manejo florestal ocorreu no rastro das primeiras experiências de certificação socioambiental no Brasil, em 1997, conduzido pelo Imaflora. Foram exemplos emblemáticos.

Envolveram duas grandes empresas florestais interessadas em se diferenciar, aumentar a força comercial e ganhar espaços no mercado externo. Na floresta nativa da Amazônia, o pioneirismo é da empresa Mil Madeireira, subsidiária da multinacional suíça Precious Wood, instalada em Itacoatiara (AM) para extrair e beneficiar madeira tropical. No caso de plantações florestais, saiu na dianteira a Klabin em Telêmaco Borba (PR), ganhando o certificado para o plantio de pinus, araucária e eucalipto como matéria-prima de celulose para produção de papel.

“Ambas empreenderam mudanças importantes; foi um excelente campo de provas para o Imaflora, que montou equipes multidisciplinares bastante qualificadas para realizar as avaliações prévias e as primeiras auditorias da certificação”, recorda-se Azevedo. Eram iniciativas com ótimas chances de êxito por conta da seriedade das empresas, com potencial de ser referência para o resto do mercado. O Imaflora tinha consciência do grande desafio, quando projetos na floresta nativa da Amazônia e de plantios comerciais de eucalipto ainda estavam cercados de dúvidas sobre seus impactos. “Nada podia dar errado”, diz Azevedo.

A Mil Madeireira chegou à Amazônia em 1994 com o objetivo de explorar madeira com baixo impacto nos trópicos – projeto impulsionado pelo relacionamento em outros países entre a matriz da empresa e a Rainforest Alliance. Após cuidadoso processo de pré-avaliação, realizado pelo Imaflora em 1996, o empreendimento recebeu uma lista de ajustes necessários à certificação. Antes desperdiçados e despejados inadequadamente em área de preservação permanente, restos de madeira gerados nas operações florestais ganharam uma finalidade nobre. Passaram a abastecer uma usina térmica para gerar energia elétrica distribuída para a cidade de Itacoatiara, provando que um problema pode se transformar em solução e em novo negócio.

No campo social, os auditores exigiram a regularização fundiária, medida que reduziu conflitos comuns desde quando a empresa chegou à região e os técnicos quase foram expulsos por ribeirinhos temerosos de perder as terras. No processo de certificação, mediante acordo com o Instituto de Terras do Amazonas, a madeireira reconheceu a titularidade de áreas para regularizar a situação de 10 comunidades. Entre os cuidados para diminuir impactos ao ecossistema, o trabalho foi além das medidas exigidas nas auditorias. A empresa aplicou tecnologias de manejo alternativas, como o “sistema cellus”, no qual os tratores puxam as toras de madeira com um cabo de aço até a área de arraste. Assim, as máquinas não chegam ao pé das árvores, evitando destruir a vegetação do entorno. Esse e outros experimentos que se sucederam nos projetos de certificação contribuíram para que o manejo florestal fosse melhor entendido e aprimorado. Os resultados até o momento demonstraram viabilidade para conservar a floresta e gerar benefícios sociais. No entanto, são necessários estudos continuados. Uma avaliação mais completa e conclusiva sobre os efeitos para a biodiversidade será possível quando as primeiras experiências terminarem o ciclo completo do manejo, em torno de 30 anos.

Plantios florestais se engajam nas práticas de respeito ao meio ambiente e trabalhadores

No Paraná, o trabalho realizado pelo Imaflora na Klabin constituiu um marco na história da certificação socioambiental no Brasil e no mundo. O “como” agir fez toda a diferença para conciliar conflitos e apresentar caminhos sustentáveis para uma atividade florestal – o plantio homogêneo de pinus e eucalipto – vista como vilã da natureza por setores ambientalistas e movimentos sociais. A forte ligação com pesquisadores da Esalq, referência científica no setor, foi decisiva

para a empresa escolher a instituição certificadora. “Na avaliação preliminar, em 1996, durante duas semanas uma robusta equipe de 11 profissionais gabaritados produziu relatórios que eram verdadeiros tratados científicos”, conta Lineu Siqueira, gerente de certificação e secretário-executivo adjunto do Imaflora.

“Acreditávamos nesse modelo e todo cuidado era pouco, porque a continuidade do processo dependeria do sucesso inicial.” Ele conta que a “vontade de acertar era grande”, mas existia uma dificuldade natural para a interpretação das regras gerais do FSC, que precisavam ser traduzidas em práticas viáveis para aplicação no campo. O consenso, tanto em questões técnicas como conceituais, não foi fácil. “Foram os dias mais longos da minha vida; os debates entravam madrugada adentro”, recorda-se Siqueira. Ele lembra detalhes bem-humorados desse embate, como a empolgação de um especialista norte-americano com o rápido crescimento do pinus no trópico brasileiro. Convidado a participar da equipe por sua experiência em silvicultura, mostrou-se ferrenho defensor dos plantios. “Na avaliação final do empreendimento, a maioria do grupo tinha ressalvas, mas ele atribuiu euforicamente nota máxima ao que observou no campo”, conta Siqueira. “Não queríamos avaliar o projeto como estado da arte, porque isso significava não existir necessidade de mudanças.” No consenso, acabou prevalecendo uma avaliação intermediária, com ajustes necessários para adequar a empresa às normas socioambientais (leia no capítulo 4).

Nesta experiência inicial, o Imaflora defrontou-se com um trabalho que veio a se tornar uma de suas marcas registradas: a articulação de todos os atores ligados às causas da certificação, incluindo sindicatos de trabalhadores rurais e obras sociais. Críticas e conflitos amainaram após as auditorias. Todos – empresa, trabalhadores, entidades sociais – perceberam os benefícios das mudanças, o que possibilitou

um ambiente propício a novos avanços. Após a avaliação prévia do Imaflora, a Klabin submeteu-se a um rigoroso processo de auditorias para finalmente, em 1998, receber o selo do FSC destinado ao manejo de suas florestas. Anos mais tarde, em 2005, a empresa alcançou a certificação também das unidades industriais, envolvendo toda a linha derivada da celulose até a fabricação de papéis. Em paralelo, desenvolvia-se em Telêmaco Borba um polo de indústrias madeireiras certificadas abastecidas com a matéria-prima daquelas florestas.

Na época, aumentava a pressão dos compradores mundiais por madeira e papel obtidos dentro de critérios socioambientais. “Mais que um sonho, a certificação passou a ser ferramenta de mercado, capaz de agregar valor para a conquista de espaços de venda”, afirma Siqueira. O trabalho na Klabin tornou-se modelo, aumentou o reconhecimento nacional e internacional do Imaflora e o credenciou como instituição qualificada para fazer cumprir os preceitos da certificação. O êxito movimentou o mercado, estimulando outras indústrias a adotar novas práticas e conquistar o selo socioambiental.

Cuidados socioambientais chegam aos cultivos agrícolas

A experiência inicial balizou o trabalho desenvolvido pela instituição nos anos seguintes – atuação impulsionada por um novo desafio: promover mudanças na agricultura. No mundo, a preocupação socioambiental, até então restrita ao setor florestal, chegava à agricultura, que rompia fronteiras para atender à demanda de alimentos e esbarrava nos dilemas sobre a sustentabilidade do planeta. O Imaflora antecipou-se dez anos antes a isso. A expansão dos cultivos sem critérios aumentava o desmatamento e ameaçava a biodiversidade e a qualidade de vida no campo. Produzir mais e melhor, com menor impacto aos solos e à água, tornou-se indispen-

sável para preservar o ambiente em boas condições para alimentar a população mundial no futuro.

Os princípios socioambientais para a agricultura e as normas que garantem a sua prática foram desenvolvidos a partir de 1991. O processo inicial envolveu importantes atores na América Latina, culminando na certificação das primeiras plantações de banana, em 1994. Hoje a Chiquita Banana é produzida por 119 fazendas certificadas com o selo Rainforest Alliance Certified, com grande redução de agroquímicos e benefícios sociais para mais de 20 mil trabalhadores. É destaque na história da certificação agrícola, que teve como marco principal a criação da RAS (Rede de Agricultura Sustentável). A organização é mantida por entidades sem fins lucrativos de oito países latino-americanos e tem o Imaflora como um de seus sócio-fundadores. Voltada para a promoção de mudanças socioambientais na agricultura tropical, a rede ganhou nova estrutura e força em 2005. Naquele ano, conclui-se um processo de consultas públicas nos diferentes países para revisar, unificar e ampliar as normas, incluindo novos princípios sobre saúde e segurança ocupacional e tratamento justo e correto aos trabalhadores.

No Brasil, o Imaflora deu os primeiros passos na área agrícola em 1996. Após dois anos de consultas públicas, oficinas e testes de campo, desenvolveu um padrão de normas destinadas ao setor sucroalcooleiro. As perspectivas da cana-de-açúcar despontavam com projeto do governo de retomar o programa Pró-Álcool – o que acabou não acontecendo. Mais recentemente, por conta das promessas dos biocombustíveis, o trabalho para a certificação dos canaviais foi re-

“Mais que um sonho, o selo para celulose e papel mudou condutas, mobilizou indústrias e ganhou força como instrumento de mercado”

cuperado pela instituição, com a ampliação das normas da RAS para cobrir essa e outras culturas agrícolas (leia no capítulo 7).

Embora a cana-de-açúcar tenha inspirado inicialmente o trabalho no Imaflora com a certificação agrícola, a aplicação do modelo no campo se desenvolveu nos cultivos de café. Plantado por séculos sem preocupações com o meio ambiente e em regime de trabalho pouco dignificante, o produto brasileiro precisou de transformações para conquistar espaços nobres no mercado, cada vez mais exigente quanto à origem socioambiental desse que é um dos alimentos mais apreciados e consumidos no mundo.

O exemplo das transformações nos cafezais brasileiros

O marco histórico foi o pioneirismo da empresa Daterra, localizada no cerrado mineiro, no município de Patrocínio (MG). “O presidente do Grupo D’Pascoal, proprietário da fazenda, buscava o diferencial do selo para o café brasileiro e visitou em Nova York a entidade que fazia a certificação do produto no exterior”, conta Leopoldo Santana, da Daterra. A partir dessa iniciativa, o Imaflora iniciou o processo para implantar o modelo nos cafezais do Brasil. Foram necessárias adaptações, pois as normas em vigor lá fora tinham sido elaboradas para o café plantado na sombra de árvores, como ocorre na América Central. Em nosso país, os cultivos produzem sob o sol.

Mediante o trabalho do Imaflora, as regras foram ajustadas aos cultivos no Brasil. Em 2003, a fazenda Daterra tornou-se a primeira do País a ganhar o selo, abrindo rumos para uma possível cafeicultura brasileira mais responsável. O processo representou uma mudança de cultura. Além de reforçar as medidas de conservação da vegetação nativa do cerrado, as regras contribuíram para reduzir o uso de agroquímicos e valorizar o capital humano, tratando com

dignidade e respeito os trabalhadores e as comunidades do entorno. São resultados que dependem em grande parte da experiência, da capacidade de articulação e da eficiência dos métodos empreendidos pela instituição certificadora, também atenta à conservação da biodiversidade.

A Daterra protege a metade de seus 6.500 hectares como reserva legal de cerrado. Na área restante, mantém os plantios que produzem por ano em torno de 75 mil sacas de café – 95% para exportação. A certificação agregou valor e permitiu o crescimento no mercado de cafés especiais, importante nicho hoje disputado pelas fazendas. “Tudo começou porque voluntariamente buscamos um diferencial que ainda não existia no País e abrimos a porteira como campo de provas”, diz Santana. O conceito se multiplicou em outras propriedades. “Jamais imaginávamos essa grande corrente”, afirma o agrônomo. Ele conclui: “A certificação contribuiu para administrar melhor e engrandeceu a empresa e sua visão de sustentabilidade”.

Nos anos seguintes, o Imaflora integrou-se ao esforço de garantir a origem socioambiental do café em toda a cadeia de produção, dos cultivos à xícara. Dessa maneira, o selo passou a estampar bebidas preparadas nas mais conceituadas redes de cafeterias no mundo. A tendência é de crescimento contínuo, com reflexos para o desenvolvimento da certificação de outros alimentos de largo consumo, como o cacau dos chocolates, o suco de laranja e o chá (leia no capítulo 5).

A agricultura tornou-se um promissor campo para a aplicação dos princípios socioambientais no Brasil, fruto de um aprendizado adquirido pelo Imaflora inicialmente na floresta. Também nos cultivos, a instituição mantém o peculiar modo de agir que garante seriedade e credibilidade, dentro de um modelo transparente e participativo. É um caminho que gera reflexões em favor de uma vida digna e de um planeta saudável. Trata-se de um padrão de qualidade, garan-

tido por um programa de capacitação profissional que confere aos técnicos da instituição um reconhecido diferencial no mercado. Trata-se de uma equipe jovem, diversa, dotada de uma visão holística, atuando sob a luz de um conselho diretor – orientador e estratégico.

Os técnicos veem a certificação não como um fim, mas um meio de promoção social e uso sustentável dos recursos naturais. É um

Capacitação profissional garante a eficácia das auditorias para a aplicação das normas e mais benefícios para a natureza e os trabalhadores

instrumento de transformações com poder de influenciar as práticas no campo e na floresta, o comportamento do mercado, as decisões de governo, a cultura e as condições de vida da população. Não caminha sozinho. Para aumentar a escala de aplicação e tornar-se mais conhecida, valorizada e aperfeiçoada, a ferramenta precisa de ações paralelas de apoio. Com o

objetivo de criar um ambiente favorável ao manejo florestal e à certificação, o Imaflora desenvolve atividades para subsidiar políticas de governo – seja na formatação de programas de incentivo e crédito à exploração florestal, seja na criação de novas unidades de conservação de uso sustentável. Nessa tarefa, a instituição possui como trunfo a prática de campo, o convívio com a realidade comunitária e a visão de quem lida com o setor produtivo.

O conjunto de experiências dá respaldo à sua posição tradicionalmente crítica. “É um trabalho que se diferencia pela sensibilidade socioambiental”, avalia Kátia Maia, da Oxfam, organização internacional parceira do Imaflora nas causas sociais. São elementos, segundo ela, não convencionais entre as organizações ambientalistas e constituem importante insumo ao debate da política florestal brasileira. O tema é complexo. “Deve ser tratado adequadamente, para

que o conceito da certificação como instrumento de mercado supere críticas do movimento social”, ressalva Kátia, ex-conselheira do Imaflora que participou de alguns processos de certificação e conhece bem o desafio. Segundo ela, o passivo socioambiental dos empreendimentos certificados – ou seja, os impactos causados por eles no passado – é motivo de dúvidas e questionamentos. “É preciso ouvir posições em contrário e manter a capacidade de diálogo com todos os setores”, afirma Kátia, lembrando que a certificação é voluntária e não pode substituir políticas públicas, mas apoiá-las.

Aprender com os erros faz parte da história do Imaflora e sua expansão de atividades. Em 1996, um ano após ser criada, a instituição tinha em sua espinha dorsal quatro programas: a certificação do manejo em mata nativa e plantios florestais, a certificação agrícola, a capacitação profissional e o apoio a políticas públicas. Faltava uma quinta iniciativa, a de unir as pontas da cadeia produtiva que envolve as mercadorias certificadas, fazendo com que sejam conhecidas e tenham a preferência dos consumidores para uso na rotina da vida diária. Destaque inicial foi a parceria com o Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia) e Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, em 1998, para constituir a Aliança para o Consumo Sustentável. O objetivo: promover o mercado e o consumo de produtos florestais de origem socioambiental. “Queríamos cobrir toda a cadeia de beneficiamento dos produtos e ampliar a abrangência do selo, antes restrito à produção florestal”, conta Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra.

Um ano depois, para sustentar tecnicamente o programa, as instituições da aliança produziram um estudo histórico: o relatório “Acertando o Alvo”, demonstrando que 86% da madeira extraída da Amazônia era consumida internamente no Brasil. Apenas os 14% restantes eram exportados. Como resultado, as pressões para o consu-

mo responsável, anteriormente concentradas no mercado externo, mudaram de perspectiva e recaíram sobre o País. Em 2000, foi criado um grupo nacional de compradores com forte representação da indústria de móveis e da construção civil. Brotava a semente de uma nova economia florestal, com sua potencialidade para a geração de emprego e renda e a conservação dos recursos naturais. No ano seguinte, um novo relatório – “Acertando o Alvo II” – concluiu que São Paulo, sobretudo a construção civil, era o maior consumidor da madeira nativa brasileira. Os diagnósticos induziram a mudanças: em 2003, centenas de madeireiros, organizações não-governamentais, governos e instituições financeiras elaboraram a Declaração de Belém – um pacto para novos rumos na exploração da floresta.

Na virada para o século XXI, eclodia no mundo o conceito de consumo sustentável, envolvendo a compra de produtos naturais obtidos por processos que não destroem o meio ambiente, a redução do

desperdício e a eficiência energética. Tratado como estratégia para valorizar a floresta e mantê-la conservada, extraíndo recursos dentro dos limites que a natureza pode repor, o assunto passou a fazer parte da agenda de grandes organizações ambientalistas mundiais. A partir delas, a preocupação chegou às esferas de governo, levando à adoção de políticas de incentivo para o comércio responsável.

A pressão internacional colocou as práticas de comércio justo e consciente também na política das corporações empresariais. Havia necessidade de promover o mercado, aproximar produtores e compradores e divulgar os produtos florestais extraídos com critérios socioambientais. Resultado dessa constatação é a Feira Brasil Certificado, que chegou em 2008 à sua terceira edição, comprovando a solidez do novo mercado. “Sem a experiência

“Sem a experiência do Imaflora, dificilmente existiria um comércio de produtos florestais sustentáveis como vemos hoje”

do Imaflora, dificilmente existiria um comércio de produtos sustentáveis como vemos hoje”, afirma Smeraldi. Fator importante nesse percurso foi o padrão interino de normas socioambientais para produtos não-madeireiros, criado pela entidade brasileira. “Mais que uma embaixada do FSC, a instituição alcançou autonomia e prestígio para fazer mudanças, tornando as regras estrangeiras aplicáveis à realidade brasileira.”

A autocritica é destaque no modelo de governança do Imaflora, aprimorado ao longo dos anos nos planos estratégicos e avaliações institucionais contínuas. Desde o começo de sua história, o Imaflora se configurou como uma instituição voltada para produzir transformações, tendo como principal fonte de recursos o trabalho com a certificação. “É reconhecida não pelo carimbo de um selo, mas pelo

Crescimento da certificação do manejo e da cadeia produtiva no Imaflora



Marcos de uma história em evolução



1993

Um ano após a ECO 92, é realizada no Canadá a assembleia de criação do FSC – Conselho de Manejo Florestal. O conceito de certificação ganha um modelo reconhecido internacionalmente



1995

Nasce o Imaflora, em Piracicaba (SP), com a tarefa de promover transformações sociambientais no uso dos recursos naturais

1996

Elaboração do mapeamento participativo de parte da Floresta Nacional do Tapajós, no Pará. Primeiro programa de capacitação em certificação florestal FSC



1997

Primeira certificação de manejo florestal na Amazônia, da empresa Madeireira Mil



1998

Empresa Klabin no Paraná recebe o selo FSC para plantios florestais. Conclusão do primeiro padrão nacional para avaliar, monitorar e certificar a agricultura, desenvolvido para o setor sucroalcooleiro. Planejamento participativo do uso da terra no município de Boa Vista do Ramos/AM

1999

Fundação da Rede de Agricultura Sustentável (Sustainable Agriculture Network)

2000
Lançamento do relatório "Acertando o Alvo", fruto da parceria com o Imazon e Amigos da Terra – Amazônia Brasileira na constituição da Aliança para o Consumo Sustentável

2009



Entra em vigor o adendo ao padrão de normas para a certificação da cana-de-açúcar da RAS, desenvolvido mediante o trabalho de consultas públicas do Imaflora. A instituição realiza a primeira verificação de projeto de carbono. Publicação de um dos primeiros estudos do mundo de avaliação independente do impacto da certificação socioambiental



2008

Certificação de grupos de produtores familiares e empresariais de chá na Argentina

2006

Primeiro projeto de cooperação Sul-Sul para o trabalho da certificação socioambiental na República dos Camarões, África. Organização de consultas públicas para a criação das Florestas Estaduais no norte do Pará

2004

Realização da I Feira Brasil Certificado, com a aproximação entre produtores e compradores de produtos florestais



2003

Conclusão da Agenda 21 da Vila Manaus, em Boa Vista do Ramos, Amazonas. Começa a certificação agrícola no Brasil, com a conquista do selo pela empresa de café Datterra



2002

Seringal Cachoeira e Porto Dias, no Acre, são as primeiras comunidades amazônicas certificadas. Realização do Workshop de Produtos Florestais Não-madeireiros (PFNM's) na Indústria de Cosméticos e Fitoterápicos, na cidade de Alter do Chão, Pará.



Construção da sede própria do Imaflora, uma casa de madeira certificada



2001

Criação do FACES do Brasil

pacote de serviços e benefícios atrelados a isso”, ressalta Rubens Born, diretor da Vitae Civilis, organização não-governamental criada em 1989 para apoiar a sociedade civil nas ações de desenvolvimento sustentável. Ele tem antigo relacionamento com o Imaflora, do qual foi conselheiro por dez anos, além de ter participado do grupo de trabalho para criação do FSC Brasil e das primeiras iniciativas de

treinar comunidades amazônicas para a certificação socioambiental.

“Traduzir princípios em práticas de campo é uma especialidade de poucos”, afirma Born, lembrando que é essencial mostrar “o que” e “como” se faz de uma maneira que todos entendam, pois a certificação é uma atividade pública. “O Imaflora tem muito claro o seu papel de certificadora que faz auditoria

– e não consultoria – e isso é uma ciência”, completa Born, também coordenador do Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas do Fórum Nacional de ONGs. Em sua opinião, trata-se de um aprendizado que amadureceu e colocou o tema da certificação em evidência. As parcerias são estratégicas, porque nessa trilha de mudanças não se caminha sozinho. Durante seus primeiros 14 anos, o Imaflora construiu um amplo acervo de conhecimento, resultado do significativo número e diversidade de empreendimentos florestais e agrícolas submetidos aos processos de auditoria, sem contar a cadeia produtiva dos produtos certificados. “É um processo de desenvolvimento permanente, no qual novos desafios estão por vir”, explica. Um deles é aliar a certificação socioambiental a temas emergentes como as mudanças climáticas, a captura de carbono e a produção de biocombustíveis dentro de uma nova matriz energética mundial (leia no

capítulo 7). Esses e outros aspectos, como expandir práticas sustentáveis em assentamentos rurais e pequenas propriedades, sinalizam o futuro para o Imaflora. Será um caminho trilhado com a bagagem da experiência e do pioneirismo – uma história de erros e acertos, ajustes, mudanças de rota e conquistas.

O desmatamento colocou o tema da certificação em evidência. Agora é preciso enfrentar questões emergentes, como o aquecimento global

Manejando a floresta nativa



O valor da experiência de campo para a exploração da madeira com critérios sociais e ambientais

De Rio Branco, no Acre, percorremos 102 km na BR 364 até cruzar com o Ramal da Fátima, estrada secundária de barro que serpenteia uma densa floresta. O caminho passa por assentamentos rurais em paisagem tipicamente amazônica, no município de Sena Madureira. Após 22 km, a placa informa o trabalho conduzido no local: “Plano de manejo florestal sustentável – Propriedade: Fazenda São Jorge I. Proprietário: Laminados Triunfo Ltda”. Estacionamos o carro à frente de um galpão, onde também funciona o refeitório dos operários. Uma lousa com anotações e mapas fixados na parede parecem indicar rotas para um tesouro. Lá os auditores do Imaflora, em conjunto com os técnicos da fazenda, traçam a estratégia para adentrar as áreas de exploração de madeira. Pegam-se os capacetes; afiam-se os facões. A bordo de um veículo tracionado, partimos para o interior da mata. Objetivo: observar o corte de árvores para aproveitamento da madeira, verificando a maneira como são derrubadas pelos trabalhadores, e inspecionar o transporte e o armazenamento das toras, entre os cuidados especiais exigidos de uma empresa florestal com selo socioambiental do FSC.

Tínhamos como plano vivenciar a rotina de quem explora e zela pela floresta – o dia a dia dos procedimentos de campo em torno da certificação. Tomamos o lugar como foco para conhecer cuidados que se multiplicam em outras propriedades da Amazônia que almejam vantagens no mercado internacional. Garantir boas condições à natureza e sua gente é também estratégia para sustentar os negócios no futuro. Em maio de 2009, o Imaflora tinha em carteira 14 empreendimentos com selo socioambiental em florestas naturais, na Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado.

No Acre, acompanhamos a equipe de auditores do Imaflora para entender como as práticas da certificação podem reduzir o des-

matamento e seus impactos globais, dando ao Brasil um novo status na conservação do meio ambiente. Temos o prestígio de abrigar a maior floresta natural do planeta, mas a devastação no País contribuiu com 42% da perda de cobertura florestal no mundo, entre 2000 e 2005, de acordo com dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Ao iniciar o roteiro na floresta acriana, tínhamos em mente esses números. E uma pergunta: em que medida a experiência brasileira em aferir o selo da certificação pode mudá-los?

Rotina sob sol e chuva para garantir a aplicação das normas socioambientais

Certificada pelo Imaflora em 2005, a Fazenda São Jorge I é submetida a auditorias anuais para que princípios e critérios de respeito ao meio ambiente e às populações sejam verificados em campo. Sob sol tórrido, partimos para campo com a equipe de auditores. Ao longo dos talhões, pátios na beira da estrada guardam a madeira recém-cortada que será recolhida pelos caminhões. Para encontrar o ponto exato da extração, seguimos pistas, como a marca deixada pelos pneus dos tratores. Logo ouvimos o barulho das motosserras. E chegamos até o trabalhador na hora exata que derruba um gigantesco jequitibá, marcado com uma plaqueta de metal nº 5309. Em segundos, a árvore desaba e cai no chão. Duas picadas na mata, abertas no sentido contrário à queda do tronco e dos galhos, servem como caminho de fuga para evitar acidentes. O cuidado mostra que as regras para exploração da madeira visando minimizar impactos estão sendo cumpridas. São detalhes que integram uma lista de procedimentos verificados em campo pelos auditores, habituados a cansativas caminhadas, pernoites em alojamentos improvisados e mosquitos, muitos mosquitos. Em outro ponto da floresta, desce-mos uma pirambeira de vegetação fechada para chegar próximo a

um riacho e confirmar se o corte das árvores é realizado conforme as normas, a uma distância mínima de 30 metros da água, mantendo intocável a Área de Preservação Permanente (APP).

Além de facões, machados, motosserras e outros apetrechos levados para campo, os trabalhadores da Fazenda São Jorge I usam um equipamento cada dia mais rotineiro e importante no manejo florestal: o GPS (Global Position System), que localiza as árvores previamente planejadas para exploração. O aparelho é alimentado com informações georreferenciadas por satélite sobre a floresta, obtidas a partir do inventário das espécies de interesse para o corte. Um sistema de computador processa dados como quantidade e medidas das toras, estoques e árvores preservadas para futuras colheitas. E possibilita maior controle do processo, planejando o corte de modo a permitir a regeneração da floresta. Além disso, o método permite saber exatamente de onde vem a madeira – ou seja, facilita o seu rastreamento em toda a cadeia, desde a extração até o uso industrial. Ao clicar sobre alguma árvore no mapa digital, por exemplo, o sistema abre uma janela contendo um banco de dados sobre aquele exemplar: o número da plaqueta de identificação, as medidas da tora, a localização, a espécie e o volume de madeira nela existente.

“A tecnologia pode variar de empresa para empresa; o importante é que a madeira seja explorada com critérios ambientais e sociais, dentro do que foi planejado e aprovado pelos órgãos ambientais”, explica o engenheiro florestal Leonardo Sobral, auditor do Imaflora responsável pelos trabalhos no Acre. Sua equipe avalia outras medidas exigidas pela certificação, como o uso de equipamentos de proteção individual, o arraste das toras por tratores florestais até os pátios de estocagem sem danificar outras árvores e os métodos para evitar desperdício. Não são fiscais em busca de atividades ilegais para aplicar multas, mas profissionais alinhados com a missão do

desenvolvimento sustentável, capacitados a zelar pelo cumprimento dos princípios e critérios do FSC. E ir além nessa tarefa, acreditando nesse modelo como ferramenta de transformações socioambientais, resultantes de boas práticas assumidas voluntariamente por empresas interessadas em diferenciar seus produtos florestais com o selo da certificação socioambiental.

Ajustes e medidas correlivas equilibram proteção ambiental e ganho econômico

No caso da Fazenda São Jorge I, quase a totalidade de seus 3,8 mil hectares está reservada para explorar a madeira mediante plano de manejo florestal, dentro de um ciclo de corte de 25 anos. E ainda 5% da área é mantida intacta como reserva absoluta. Nessa mata selecionada, resguardam-se 700 hectares de áreas de preservação permanente. Na porção a ser aproveitada economicamente, o inventário selecionou 22 mil árvores de 150 espécies, das quais 2,2 mil foram liberadas para o corte, abrangendo 33 espécies. Até julho de 2008, cerca de 60% delas já tinham sido exploradas com base nos princípios do FSC aferidos pelo Imaflora nas auditorias anuais. Trata-se de uma melhoria contínua, focada na redução de impactos, com o desafio de equilibrar medidas socioambientais e viabilidade econômica.

Garantir o equilíbrio desse balanço, sendo fiéis aos princípios da certificação, é uma ciência. Um know-how desenvolvido pelo Imaflora para além da aplicação técnica de um manual, uma vez que o trabalho muda vidas e promove uma nova cultura no uso da floresta. As auditorias de campo, como a realizada na Fazenda São Jorge I, refletem esse conhecimento. O trabalho inclui diversos procedimentos. Na reunião de abertura, os auditores apresentam à direção da empresa ou seus representantes os objetivos da inspeção. Na visita de campo, estão previstas rotinas, como revisão dos documentos do

plano de manejo que autorizam o corte das árvores, detecção de danos ambientais em APPs, avaliação das condições gerais da floresta e análise sobre o controle da produção, por exemplo. É também verificado o cumprimento das ações corretivas impostas na visita anterior e as mudanças proporcionadas por elas – tanto no caso das correções mais graves, chamadas “car-maior”, quanto as mais brandas, as “car-menor”. A última etapa é a reunião de fechamento com a empresa, na qual os auditores fazem um balanço sobre o que foi verificado e as necessidades de mudança – informações que depois irão compor oficialmente o relatório final da visita.

Avanços na área social e condições mais dignas de trabalho na floresta

Os cuidados envolvem também a segurança e o bem-estar dos trabalhadores. Estrutura e higiene dos alojamentos, tratamento de água e depósitos de combustíveis foram alvo das inspeções do Imaflo- ra na fazenda. “Muita coisa mudou”, atesta o técnico agrícola Walteir Costa de Oliveira, coordenador da equipe de funcionários da São Jorge I. Ele lembra os tempos quando o descaso era a regra. “Habitávamos acampamentos inadequados com barracas de lona sem banheiro”, conta o trabalhador, mineiro de Belo Horizonte que migrou para Rondônia com os pais em busca de terra farta e barata, na década de 1980. Naquela região, Walteir vivenciou a devastação da floresta para a abertura da fronteira agropecuária. Mas hoje segue um modelo bem diferente, após fazer cursos para a exploração de árvores com baixo impacto. “Meu pai jamais sonhava que um dia trabalharíamos dessa forma”, revela o funcionário. Hora extra remunerada, crédito pessoal, alimentação e água de qualidade foram algumas conquistas. “Muito se deve à certificação e às cobranças das auditorias”, afirma Walteir, com ar de professor, explicando que “esse foi o caminho que as empre-

sas passaram a buscar para sobreviver no mercado”. O desafio, para ele, é ampliar o conceito para toda a Amazônia: “As melhorias são visíveis, mas há muitos trabalhadores treinados em manejo florestal sem emprego”. Walteir teve mais sorte. Mora no conforto da capital acriana, onde construiu uma casa de quatro dormitórios, e tem orgulho de falar sobre o seu automóvel e sua chácara – frutos do trabalho com a exploração sustentável da floresta.

As exigências para a certificação incluem questões sociais, como as boas relações com as comunidades do entorno. A exemplo da Fazenda São Jorge I, ações corretivas são aplicadas pelas auditorias para incentivar canais de interação com assentamentos e povoados vizinhos. Um diagnóstico realizado por sociólogos no entorno do empreendimento revelou a importância de conscientizar a população sobre a origem da madeira legal e seus benefícios. “Antes pensávamos que eram forasteiros tirando da floresta o que era nosso”, conta Irene Batista da Hora, moradora do Projeto de Assentamento Agrícola Joaquim de Matos, onde vivem 160 famílias. A escola é chave nesse processo de conscientização. “Os alunos dizem que é preciso derrubar mata para fazer pasto, embora algo prático aconteça aqui ao lado para mostrar que há alternativas”, completa a professora Everlin Lemos, diretora do grupo escolar da comunidade, referindo-se ao manejo sustentável.

“Aposto no potencial dessas mudanças”, ressalta o empresário Jandir Santim, da Laminados Triunfo, proprietário da Fazenda São Jorge I. Ele admite os erros da família, tradicional no ramo madeireiro, que no passado derrubava araucárias no Sul do País. Com a devas-

Os auditores verificam alimentação, água, condições dos alojamentos e cuidados com a saúde e segurança dos trabalhadores



2

Na Fazenda São Jorge I [1], em Sena Madureira (AC), a Laminados Triunfo extrai madeira seguindo os critérios da certificação FSC, auditados em campo pelo Imaflora. As toras são beneficiadas em produtos para construção civil na sua fábrica em Rio Branco [2]



As auditorias verificam diversos itens, como o uso de equipamentos de segurança pessoal pelos trabalhadores e o estoque de toras nos pátios para o transporte. Na Fazenda São Jorge I, como em outras propriedades amazônicas, o Imaflora promoveu transformações

tação das árvores naquela região, o empresário buscou alternativas, transferindo-se para Campo Grande (MS), onde montou uma indústria de compensado abastecida com matéria-prima do Mato Grosso. “No início, toda madeira era ilegal”, reconhece o empresário, contando que mais tarde optou por adquirir uma floresta própria para fazer plano de manejo e trabalhar na legalidade. Mas paralisou duas atividades diante das barreiras impostas pelos órgãos ambientais. Até que um dia conheceu o projeto dos corredores de exportação pelo Pacífico e sentiu-se atraído pelos incentivos do governo acriano. O Estado começava a se destacar pela adoção de políticas públicas em favor da exploração da floresta com certificação socioambiental. “Decidi montar uma fábrica de compensado em Rio Branco e o governo me falou: veio para o lugar certo desde que pense como a gente”, conta Jandir. Foi a senha para que começasse a entender o conceito do manejo certificado pelo FSC, ao participar de uma palestra na Secretaria de Floresta do Acre.

“Sequer sabia o que era uma APP”, diz o empresário. “Finalmente pude reiniciar minha vida empresarial dentro da legalidade e agora tenho orgulho de ser madeireiro.” De olho no futuro, Jandir comprou três novas propriedades e decidiu certificar uma delas, a Fazenda São Jorge I – o que logo abriu o leque para novos mercados no exterior. “É um selo mágico, que gera confiança e vale ouro”, avalia. A meta é atacar agora o mercado interno e chegar a 2010 usando madeira certificada em 80% da produção. Com esse objetivo, a empresa planeja operar uma fábrica de pisos em Xapuri, além de explorar a Floresta Estadual Antimary, via concessão pública. A área já está certificada pelo FSC, mediante o trabalho do Imaflora, e pretende ser modelo de uso sustentável para a Amazônia.

“Tirar da floresta apenas o que ela pode oferecer sem risco para o futuro é uma mudança de cultura”, ressalta Jandir, dizendo que

tomou essa consciência na hora certa porque “papagaio depois de velho não aprende a falar”. Ele começa a preparar o terreno para o filho, Jandir Júnior, dar continuidade aos negócios e também usufruir da floresta mantida em pé. “Com o plano de manejo, guardo a da floresta como uma galinha dos ovos de ouro, um estoque para a exploração futura”, explica o empresário, consciente sobre a importância das auditorias.

“Inicialmente, as exigências de mudanças causaram espanto, mas depois percebemos os benefícios”, afirma. Ele lista os resultados: “Maior qualidade de aproveitamento das árvores abatidas, melhor mão-de-obra, mais rendimento do processo, satisfação dos funcionários e, com tudo isso, maior retorno financeiro”. São efeitos que estimulam novos avanços, “uma força que mostra a confiança no produto certificado e um compromisso de vida: “Não quero que se repita na Amazônia o que aconteceu no Sul com as araucárias”.

A experiência no Acre demonstra que a certificação socioambiental conduzida pelo Imaflora gera mudanças no trato com a floresta amazônica, hoje centro das atenções mundiais. A região é estratégica ao equilíbrio climático do planeta e o uso sustentável de seus recursos naturais com viabilidade econômica pode ser decisivo na sua conservação. Com 4,1 milhões de quilômetros quadrados, o bioma amazônico guarda a maior área de florestas tropicais do mundo, reduzida em quase 20% de sua extensão original. Vista como uma imensidão vazia a ser ocupada, a Amazônia é continuamente pressionada pelo avanço do desenvolvimento. Conversão em pastagens, agricultura de alto insumo sem técnicas para reduzir danos e corte

“Pude reiniciar minha vida empresarial dentro da legalidade e agora tenho orgulho de ser madeireiro. Conquistei um selo que vale ouro”

ilegal de madeira são os vilões. Soma-se a esses fatores a dificuldade do poder público para se fazer presente e exercer a fiscalização contra o desmatamento ilegal. Pelo código florestal, na Amazônia, proprietários de terra podem derrubar até 20% da floresta para a exploração econômica. Mas a devastação supera esse limite – não só em terras privadas (muitas com documentação irregular), como

Floresta esconde trilhões de dólares em madeira e outras riquezas naturais à espera de empreendimentos que adotem o manejo sustentável

nas públicas (derrubadas mediante o esquema da grilagem, ou seja, a ocupação ilegal para posterior tentativa de obter documentos de posse).

As soluções passam por diferentes rotas. Além de aparelhar o Estado, planejar o uso do solo e combater a corrupção e as ações ilegais na exploração da floresta, as medidas de controle incluem a criação de maior número de

parques nacionais, reservas extrativistas e outras áreas protegidas como escudos contra o desmatamento. Entre 2003 e 2008, mais de 19 milhões de hectares de terras amazônicas, duas vezes o tamanho de Portugal, tornaram-se unidades de conservação federais, além das que foram decretadas pelos estados. Somam-se as terras indígenas, assentadas sobre 20 % do território amazônico.

Embora não esteja imune a invasões e destruição, o mosaico de áreas protegidas inibe atividades predatórias. Mas, sozinho, não é suficiente. Para frear o desmatamento faz-se necessária uma política de desenvolvimento sustentável que leve em conta as particularidades ambientais e sociais da região, produza efeitos para reduzir a pobreza e tenham reflexos na valorização de toda a cadeia dos produtos florestais até o consumo nos grandes centros urbanos do País e do exterior. O cerco à madeira ilegal, com mais fiscalização e restrições de

mercado, abrem horizontes para o desenvolvimento de ações sustentáveis. A certificação socioambiental com seu potencial de mudanças é uma importante ferramenta para essa engrenagem. Ao valorizar os recursos florestais obtidos com critérios ecológicos e sociais, o selo valoriza os que querem conservar e contribui para evitar que atividades destruidoras de retorno financeiro rápido prevaleçam.

As esperanças recaem sobre o manejo florestal sustentável e seu poder de permitir a exploração das árvores de uma maneira planejada e com menos impactos. Trata-se de um importante diferencial de mercado que aumenta o valor econômico para os recursos naturais da Amazônia e também a sua escala – e ainda conserva a floresta em pé para aproveitamento futuro, mantendo ativos os seus benefícios ambientais para o planeta. A floresta amazônica remanescente, em torno de 3,3 milhões de quilômetros quadrados, guarda um gigantesco estoque disponível de madeira. Aproveitado no regime de manejo, poderia dar retorno financeiro capaz de frear o desmatamento ilegal, com um faturamento anual em torno de 36 bilhões de dólares, estimado pelo Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia).

Mas 80% da madeira retirada da floresta é ilegal, de acordo com relatórios de outro importante centro de pesquisa regional, o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), parceiro do Imaflo na pesquisas florestais. Quase tudo se destina ao mercado interno, absorvido pela construção civil, pela indústria moveleira e pela siderurgia, na forma de carvão vegetal para a produção de ferro-gusa. Em muitos casos, é extraído da floresta sem critérios, por métodos ineficientes que desperdiçam 70% da madeira.

Caso expanda o manejo florestal e se modernize, o setor madeireiro contará com uma tremenda janela de oportunidade. Em razão do esgotamento das florestas tropicais da Malásia e da Indonésia, os maiores fornecedores do mundo, o preço da madeira deve subir no

mercado global a partir de 2010. Se escolher o melhor caminho, o Brasil poderá chegar ao topo da produção mundial. O potencial inclui produtos não-madeireiros, como óleos essenciais para cosméticos, princípios ativos para novos medicamentos, frutos tropicais, castanha e sementes. São trilhões de dólares escondidos na floresta, a espera de um caminho adequado e economicamente sustentável para aproveitá-los. Igualmente promissor é o papel desempenhado pela Amazônia no equilíbrio climático. Expande-se o mercado de crédito de carbono e de mecanismos de doação voluntária de recursos para a remuneração de projetos de reflorestamento e conservação da floresta (leia no capítulo 7). Abrem-se novas perspectivas ao manejo florestal como instrumento de desenvolvimento econômico.

É forte a pressão internacional para mudar a equação econômica da floresta e fazer que as árvores em pé sejam mais valorizadas e deem lucro. Instituições financeiras, *traders*, grupos de consumidores, organizações ambientalistas e de direitos humanos unem forças para promover critérios socioambientais rigorosos na exploração econômica da Amazônia. Mesmo em áreas remotas, produtores são levados a obedecer a leis ambientais e a adotar boas práticas de uso da terra e de convívio com as populações se quiserem vender sua produção e conquistar novos clientes. A força do mercado alia-se à necessidade de preservar a floresta como fonte de riquezas para o futuro. Como resultado, cresce a procura pela certificação como ferramenta que atesta a origem ambiental e socialmente correta dos produtos.

Quem garante a aplicação do sistema de normas referente a um determinado selo é a instituição certificadora – daí o seu papel-chave na conservação da biodiversidade e no zelo pelas condições sociais na floresta. No caso da certificação FSC, uma das principais bandeiras do Imaflores como instituição promotora do desenvolvimento sustentável, o fio condutor são as auditorias em empreendimentos flores-

tais brasileiros. Com um detalhe que faz a diferença: todo o trabalho de campo e também de planejamento, capacitação técnica, debate e articulação para colocar os princípios socioambientais em prática gera algo mais que simples selos, diplomas ou carimbos. Disso tudo resultam transformações e, importantíssimo, um valioso acervo de experiências, métodos lapidados por um contínuo aprender.

Acervo de conhecimento para subsidiar as concessões florestais

O Imaflores é a entidade brasileira que reúne o maior número de projetos certificados pelo FSC e a maior extensão de áreas, envolvendo ampla diversidade de ambientes. Guarda uma fonte de experiências que lançam luzes sobre o manejo florestal, constituindo-se referência para o futuro de uma floresta que está sob a mira internacional. É uma base sólida para se construir uma Amazônia diferente – um desafio atrelado a políticas de governo para a expansão do manejo florestal. Entre as iniciativas de maior destaque está a Lei de Gestão das Florestas Públicas (lei 11.284, promulgada em março de 2006), que regulamenta a concessão de florestas de propriedade do governo federal e estadual à exploração sustentável por empresas. A iniciativa pode dar larga escala à economia florestal, sendo capaz de proporcionar investimentos também para o aproveitamento de produtos não-madeireiros – como resinas, óleos e frutos – e reduzir alguns dos principais problemas associados ao desmatamento. Entre eles estão a insegurança fundiária, a burocracia e a lentidão na aprovação dos projetos de manejo florestal, os assentamentos rurais sem licença ambiental, a mão-de-obra desqualificada e projetos empresariais inadequados. Essas barreiras contribuíram para diminuir o ritmo da certificação de florestas após 2004, em contraste com os anos anteriores, quando o selo FSC para o manejo empresarial na

Amazônia obteve grande procura. O plano, com a política de concessão de florestas públicas, é retomar esse crescimento. O propósito do Ministério do Meio Ambiente é dobrar de 2 milhões para 4 milhões de hectares a área destinada à concessão em Flonas (Florestas Nacionais) e APAs (Áreas de Proteção Ambiental) – o que poderá resultar, segundo cálculos do Serviço Florestal Brasileiro, na injeção de R\$ 700 milhões por ano na economia florestal. O cumprimento da meta, no entanto, exige medidas do governo para dar agilidade à elaboração e aprovação dos planos de manejo, obrigatórios para a exploração das áreas. Na dimensão técnica, considerando-se o desenvolvimento alcançado pela certificação florestal, o País está preparado para essa retomada dentro de padrões reconhecidos no mundo.

Os avanços brasileiros são visíveis e, ao longo das décadas, eliminam incertezas. O manejo sustentável preconiza a extração de produtos florestais nos limites que a natureza pode repor. No caso da madeira, o número de árvores cortadas varia conforme o nível de rigor do plano. Na certificação FSC, no período de 30 anos, apenas cinco a seis árvores mais antigas são extraídas das mais de 500 existentes em um hectare. A exploração é executada mediante técnicas de baixo impacto sobre a biodiversidade.

No rastro desse trabalho, desenvolvem-se métodos para medir danos, avaliar o crescimento da floresta e comparar áreas exploradas sem critérios com outras que utilizam o bom manejo florestal. Incluem-se, no caso do selo FSC, critérios sociais como medidas para reduzir acidentes de trabalho nas serrarias e cumprimento de legislação trabalhista. O trabalho criterioso em torno da certificação contribui para avaliar a eficiência do manejo florestal, permitindo chegar a novos conhecimentos técnicos para aprimorá-lo. “É como um grande laboratório, no qual nos aproximamos da realidade das empresas e verificamos na escala da produção aquilo que imagina-

mos experimentalmente na universidade”, afirma o engenheiro florestal Edson Vidal, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a Esalq, da Universidade de São Paulo, em Piracicaba (SP). O pesquisador integrou os primeiros treinamentos técnicos realizados pelo Imaflora para a certificação. E também participou dos trabalhos para a adequação dos padrões do FSC para a Amazônia, em 1995.

Em que níveis de segurança podem-se cortar árvores em escala comercial e ao mesmo tempo manter a floresta saudável e em condições de se regenerar? A biodiversidade estaria com certeza protegida? O método seria economicamente viável? Dúvidas desse tipo ainda intrigam o meio científico, embora atualmente – mais de uma década após as primeiras experiências de manejo certificado de mata nativa na Amazônia – as respostas sejam mais confiáveis. A perspectiva é que se tornem conclusivas após 30 anos correspondentes aos ciclos de corte das árvores dos primeiros planos de manejo. “Sabemos que o manejo faz a diferença para reduzir impactos e manter a cobertura florestal”, conta Vidal, também pesquisador associado do Imazon. “Mas falta refinar estudos para entender melhor como a floresta se regenera, como evitar o seu empobrecimento e identificar quais espécies conseguem se recuperar”, ressalva Vidal. É esse crescimento florestal que ditará o fluxo do manejo, ou seja, o tempo que é preciso esperar para a natureza repor os estoques.

Na opinião de Vidal, a experiência do Imaflora na inspeção do manejo ajuda a preencher lacunas, reduzir divergências e elucidar questões importantes. São como diferentes peças de um quebra-cabeça que, montadas, permitem tirar conclusões sobre a recuperação

Trabalho com a certificação contribui para medir impactos e aperfeiçoar o manejo florestal. Garante maior segurança para a biodiversidade

da floresta e o equilíbrio da fauna. A análise das parcelas permanentes de floresta e a avaliação dos cuidados com o corte e das tabelas com estatísticas sobre a mortalidade das árvores, por exemplo, são ferramentas trabalhadas pelas auditorias capazes de apontar o sucesso ou o fracasso do manejo. Igualmente importantes são inventários botânicos exigidos pela certificação socioambiental. Avaliados periodicamente nas auditorias da certificação, são essenciais para a seleção das árvores destinadas ao corte, preservando a distância necessária entre elas para garantir a polinização e manter a variabilidade genética das espécies.

A arte de criar novas normas de conduta em favor do meio ambiente e das populações

“Com o suporte de resultados científicos, o Imaflora pode fazer recomendações para mudanças nos empreendimentos e encaminhar propostas para ajustes nos indicadores que compõem os critérios e princípios do FSC, tornando o manejo florestal mais sustentável”, explica Vidal. Assim o trabalho da instituição certificadora vai além do que exige a legislação para a prática do manejo. Não raro as regras precisam de acertos e complementos para que o método de exploração seja um instrumento aplicável nas diferentes realidades locais e contribua efetivamente para reduzir impactos e abrir perspectivas para a exploração econômica sustentável da floresta.

Aperfeiçoamentos e mudanças de rumo surgem naturalmente – uma responsabilidade a que o Imaflora não se priva, tendo como base o conhecimento e a competência acumulados nesses anos de trabalho com a certificação. Seus profissionais estão atentos a recomendações que, muitas vezes, partem da universidade. Constitui uma via de mão-dupla, uma colaboração mútua que proporciona

melhorias, transparência, rigor técnico e confiabilidade à certificação. “É um trabalho que contribui para saltos expressivos sob ponto de vista ambiental e social”, avalia Vera Lex Engel, pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que auxiliou auditorias do Imaflora para a concessão do selo FSC. Pesquisadores são contratados para analisar os relatórios de auditoria, verificando a coerência entre os critérios da certificação e as evidências colhidas em campo. Entre outras tarefas, avaliam se as observações que balizam a pontuação final para a empresa auditada condizem com os diferentes indicadores socioambientais que precisam ser respeitados. “O objetivo é evitar discrepâncias entre os relatórios.”

“As auditorias são respaldadas por métodos e procedimentos com notável organização, das planilhas econômicas aos relatórios sociais, o que garante a qualidade final e permite que a certificação atinja seus objetivos”, afirma Vera, também chamada para fazer palestras sobre ecologia de paisagem nas oficinas de capacitação para auditores. Atividades de aprendizado contínuo são vistas pelo Imaflora como estratégicas para alcançar bons resultados. A conduta traz diferenciais: “Com formação de ótimo nível, os auditores vão a campo organizados em equipes com capacidade de visão ampla sobre as diferentes áreas da questão ambiental”. Assim, não se restringem a detectar erros e acertos, mas estimulam soluções.

Conhecendo a realidade e o contexto social, econômico, ambiental e cultural das diferentes regiões onde os projetos estão inseridos, o trabalho da certificação busca o balanço ideal entre rigor e bom-senso. A flexibilidade é por vezes necessária para que as normas em favor de melhores condições de vida sejam aplicáveis na prática e produzam mudanças duradouras. A experiência de campo credencia para conduzir esse processo com reconhecimento por empresas, governos, universidades e organizações sociais e ambientais.

Vida nova nas comunidades



Como dar novo padrão produtivo a extrativistas, agricultores familiares e assentamentos rurais

Seguimos na rodovia AC 040 para Xapuri, no Acre, cortando paisagens que retratam a força do gado na derubada da mata tropical. De Rio Branco, a capital, são 158 km. Extensas pastagens pontilhadas por castanheiras solitárias traduzem o tamanho do desafio para conservar um filão para o aproveitamento sustentável da madeira e outros recursos florestais: as terras de uso comunitário. O percurso guarda surpresas. Avistados ao longe, generosos tons de verde mantêm-se preservados; há esperanças de reverter o quadro da destruição. Nosso destino final é o Seringal Cachoeira, cenário de uma das primeiras experiências extrativistas com manejo certificado na Amazônia brasileira. A madeira sai da comunidade diferenciada pelo selo do FSC – uma conquista difícil, importante que se diga. Envolveu diálogos e mudanças, organização social, adequações a procedimentos comerciais, melhor visão de negócio e ganhos econômicos com reflexos para outras regiões da floresta. Na chegada ao assentamento, uma charmosa pousada em harmonia com a selva chama a atenção. Recebe visitantes, entre eles estrangeiros, que chegam para conhecer a nova realidade da floresta. Que teria o lugar de tão especial?

Logo encontramos os personagens que contam essa história. “Tudo começou com a luta de Chico Mendes contra fazendeiros que queriam nos expulsar das terras e desmatar para criar gado”, conta Antônio Teixeira Mendes, o Duda, primo do seringueiro que se tornou ícone do movimento pela conservação da floresta amazônica. “Ele dizia que deveríamos encontrar um caminho para sobreviver da floresta e agora estaria feliz com o que construímos”, afirma Duda. Ele lembra que os avanços foram importantes; mudaram a vida no seringal, dentro do Projeto Agroextrativista Chico Mendes. Mas falta muito para viabilizar o uso econômico sem devastação, constata o produtor, temeroso das ameaças predatórias que rondam a

vizinhança. É preciso multiplicar a prática do manejo para tornar as atividades extrativistas mais atraentes, capazes de competir com o gado. É um antigo ideal, impulsionado por um episódio que marcou a história da Amazônia.

Vinte e dois de dezembro de 1988. Ameaçado de morte, Chico Mendes jogava dominó na cozinha de casa em Xapuri com dois policiais militares que faziam a sua segurança, quando a esposa o chamou para tomar banho e jantar. Ao sair para pegar a toalha no varal, recebeu um tiro calibre 12 no peito, disparado por um pistoleiro em tocaia – o peão Darcy Alves, que agiu a mando do pai, o fazendeiro Darly Alves. O crime ecoou pelo mundo e colocou a floresta amazônica no centro das atenções. Em resposta às pressões internacionais, foram criadas as primeiras reservas extrativistas brasileiras como estratégia para reduzir o desmatamento e beneficiar comunidades que dependem da mata para sobreviver. Ganhava corpo o debate sobre o uso sustentável e justo dos recursos florestais e as soluções passariam necessariamente pelo manejo florestal, com técnicas para reduzir impactos.

O Seringal Cachoeira, demarcado em 1989, foi a primeira iniciativa legal de proteção das comunidades extrativistas após a morte do seringueiro. Um ano depois, o governo federal criou a Reserva Extrativista Chico Mendes, até hoje a maior do País, com 1 milhão de hectares, também no Acre. “Após as conquistas iniciais, surgiram novos desafios”, conta Duda. Ao aposentar o modelo dos antigos “patrões” que compravam a produção do seringal, os colonos precisaram caminhar por conta própria, criando uma cooperativa para vender os produtos florestais – o que, na época, era absolutamente inovador para a região. E ninguém falava em madeira – apenas em castanha e borracha. Os troncos derrubados para fazer roça e criar gado eram queimados, sem aproveitamento. Mas a visão mudou. Para garantir

o sustento, a comunidade rompeu dogmas e percebeu que também as toras poderiam ser economicamente exploradas. “Ganhamos a floresta e precisávamos usá-la para produzir, sem causar destruição”, destaca Duda. Ele calcula: “Se nossas 85 famílias derrubassem 1 ha por ano de mata nativa sem critérios para conservá-la, em 20 anos não teríamos mais nada”.

No começo da década de 90, o seringueiro viajou para o México, Costa Rica e Malásia para conhecer as técnicas de uma atividade nascente: o manejo florestal. Era o caminho para derrubar com segurança, mas existiam dúvidas: como e em que velocidade as árvores iriam crescer após derrubadas? Qual quantidade que poderíamos retirar? No início, a comunidade estava dividida. “Muitos não entendiam a importância de planejar, mas a situação mudou quando perceberam os ganhos e viram que assim a floresta se preserva para os filhos e os netos.”

O caminho da certificação para conservar um tesouro e garantir uma herança

“Nasci na floresta, mas só a conheci de verdade quando comecei a trabalhar com manejo certificado, descobrindo o seu valor econômico”, destaca Duda. Após as primeiras conversas com o Imaflora sobre os benefícios e os potenciais do selo FSC, a comunidade deu um salto. “Além de proporcionar melhores preços, a conquista ajudaria a ter novos compradores, além de conservar e aproveitar melhor a floresta”, afirma Duda. E assim foi: em 2001, após as etapas de preparação para cumprir os critérios do FSC, um grupo de produtores que vive no seringal recebeu o diploma que garante a origem socioambiental de seus produtos, extraídos atualmente de 9.400 dos seus 24 mil hectares de área total. O trabalho começou com nove produtores. Em 2008, eram 30. Duda lembra que adaptar a comunidade às novas exigências foi um processo duro. Significava mudança de práticas e

culturas. Problemas no controle contábil da produção, demora para corrigir pendências das auditorias, dificuldades para comercialização e conflitos internos foram algumas barreiras. Nessa trajetória de ajustes, o produtores se organizaram melhor para dividir e explorar os talhões. E criaram, em 2004, uma nova cooperativa – a Cooperfloresta, para beneficiar a madeira certificada em Xapuri.

Há muito que fazer para conquistar compradores e mudar a escala da produção florestal, mas os resultados são evidentes. Após a certificação, o valor da madeira vendida pela comunidade mais que triplicou e o ganho médio das famílias com o manejo florestal, incluindo outros produtos, supera três salários mínimos mensais. Como reflexo da certificação, a produção extrativista contribuiu para fortalecer um polo industrial estabelecido em Xapuri para agregar valor aos recursos florestais. A madeira certificada, além de ser vendida para a construção civil, é transformada em móveis, utensílios e objetos de decoração. Saem do Acre para as vitrines de grandes capitais. O látex tem como principal destino uma fábrica de preservativos, instalada na principal estrada de acesso à cidade. Seus produtos serão comercializados com o Ministério da Saúde para distribuição no País em campanhas contra doenças sexualmente transmissíveis. Após a inauguração da indústria, o preço do látex triplicou e rende R\$ 400 mensais para cada produtor do Seringal Cachoeira. O projeto resgatou a antiga atividade seringueira: hoje, 80% dos moradores extraem látex, enquanto tempos atrás o ofício restringia-se a 20% deles. No caso da castanha, segunda maior fonte de renda local,

“Nasci na floresta, mas só a conheci de verdade quando comecei a trabalhar com manejo certificado, descobrindo o seu valor econômico”

a receita familiar alcança R\$ 10 mil na safra anual de três meses. Isso sem contar a renda do açaí e, eventualmente, das sementes usadas para bijuterias.

A visão de negócios preservou culturas tradicionais. No posto de saúde da comunidade, Artemildo Ribeiro da Silva produz e receita fitoterápicos – as “garrafadas” contra diversas doenças, produzidas a partir do cedro, copaíba, cerejeira, breu, carvalho e ipê-roxo preservados nas áreas manejadas para o corte de madeira. “As mudanças podem demorar, mas o importante é que esse trabalho permite o sustento futuro dos nossos descendentes”, afirma Raimundo Monteiro de Moraes, presidente da Associação dos Moradores do Projeto Agroextrativista Chico Mendes. Antes dessa experiência, a certificação beneficiou o assentamento Porto Dias, que conquistou o selo em 2001 com o diferencial de fornecer produtos finais de madeira com maior valor agregado. A maior parte da produção de toras vai para a cooperativa. De olho nos benefícios da certificação, proporcionados pelo trabalho do Imaflora em campo, outras associações extrativistas se preparam para receber o selo. Desde 1964, foram criados 3,2 mil assentamentos de reforma agrária na Amazônia, totalizando uma área de 68 milhões de hectares, equivalente a 10% do território amazônico. O caminho é longo, porque a maioria dessas áreas não possui a licença ambiental exigida para implementar planos de manejo sustentável, tanto conduzido de maneira autônoma como mediante contratos com empresas florestais.

Enquanto isso, o Seringal Cachoeira apura ganhos além de cifrões. Significam qualidade de vida. “Tudo aqui melhorou nos últimos tempos”, ressalta Emília Campos Barbosa, mulher de Duda. Chegou luz e bomba d’água, com a qual as famílias aposentaram a tarefa de carregar latas na cabeça. Elas fornecem doces e outros quitutes para a pousada de charme construída no assentamento pelo governo es-

tadual. O empreendimento gerou alternativas de renda e é motivo de orgulho e autoestima para os comunitários, que participam da sua gestão. “Nosso banco é a floresta”, diz Sebastião Teixeira Mendes, o Bastião, também primo do famoso líder seringueiro. “Ele nos aconselhava a preservar a floresta porque só aqui poderíamos viver bem”, conta Bastião, hoje guia de turismo acostumado a acompanhar os forasteiros nas trilhas do seringal.

A certificação socioambiental garante que as reservas de desenvolvimento sustentável cumpram suas funções.

Atenção aos pequenos produtores, peças-chaves para a escala da exploração sustentável

Tornar a certificação e seus benefícios acessíveis às comunidades e pequenos produtores, atraindo-os para um modelo de uso sustentável da floresta, é um trabalho conduzido como prioridade pelo Imaflora desde o início de sua história. O assunto mereceu e continua merecendo atenção especial, porque essa força produtiva tem características peculiares – e é estratégica para mudar a realidade econômica, social e ambiental da Amazônia. Como preparar os produtores extrativistas para receber o selo? Como harmonizar normas socioambientais às culturas de produção tradicionais? Como romper barreiras, garantir acesso a compradores e ganhos econômicos que mantenham a floresta preservada? Na busca por respostas, um desafio mostrou-se imperativo: adaptar princípios e critérios do FSC à realidade comunitária e da produção em pequena escala na mata nativa. Não fazia sentido aplicar para extrativistas isolados na Amazônia as mesmas normas robustas criadas inicialmente para empreendimentos de empresas do mundo desenvolvido.

As mudanças que hoje beneficiam comunidades amazônicas, como o Seringal Cachoeira, são resultados de um processo interna-



O trabalho dos auditores em comunidades certificadas [1] resultou na produção melhor controlada e organizada. Em Xapuri (AC), além das beneficiadoras de castanha [2], a serraria processa madeira da Cooperfloresta, vendida para diversas partes do País [3]

No Seringal Cachoeira, em Xapuri (AC), Sebastião extrai seringa para mostrar aos visitantes o modo de vida na comunidade, onde o manejo da madeira é certificado. Primo de Chico Mendes, o produtor ajuda a tornar realidade o antigo ideal do líder seringueiro

cional iniciado para adequar a aplicação das normas para pequenos produtores dos vários países. Eles se diferenciam por razões variadas: exploram madeira em áreas menores com baixo impacto e são normalmente descapitalizados, se comparados às empresas. Enfrentam ainda barreiras como a dificuldade de acesso à informação. Sustentado na experiência e na leitura de campo, o Imaflora

Trabalho do Imaflora resultou na criação de normas socioambientais para produtos florestais não-madeireiros, com ganhos para as comunidades

lançou-se na dianteira mundial para estabelecer esse diálogo e encontrar novos caminhos. Em 2002, com ampla participação técnica da instituição brasileira, o FSC incorporou internacionalmente um novo modelo simplificado de auditoria com custo reduzido – o SLIMF (Small and Low Intensity Managed Forests), aplicável para o manejo florestal de pequenas

áreas de baixa intensidade.

A aplicação do novo modelo pelo Imaflora no Brasil reduziu os custos da certificação em até 40% – mas a entidade decidiu ir além nessa alternativa, com objetivo de expandir o selo para recursos florestais não-madeireiros. No primeiro ano de suas atividades, em 1996, criou o Fundo Social, mecanismo que reserva 5% da receita captada nos projetos empresariais para apoiar financeiramente a certificação de assentamentos, extrativistas e pequenos proprietários brasileiros. A visão era de que os pequenos produtores poderiam até ser excluídos da certificação por motivos técnicos, mas não por falta de dinheiro. Em paralelo, comunidades florestais, setor privado e ONGs receberam capacitação e informações sobre o potencial do selo socioambiental. Um exemplo foi o seminário “Produtos Florestais Não-Madeireiros e a Indústria de Cosméticos e Fitoterápicos”, realizado em 2002 na

pequena cidade de Alter do Chão, no Pará – um evento histórico que marcou o esforço de aproximar produtores extrativistas e indústrias compradoras, tendo a certificação como pano de fundo.

A partir dessas experiências, o Imaflora avançou no trabalho de adaptar as regras internacionais, tornando-as aplicáveis nas condições peculiares de nosso país. Já tinha na bagagem o know-how de ter criado, em 1998, o primeiro padrão brasileiro de normas para a certificação da agricultura, destinadas ao setor sucroalcooleiro. Antes disso, havia contribuído decisivamente para se chegar a um modelo brasileiro de princípios e critérios para certificar a exploração de madeira em mata nativa de terra firme, na Amazônia, incorporado pelo FSC para uso em todo o mundo. O novo salto aconteceu em 2006, quando o Imaflora definiu um padrão interino para produtos não-madeireiros, aplicável no Brasil. A conquista constituiu um aperfeiçoamento de outras duas versões de padrão interino, criadas em 1999 e 2002.

O FSC permite às instituições certificadoras dos diferentes países estabelecer um padrão interino com indicadores locais, caso não exista um modelo aprovado internacionalmente. De início, foram criados critérios específicos de certificação para cada um dos produtos florestais não-madeireiros, como a castanha-do-Brasil e a caixeta, da Mata Atlântica. Mais tarde, a estratégia mudou. Optou-se por ir mais longe, estabelecendo um padrão comunitário único válido para todos os produtos. Para a tarefa, o Imaflora valeu-se do conhecimento sobre a floresta e sobre as realidades locais, adquirido ao longo dos anos no trabalho dos diagnósticos, auditorias e convívio com as comunidades. O projeto começou a ser preparado para dar um importante passo: submeter-se à aprovação final do FSC para uso nos demais países, inclusive para a exploração comunitária de madeira. A perspectiva é o padrão de normas brasileiro tornar-se o primeiro

modelo internacional para certificação de comunidades florestais.

O Imaflora consolida-se como uma instituição capacitada não apenas a auditar a aplicação de normas, mas também a apoiar o seu processo de criação. O trabalho exigiu um amplo processo participativo de consultas públicas, que envolveu câmaras de trabalho multissetoriais e recebimento de propostas e comentários por correio, email e outros recursos virtuais à distância. O objetivo foi enriquecer e refinar o conteúdo das normas em discussão e garantir transparência e credibilidade, mediante a participação do maior número possível de diferentes atores, como representantes de sindicatos, cooperativas, governos, universidades, empresas, organizações não-governamentais e os próprios comunitários. Entraram em debate questões importantes como conciliar a lógica e as práticas tradicionais das comunidades ao novo universo de normas, prazos, regras, contratos, assinaturas, termos de compromisso. Nesse trabalho, foram criados indicadores específicos para avaliar a transparência do manejo comunitário, o grau de envolvimento dos produtores e o cumprimento do estatuto da associação, por exemplo. Também foram elaborados indicadores para verificar as relações trabalhistas, a transferência de conhecimento para as novas gerações e a manutenção das culturas locais. Métodos de campo mais simples, como os registros visuais sobre as condições da floresta, por exemplo, tradicionais na prática comunitária, foram incorporados como ferramenta de monitoramento.

Pontos exigidos para a certificação socioambiental de grandes projetos empresariais foram adaptados à realidade dos pequenos produtores com a mediação do Imaflora. Bom-senso, coerência e longo histórico de lidar com as comunidades foram decisivos nesse processo – além, é claro, do principal diferencial: o poder de articular a sociedade civil e seus diferentes segmentos dentro de um modelo

participativo. Em decorrência da discussão, produtores extrativistas despertaram para a importância da viabilidade econômica, do controle dos custos e da governança comunitária.

Mas a realidade na floresta impõe limites. Como exigir carteira assinada para extrativistas que trabalham por conta própria? Como impor prazos rígidos, por exemplo, se a noção de tempo na floresta amazônica é bem diferente das capitais e muitos produtores vivem em locais isolados, dias de barco da cidade mais próxima? Como obrigá-los a construir torres de observação na mata para detectar e controlar incêndios? Enfim, como seria possível compensar a exigência de pesquisas científicas sobre a biodiversidade e a recuperação da floresta em suas áreas, obrigatórias na certificação do manejo praticado por empresas?

Aproximando as pontas da cadeia para o comércio dos produtos florestais

A adequação dessas e de outras questões complexas contribuiu para que as comunidades se sintam estimuladas a buscar o selo e consigam melhores resultados com ele, como novos mercados e mais renda. Permite, no final das contas, que o carimbo socioambiental cumpra na prática suas funções transformadoras para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. Até 2008, doze comunidades foram certificadas pelo Imaflora dentro dos padrões do FSC – hoje oito permanecem com o selo. O potencial de expansão é alto, mas depende das tendências do mercado e da maior visão sobre a importância desse processo em toda a cadeia dos produtos – da extração na floresta até as indústrias e o consumidor final. Depende também do aumento da capacidade de produção e de políticas públicas incentivadoras.

Dados do Imazon indicam que existem na Amazônia pelo

menos 1.500 experiências de manejo comunitário para os diversos produtos florestais. E há 466 mil quilômetros quadrados de floresta, sem contar terras indígenas, disponíveis para a exploração de castanha, frutos, óleos, borracha e outros recursos não-madeireiros. Para o caso do manejo de madeira, a exploração por comunidades poderia dobrar a atual produção de toras na região. “É grande a diversidade, mas é preciso inventariar essa riqueza, avaliar a capacidade de reposição dos recursos naturais e aprimorar técnicas de silvicultura”, afirma Paulo Amaral, do Imazon, em Belém. Ao promover a produção florestal responsável e facilitar o acesso a compradores, o selo socioambiental é decisivo nessa empreitada – tema que motivou o seminário “Inovação e Biodiversidade: a Perspectiva da Certificação. Um Diálogo entre as Empresas e as Comunidades”, realizado pelo Imaflora e parceiros em novembro de 2008, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Líderes comunitários, executivos de empresas, auditores e colaboradores do Imaflora e representantes de organizações não-governamentais, entre outros atores, sentaram à mesma mesa para debater o comportamento do mercado, avaliar potenciais, identificar entraves e buscar soluções.

A certificação chega para reduzir barreiras que limitam a produção extrativista das comunidades, como a falta de políticas públicas e a dificuldade de relação com mercados emergentes – e exigentes. Os problemas envolvem a padronização e qualidade dos produtos florestais, a regularidade no fornecimento, a organização das comunidades e a sua relação com intermediários e dependência das ações do governo e das iniciativas das empresas.

Em média, segundo o Imazon, a renda do pequeno produtor da floresta gira em torno de R\$ 15 mil por ano, mas nem sempre esses valores resultam em melhores condições de vida. Os preços muitas vezes não pagam o custo de produção. Diante de uma legislação que

precisa ser aperfeiçoada, da burocracia, da falta de fiscalização e da pouca informação e orientação para melhorar os resultados, os planos de manejo acabam desestimulados. Na ilegalidade, as atividades predatórias aumentam a pressão sobre a floresta – a destruição “formiguinha”, não detectada por imagens de satélite. “Para os planos de manejo, é preciso mais conhecimento sobre a ecologia das espécies de valor econômico, práticas de baixo custo que possam ser entendidas e utilizadas pelas populações tradicionais e maior disponibilidade de profissionais para trabalhar com produtos não-madeireiros”, destaca Paulo Amaral.

Grande parte desse conhecimento está em construção – e o selo socioambiental, conferido pelo trabalho do Imaflora, pode ser a chave para mudanças. “Começamos a prestar atenção em coisas que antes não pareciam importantes”, afirma Eudimar Viana, coordenador de manejo e certificação da Comaru – a cooperativa de produtores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, no sul do Estado do Amapá. Certificada em 2004, a comunidade experimentou transformações até chegar ao nível atual como um modelo de uso sustentável da floresta.

Antes da década de 90, os moradores não viam a castanha como um negócio. O sustento vinha do pequeno cultivo de café e mandioca, trocados por outras mercadorias com os barcos que transitavam no Rio Jari. “Hoje a nossa realidade é outra, por conta da demanda de clientes que querem produtos como o diferencial do selo”, revela Viana, desinibido ao citar palavras do jargão socioambiental nos eventos sobre o tema que frequenta no País e no exterior. O cartão de visita, motivo de orgulho, tem impresso o símbolo do FSC. Ele abre o notebook para mostrar a bela paisagem do lugar onde mora e os números da produção, alavancada pelas novas portas que se abriram no mercado após a certificação da comunidade.

A castanha, vendida *in natura* ou beneficiada lá mesmo para extração do óleo para indústrias de cosméticos, é a principal riqueza. Além do controle da produção, há ganhos importantes. “Passamos a cuidar do lixo e os produtores mais jovens dão mais valor ao estudo”, diz o líder comunitário. Conectados à Internet, baixam músicas MP3, dão um ar de modernidade à cultura tradicional e se preocupam em manter-se certificados. “Precisamos melhorar a relação comercial com grandes empresas e entender melhor a demanda do mercado”, conta Viana, lembrando que a maior organização da comunidade, conquistada após as correções exigidas pelas auditorias da certificação, ajuda nesse processo.

A aventura dos auditores na terra dos caiapós em Mato Grosso

“É emocionante ver comunidades criando termos, construindo frases e conceitos na área socioambiental”, ressalta a engenheira florestal Patrícia Gomes, coordenadora de Certificação Comunitária do Imaflorea. Ela guarda lembranças do contato inicial com a comunidade indígena para a certificação. “Foi um nó na nossa cabeça”, diz Patrícia, perguntando: “Como poderíamos exigir tantas contas e controles, se o tempo nesses locais é gasto para plantar e ter o que comer na semana seguinte?”. Diante da realidade comunitária, o processo da certificação exige inúmeras reuniões preparatórias. Foi necessário revisar o padrão de normas para adequá-lo ao modo de vida indígena. É um trabalho que envolve tentativas de erro-e-acerto, contínuos avanços. “E também sensibilidade para entender como é a cultura e a tomada de decisões na floresta”, explica Patrícia. Ela aponta a maior descoberta: “O padrão de normas da certificação só tem reconhecimento nas comunidades se elas se sentirem ‘donas’ dele”.

Nesse convívio, além do aprendizado, não faltam histórias para

contar. Que o digam as aventuras dos auditores para chegar à Terra Indígena do Baú, a única reserva indígena do País hoje reconhecida pelo selo do FSC, conferido em outubro de 2006 mediante o trabalho do Imaflorea. Trata-se da mais extensa área certificada no mundo, com 1,5 milhão de hectares, de propriedade dos caiapós. Os caminhos de acesso à aldeia dependem das condições climáticas. Na época das chuvas, a solução é ir até Cuiabá (MT) e de lá tomar um avião para Novo Progresso, reduto de garimpos. De lá, embarca-se em monomotor, desses que transportam garimpeiros, até a pista de pouso da aldeia. Quando não chove, o trajeto é chegar em voo regular a Alta Floresta, no Mato Grosso, e viajar mais um dia de carro pela BR 163 até o Rio Baú. É preciso buzinar para os índios levarem o visitante até a outra margem do rio, onde fica a aldeia. Só os mais jovens falam português. “Pintamos o corpo como eles; dormimos em redes na oca e, banho, só no rio”, conta Patrícia. Durante uma semana de trabalho, os auditores inspecionam a produção indígena, voltada para castanha e produtos para cosméticos, para verificar se está adequada aos padrões do selo socioambiental. E se a auditoria detectar problemas no uso da floresta e impor medidas corretivas? “Nem gosto de lembrar”, diz a engenheira florestal. Certa vez, na reunião final após a auditoria, realizada na Casa do Homem, onde a comunidade se reúne para tomar decisões importantes, Patrícia fez vários elogios ao trabalho indígena, mas depois foi necessária uma penalidade porque não foram cumpridas correções da auditoria anterior. Ela disse que o cartão amarelo tinha se transformado em vermelho. Um cacique reagiu com batidas de

“É preciso sensibilidade para entender como é a cultura e a tomada de decisões na floresta. A certificação dá certo se a comunidade se sentir dona dela”

cajado no chão, indagando com sotaque caiapó: “*Se índio fez tudo certo por que certificação dá cartão vermelho?*”. Logo o clima amainou e os anciãos entenderam como funciona a ferramenta da certificação. Relataram benefícios alcançados com as auditorias e passaram a contar histórias da aldeia enquanto quebravam castanhas. “A analogia dos cartões ‘amarelo’ e ‘vermelho’ são importantes para promover as melhorias”, explica Patrícia.

Ela destaca: “o caso ilustra as pressões que temos no trabalho de campo para garantir o cumprimento das normas”. Além do conhecimento técnico, habilidade nas relações pessoais são indispensáveis para mediar conflitos, gerar resultados e expandir a certificação também em biomas fora da Amazônia. No Rio Grande do Sul, os plantios de chá-mate da Ervateira Putinguense é o típico caso de uma pequena propriedade de agricultores familiares que aposta nos diferenciais da conduta socioambiental. Foi a primeira do País a receber certificação FSC em remanescentes de Mata Atlântica, em 2003, garantindo o fornecimento com menos impactos da erva que mantém o velho hábito do chimarrão.

Em Minas Gerais, as árvores das serras da Mantiqueira e Espinhaço fornecem uma importante matéria-prima para a indústria cosmética mundial: o alfa-bisabolol, anti-inflamatório extraído da candeia, espécie nativa da Mata Atlântica. A planta é explorada economicamente nos plantios certificados e nas áreas nativas da empresa Atina, também cenário de trabalho para os auditores do Imaflora. Além de processos industriais modernos que garantem extratos de qualidade, a produção segue normas aceitas internacionalmente para o uso sustentado da biodiversidade. É um diferencial importante para mudar a lógica de um mercado ainda abastecido por matéria-prima de origem ilegal. “É preciso mais fiscalização do governo e consciência das grandes empresas compradoras para

valorizar e exigir o produto ambientalmente adequado”, destaca Eduardo Roxo, diretor da Atina. A preocupação ultrapassa os limites da floresta e chega a regiões que começam a aderir ao conceito da certificação socioambiental, como a caatinga, no Nordeste, onde o sertanejo se organiza em associações para explorar economicamente a vegetação nativa sem agredir os ecossistemas do semiárido, altamente sensíveis e ameaçados. As árvores são batidas para fazer carvão, destinado aos fornos das indústrias de gesso, cal e aço. São espécies que têm o poder natural de suportar a falta de água, esverdejam aos primeiros pingos de chuva e agora são também símbolos da braveza em busca de uma vida melhor.

Ganhos nos plantios florestais



A busca por harmonizar ecossistemas naturais, florestas industriais plantadas e desenvolvimento local

A paisagem cortada pelo Rio Tibagi, no Paraná, estampa em suas colinas um mosaico com diferentes tons de verde. São plantios de eucalipto e pinus, em diferentes estágios de crescimento, entremeados por generosos pedaços de Mata Atlântica, alguns originais, outros regenerados ou reflorestados com espécies nativas. Estamos na BR 346, a 280 quilômetros de Curitiba. O vaivém de caminhões carregados com toras indica a principal atividade econômica do lugar. Bem-vindos à capital brasileira da madeira de eucalipto. Na cidade de Telêmaco Borba (PR), com seus 64 mil habitantes, escola, hospital, igreja, prédios públicos, casarios, centro cultural, praças, ciclovia e até teleférico, como toda a sua estrutura urbana, surgiram a partir de uma única indústria. Tudo começou na Fazenda Monte Alegre, na década de 1940. No alvoreço do pós-guerra, o Brasil de Getúlio Vargas se movimentava para reduzir a dependência externa de produtos estratégicos – perspectiva que levou o empresário Horácio Klabin a montar naquele grotão paranaense um grande empreendimento para plantar árvores, produzir celulose e fabricar papel.

Para a operação do complexo fabril, fez-se necessário construir uma vila, que mais tarde se transformou em cidade, batizada com o nome de um famoso colonizador e “pacificador” de índios. A produção de papel em Telêmaco Borba mudou o mapa do Paraná e também o destino de uma antiga região de garimpo, também base para tropeiros na condução do gado pelos sertões. Usina hidrelétrica, barragem para abastecer com água a indústria e os moradores, aeroporto que já teve voos regulares para as capitais e outras obras de infraestrutura transformaram a realidade da nova fronteira – hoje cenário de uma experiência para o desenvolvimento sustentável.

O lugar também é palco de atuação do Imaflora e seus auditores. Resulta de uma trajetória que envolveu responsabilidade ambiental

e social e, principalmente, novas condutas, transformações. Na estrada para chegar a Telêmaco Borba, percebemos impactos de uma região que – como muitas no Brasil – não ficou imune a pressões do desenvolvimento econômico, como a urbanização acelerada e o avanço dos cultivos, das pastagens e do corte predatório de árvores. Ao chegarmos à cidade, entendemos como aconteceu a virada de um jogo que ainda não terminou. Um polo industrial, com dezenas de fábricas que beneficiam madeira dos plantios para móveis e construção civil, dá pistas sobre os novos tempos. A novidade gera reflexos para além da celulose e do papel. Como conciliar a produção florestal à conservação dos últimos remanescentes de Mata Atlântica?

Logo encontraríamos a resposta. Na zona urbana, tomamos a principal avenida para chegar à Fazenda Monte Alegre, onde fica uma das principais sedes da Klabin no País, produtora de papéis para embalagens. É como uma ilha florestal, um bairro verde cercado por outros que cresceram na cidade no rastro da exploração do eucalipto. Prédios administrativos e de produção, laboratórios, viveiros, restaurantes, casas bem cuidadas e confortáveis hotéis compõem, entre outros exemplos, a área operada pela indústria. Extensos plantios, no total de 135 mil hectares, integram-se à mata nativa. No bairro Lagoa se localiza o Centro de Operações Florestais, dirigido por Carlos Mendes. Ele explica como a região sofreu menos com a destruição que não poupou outras porções da Mata Atlântica desde os tempos da colonização.

A preservação, diz Mendes, está atrelada a um marco histórico da empresa e da exploração do eucalipto no País: a conquista do selo socioambiental, conferido em 1998 às florestas plantadas de Telêmaco Borba, após adequações e mudanças recomendadas nos diagnósticos e auditorias do Imaflora. “A certificação foi como o pulo do gato”, compara Mendes. O salto foi impulsionado pelo compromisso da empresa em se diferenciar e testar o sistema inovador

do FSC no Brasil. Após sete anos, em 2005, um novo passo estratégico: além das florestas, também as unidades industriais receberam o selo, carimbando produtos fabricados com a matéria-prima extraída dos plantios.

Mudanças socioambientais marcam uma nova era para a indústria de papel

Ampliou-se a cadeia de produtos certificados até o consumidor. Entre os exemplos, papéis produzidos em Telêmaco Borba passaram a compor caixas de pizza, alimentos congelados e bombons que estampam o símbolo socioambiental. As embalagens com essa identificação são adquiridas por grandes fabricantes para associar a imagem à proteção do meio ambiente e, assim, se diferenciar no mercado. “A certificação representou muito para Telêmaco”, destaca José Valmir Calori, gerente de comercialização e fomento da Klabin. A conquista é fruto de uma trajetória pautada para ser uma referência, com visibilidade e influência no mercado. Por essa razão, o trabalho em torno da certificação exigiu nível criterioso de responsabilidade desde os primeiros passos, em 1996, quando o Imaflora começou o diagnóstico socioambiental no qual recomendou mudanças.

“Éramos um grupo de engenheiros jovens e empolgados com algo diferente”, recorda-se Calori. Em linhas gerais, as auditorias exigiram cuidados para reduzir impactos à floresta, recuperar erosões e áreas degradadas, implantar medidas para a segurança e a assistência social dos trabalhadores e evitar desperdícios, entre outros. A empresa assimilou as exigências. “Foi preciso, por exemplo, adotar métodos para não derrubar e arrastar árvores de eucalipto sobre áreas de conservação natural, embora a medida exigisse novos traçados de corte, mais custo e tempo de trabalho, além de novo maquinário mais apropriado”, conta Calori.

Ajustes para avançar na produção florestal com critérios socioambientais se faziam necessários à expansão dos negócios no exterior. E também tinham o potencial de contribuir para o futuro promissor e sustentável da região de Telêmaco Borba, a cidade que aquela indústria fez nascer e se desenvolver em meio aos eucaliptos. Esforços foram concentrados para mudar procedimentos e cumprir as recomendações iniciais do Imaflora com vistas à certificação. A Klabin estava determinada a alcançar o selo socioambiental do FSC – compromisso assumido nos níveis corporativos mais altos de decisão. Marco emblemático desse posicionamento foi o episódio no qual a empresa solucionou conflito fundiário em área de importância ecológica, cumprindo uma exigência da certificação. Em dois anos de preparativos, muitas arestas foram aparadas. “Um dos resultados foi o maior controle interno de boas práticas e procedimentos, que passou a ser documentado e padronizado”, completa Calori.

No aspecto ambiental, além dos cuidados de praxe para reduzir impactos, manter reservas legais e proteger nascentes, um dos principais avanços foi a conservação da floresta de araucária. Por recomendação do Imaflora, a empresa reformulou os planos de substituir essas árvores, hoje raras na Mata Atlântica, cultivadas na região mediante incentivo do governo federal na década de 1960. Elas seriam derrubadas para o plantio comercial de pinus. No entanto, após estudos que revelaram a importância de sua manutenção, áreas com plantios de araucária foram poupadas como banco genético para a conservação da espécie. Além disso, esses plantios exerciam impor-

“Um resultado foi o maior controle interno de boas práticas e procedimentos, que passou a ser documentado e padronizado”

tante função como fornecedores de alimento para a fauna.

No caso dos plantios da Klabin em Telêmaco Borda, a demarcação dessas áreas que exigem cuidados especiais no manejo florestal também foi importante para proteger uma espécie de anfíbio criticamente ameaçada de extinção: a perereca-zebra, que em todo o mundo só existe naqueles brejos por entre plantios comerciais. A presença de animais raros é possível porque a mata nativa é preservada dentro de um modelo de mosaico florestal com corredores para o trânsito da fauna. É como um jogo de quebra-cabeça, no qual as peças são as diferentes categorias de cobertura vegetal, montadas a partir de critérios que permitam o convívio entre Mata Atlântica e plantações homogêneas de pinus e eucalipto com impactos reduzidos. “Em 2005 e 2006, encontramos ninhos de onça-parda dentro dos plantios”, revela o biólogo Vlamir Rocha, da Klabin.

A região tem a maior biodiversidade do Paraná. É particularmente importante, porque nela confluem três formações vegetais: a Floresta Ombrófila Mista, onde estão as araucárias; os campos naturais e a Floresta Estacional Semi-Decidual. As matas que compõem a área certificada da Klabin abrigam 40 espécies de anfíbios, 38 de répteis, 403 de aves e 84 de mamíferos, como onça-parda e lobo-guará, cujas pegadas são vistas com frequência no Parque Ecológico – área nativa de 11,1 mil hectares mantida pela empresa com centro de visitação, museu e criadouro científico com papagaios, veados-catingueiros e diversos animais. Lá nasceu a primeira anta brasileira criada em cativeiro e reintroduzida com sucesso na natureza.

“O parque é um laboratório vivo para pesquisas de universidades”, afirma Vlamir. Parte delas compõe o monitoramento contínuo da fauna exigido pela certifica o. Câmeras fotográficas com sensores de calor flagram animais que transitam   noite nas plantações e nas matas nativas. Os macacos-pregos são protagonistas de estudos para

evitar danos aos cultivos comerciais. Passaram de vítimas a vilões. Já as 12 espécies de abelhas da região, também foco das pesquisas, adaptaram-se bem ao eucalipto e continuam polinizando a Mata Atlântica. E os morcegos usam as áreas plantadas como corredores para alcançar a mata nativa. “No Programa Mata Legal, os estudos sobre a biodiversidade dão suporte a propriedades vizinhas para manter áreas de preserva o”, informa Vlamir.

Rela o com trabalhadores e comunidades tornou-se mais justa

“A experiência da Klabin contribuiu para o mercado compreender melhor o selo e suas vantagens”, destaca o consultor Ant nio Carlos Antiqueira. “Há poucos anos, a maioria das empresas florestais temia a certifica o, vista como uma tábua de exigências e sin nimo de custo, mas agora a visão   diferente”, explica o consultor. Ele conclui: “Além de mais espaço no mercado, os ganhos trabalhistas e sociais são diferenciais visíveis”.

Antiqueira tem razão. Treinamento e capacita o, uso de equipamentos de segurança, assistência   saúde, benefícios sociais e melhores condi oes de trabalho foram conquistas alcançadas pelos trabalhadores. A certifica o socioambiental conduzida pelo Imaflo- ra mudou a cultura operária no campo. “Antes  ramos resistentes, mas logo descobrimos as vantagens de tantas regras”, conta João Ernesto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba, que se elegeu duas vezes vereador tendo como bandeira os benefícios conquistados para a categoria. Para conhecer como funciona a certifica o, o sindicalista participou de cursos no Brasil e até no Canadá. “Vimos seriedade e transparência nas ideias do Imaflo- ra”, afirma João, lembrando que as reivindica oes do sindicato sempre tiveram resposta. “Somos ativamente participantes e não simples co-

adjuvantes na certificação e nas suas melhorias”, ressalta.

Os avanços foram importantes. “Se no passado ficávamos duas semanas no mato para cortar árvores, hoje temos transporte para voltar em casa todos os dias, a jornada de trabalho é menor, a alimentação melhorou e somos trabalhadores mais qualificados.” O salário aumentou e os ganhos por produção foram embutidos na folha de pagamentos. No quesito segurança, recorda-se o sindicalista, “não foi fácil mudar a cabeça dos operários para o uso obrigatório de proteção”. Atualmente, usar capacete, botas e outros apetrechos é rotina – “diferente da realidade nas fazendas não-certificadas”. João lembra que cada trabalhador era dono de sua própria motosserra, praticamente o único bem material que tinham. A certificação aposentou o hábito, exigindo o uso exclusivo de equipamentos da empresa. A novidade, aos poucos, foi assimilada pelos operários. “A certificação não serviu somente para educar o patronato, mas também os trabalhadores; somos parceiros para que as transformações ocorram.”

É um caminho sem volta, impulsionado por saltos estratégicos. Um dos marcos históricos mais importantes foi a decisão da Klabin de aumentar o espectro de usos para as árvores de seus plantios. Além de fonte para celulose e papel, a floresta de eucaliptos e pinus passou a ser explorada também para fornecer madeira à construção civil e indústria moveleira – tudo sob a bênção do certificado socioambiental. Como resultado, Telêmaco Borba tornou-se um vigoroso polo de serrarias e fábricas de compensado, laminação, pisos, painéis, portas, esquadrias para janelas e outros produtos madeireiros de alto valor agregado. Reúne indústrias que produzem matéria-prima diferenciada, fornecida para importantes compradores – sobretudo no exterior – que exigem o selo FSC para atender a um mercado cada vez mais criterioso.

Inaugurou-se, assim, uma nova etapa do desenvolvimento eco-

nômico da cidade que a Klabin ajudou a criar. No passado, a região foi palco para a derrubada de araucárias. Hoje tem como centro das atenções a floresta plantada de eucalipto e pinus. É alternativa promissora para abastecer as indústrias, diante das restrições para o corte de madeira nativa na Amazônia. Em busca de novos mercados, a Klabin resolveu diversificar. Tinha como trunfo a certificação para o manejo de sua floresta – reconhecimento de mercado válido também para o aproveitamento da madeira sólida. Sob orientação do Imaflora, a atividade se expandiu, compondo uma cadeia de novos negócios que floresciam a reboque da floresta multiuso.

“No primeiro momento, começamos a desenvolver tecnologia para beneficiar madeira de eucalipto com qualidade”, diz o engenheiro florestal Jesuíno de Oliveira, que trabalhou por trinta anos na Klabin e hoje é proprietário da Tecnomade. Certificada em 1999, fornece matéria-prima para grandes fabricantes, como a Butzke, produtora de móveis para jardim com madeira de reflorestamento. “Derrubamos mitos sobre a qualidade do eucalipto, antes restrito a dormente de trem e lenha”, conta Oliveira, orgulhoso pelo pioneirismo.

Todos os anos, como ocorre nas demais fábricas certificadas na cidade, Jesuíno recebe a equipe do Imaflora para a auditoria de acompanhamento da cadeia produtiva envolvendo a madeira, de acordo com o FSC. Criou-se o hábito da preferência pela qualidade com padrão socioambiental, valorizado por grandes redes de lojas. “É uma melhoria contínua que vale a pena, porque só assim conseguimos andar no mercado”, justifica o empresário. “Trata-se de um

Efeito dominó da certificação transformou a cidade de Telêmaco Borba em vigoroso polo madeireiro voltado para exportação



2

A partir de seus viveiros de muda em Telêmaco Borba (PR) [1], a Klabin mantém extensos plantios comerciais [2] para produzir celulose e papel, além de madeira sólida. A certificação, alcançada mediante o trabalho do Imaflora, serviu de modelo para as indústrias do setor



As florestas plantadas movimentam um vigoroso polo madeireiro em Telêmaco Borba, que tem no selo socioambiental um instrumento para a conquista de espaços no mercado internacional, cada vez mais exigente quanto à origem dos produtos que chegam ao consumidor

trabalho organizado, centrado em normas muito bem definidas.”

Na vizinhança, Natalino Menegassi, também ex-funcionário da Klabin, seguiu caminho parecido. Há dez anos, montou uma serra-ria com seis empregados e hoje reúne 54, fornecendo madeira para uma multinacional estrategicamente situada no polo de Telêmaco Borba para encaminhar a matéria-prima brasileira de qualidade à

Dos cabos de vassoura ao substrato orgânico para cultivar mudas, a floresta oferece variadas opções de produtos certificados

fabricação de móveis no Vietnã. “A certificação nos afasta dos aventureiros e garante clientes mais estáveis”, explica Menegassi, com planos de expandir as vendas de batentes e forros de eucalipto para o mercado interno da construção civil. Ele justifica: “Já existe maior consciência no País para valorizar esses produtos com melhores preços”.

As histórias se multiplicam. Há empresas que começaram do nada e hoje exportam para várias partes do mundo. A Paledson Madeiras, a primeira indústria de produtos madeireiros submetida às auditorias do Imaflora em Telêmaco Borba, começou suas atividades há vinte anos sob um velho galpão. Fabricava caixas de frutas para o Ceasa, utilizando resíduos de serrarias – as “costaneiras das toras”. Depois, aprimorou a técnica para beneficiar e homogeneizar o eucalipto e passou a produzir cabos de vassoura de primeira linha, exportados com o famoso carimbo do FSC. Hoje, 80% da produção de componentes de janela, tampos de mesa, portas e decks de piscinas destina-se ao mercado europeu. “O futuro do negócio depende de como tratamos os trabalhadores”, avalia Edemilson Silva, diretor da Paledson. Ele tem na bagagem uma longa história de relacionamento com o Imaflora. “Para fazer a certificação, é preciso ter alma”, completa Silva, apontando um dife-

rencial nesse trabalho que é também indutor de inovações.

Do eucalipto tudo, ou quase tudo, se aproveita. Em Telêmaco Borba, também o pinus tem mil e uma utilidades. O seu resíduo transforma-se em substrato orgânico para o cultivo de mudas. Foi o nicho encontrado pelo empresário Leonardo Klabin para inovar, obter excelentes resultados financeiros e ainda reduzir impactos ambientais da produção de celulose. A matéria-prima tem como origem as cascas de madeira que sobram na indústria papelreira de sua família e eram despejadas como resíduo nos aterros sanitários. “Fui criado para ser diretor florestal da Klabin, mas o destino mudou minha vida”, revela o empresário, que hoje emprega 180 pessoas e produz por ano 100 mil toneladas de substrato orgânico. A ideia surgiu quando Leonardo viveu três anos em kibuts israelenses, onde aprendeu a cultivar mudas de árvores em bandejas com tubetes de plástico. Ao retornar para o Brasil, instalou uma fábrica no Rio de Janeiro para produzir 20 milhões de unidades por ano, destinados a plantios de eucalipto, fumo e pinhão-manso. Depois, além desse material, o empresário passou a produzir também as mudas. Em 1997, deu um novo passo, investindo na fábrica de substrato vizinha à Klabin, em Telêmaco. “A certificação foi um processo natural, da qual temos orgulho – e vantagens, pois contribui para reduzir burocracia e barreiras nas vendas para grandes empresas.”

Os novos usos para o eucalipto abriram um promissor mercado para produtores rurais com plantios no entorno da Klabin. Além de fornecer matéria-prima para a produção de papel, os fazendeiros também alimentam com toras as fábricas do polo madeireiro que se desenvolveu no município. E, aos poucos, começam a aderir à certificação socioambiental, integrando-se à cadeia. Hoje existem 6.900 produtores rurais que participam dos programas de fomento florestal da Klabin em 16 municípios da região. “O esforço agora é romper

barreiras culturais, resolver questões de custo e levar aos pequenos produtores os mesmos critérios e preocupações socioambientais do selo”, afirma Paulo Vicente Ângelo, responsável pelo setor de fomento florestal da Klabin.

Para reduzir barreiras e tornar a certificação mais acessível, o Imaflora concebeu uma ferramenta inovadora para beneficiar assentamentos rurais e pequenos produtores em grupo. A primeira experiência do País nesse campo aconteceu em Telêmaco Borba. “A certificação me transformou em ecologista”, revela o produtor Raul Speltz. Ele trabalhou como diretor florestal da Klabin no período dos ajustes e preparativos para adotar as normas socioambientais. Depois, tornou-se proprietário rural e logo buscou o certificado para seus plantios de eucalipto, conferido após as auditorias do Imaflora. Suas terras compõem um total de 10 mil hectares certificados em um grupo de propriedades, pertencentes a sete produtores. Após a certificação, diz Speltz, “estamos mais perto da Alemanha do que do Usbequistão”. Mas é preciso avançar: “Falta agora as fábricas tornarem-se mais conscientes para discernir o joio do trigo; estamos só começando”.

A certificação, como resultado do estilo Imaflora de agir, deu novo valor ao eucalipto. Permitiu uma melhor compreensão sobre os seus reais efeitos na natureza. O cumprimento de rígidos critérios ecológicos e sociais abriu perspectivas para a convivência harmônica das plantações com o ambiente natural, gerando o mínimo de impactos. A questão é vital na Mata Atlântica, reduzida a 8% da floresta original. Além da biodiversidade em alto risco, o bioma concentra importantes fontes hídricas e as cidades mais populosas do País. Mais de 80% das terras estão em propriedades particulares – apenas uma ínfima parcela é protegida na forma de parques e reservas. São características de uma realidade delicada, que exi-

ge medidas de controle e monitoramento, como as aplicadas pelo Imaflora no trabalho da certificação dos plantios comerciais. As práticas de conservação se multiplicaram à medida que outras empresas florestais procuraram o selo após a experiência em Telêmaco Borba. Nos anos seguintes, a própria Klabin expandiu a política para suas unidades industriais em outros estados. Empresas como Suzano Papel e Celulose (na Bahia e em São Paulo), Satipel Florestal, Arauco Florests Brasil e Celulose Irani, entre outras, seguiram a mesma trilha. Até maio de 2009, a instituição tinha certificado 22 plantações, totalizando 1 milhão de hectares com 35% de áreas destinadas à conservação.

Há muito que avançar para tornar a relação entre eucalipto e conservação ambiental completamente saudável, mas recentes estudos científicos mostram que o trabalho está no caminho certo. Na pesquisa concluída em 2008 pela Esalq/USP, sob encomenda do Imaflora, foram comparados sete empreendimentos certificados e sete não certificados, no Sul do País. Após a avaliação de quesitos como condições de trabalho e conservação de florestas naturais, os pesquisadores constataram os ganhos da certificação socioambiental. Nas propriedades certificadas, salários, qualidade da alimentação e benefícios sociais dos trabalhadores são superiores. E é menor o uso de produtos químicos tóxicos. Nessas áreas, 42% das terras são destinadas à conservação, superiores aos 20% que a lei obriga para a região. As empresas reconhecem benefícios gerenciais para seus negócios e a maior facilidade de exportação do produto.

Na Klabin, em Telêmaco Borba, os ganhos são potencializados pela diversificação de usos para a floresta. Entre os destaques, está a exploração de plantas medicinais com o selo da certificação. A iniciativa nasceu como um diferencial para o plano de saúde dos funcionários, dentro de um modelo de autogestão. “O objetivo de produzir

medicamentos a partir da floresta foi melhorar a assistência médica e reduzir custos relativos ao tratamento de doenças e aos dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde”, conta a farmacêutica industrial Loana Johansson, gerente de operações da unidade de fitoterápicos da Klabin. O benefício atinge 15 mil pessoas, entre trabalhadores e suas famílias, proporcionando uma redução de 35% nos gastos médicos. Os remédios naturais podem, segundo Loana, reduzir pela metade o tempo de cicatrização de feridas causadas por acidentes de trabalho.

O aproveitamento das plantas com propriedades terapêuticas recai sobre a área nativa de manejo sustentado da Klabin, correspondente a 30% de seus 85 mil hectares de florestas naturais preservadas. Também são utilizados 30 hectares de cultivos comerciais de eucalipto, com o qual são produzidos xaropes e antissépticos. Hoje os laboratórios da empresa produzem remédios a partir de 60 espécies vegetais, entre as 130 viáveis de aproveitamento na região, como a espinheira-santa para o aparelho digestivo e o barbatimão contra ferimentos. As plantas compõem uma linha de fitoterápicos capaz de tratar cinco doenças responsáveis por 49,7% de todos os problemas de saúde entre os trabalhadores da empresa e suas famílias, da gripe à hipertensão. Na linha de beleza, são fabricados cremes hidratantes e pós-barba com extrato de confrei, entre outros. O projeto agora é investir em produtos laborais, focados na saúde do trabalhador, como protetores solares, repelentes e desodorantes de sálvia.

Além de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, medicamentos e cosméticos naturais ganharam importância comercial com o selo socioambiental. “Têm potencial de ser um negócio à parte para a empresa”, explica Loana. Ela lembra que as avaliações do Imaflora padronizaram condutas e melhoraram a produção, hoje referência internacional em fitoterápicos. Tudo começou no traba-

lho de certificação das plantações comerciais da Klabin, em 1998, quando surgiu a recomendação de incluir no pacote de normas e critérios o manejo de espécies não-madeireiras. Na lista estavam as plantas nativas de interesse para abastecer a farmácia de produtos naturais da empresa. Para viabilizar a exploração dentro de regras e limites, foram avaliadas as doenças mais frequentes entre os trabalhadores e quais espécies vegetais existiam na floresta com poder de curá-las. O inventário exigido para a certificação mediu o estoque de plantas, o diâmetro, a biomassa, o grau de regeneração e quantidade que poderia ser explorada para manter a floresta saudável e produtiva.

Soma-se como alternativa econômica a produção de mel por abelhas nativas sem ferrão que polinizam a floresta. Sob a perspectiva da certificação, constitui também uma alternativa econômica, objeto de pesquisas desenvolvidas em parceria com universidades. O conhecimento gerando know-how que começa a ser multiplicado para complementar a renda de cooperativas e produtores rurais – uma demonstração de que a floresta bem aproveitada é viável para diversos fins.

Trabalho da certificação chega à produção de remédios com plantas medicinais extraídas da mata nativa por entre os eucaliptos

Mudança de rota no campo



Pioneirismo na agricultura abre novas perspectivas após o sucesso com as boas práticas no café

O hábito do indispensável cafezinho ganha sofisticação. Conquista valor, tanto nas delícias preparadas pelos baristas, como nos cuidados de campo para reduzir impactos que por séculos marcaram essa cultura agrícola no País. O novo modelo, proporcionado pela experiência do Imaflora com a certificação, é uma exigência de *traders* frente os dilemas para o futuro do planeta. Segue regras rígidas de respeito ao meio ambiente e aos trabalhadores, inspecionadas por auditorias de campo independentes. As práticas ultrapassam as cercas das fazendas: garantem a origem do grão em todas as etapas de beneficiamento até chegar às xícaras.

Exemplo desse trabalho está no município de Pedregulho (SP), a 455 quilômetros da capital paulista, onde se localiza a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, da Octavio Café. “Muita coisa mudou por ali”, afirma a balconista do principal hotel da cidade, ao indicar o caminho para chegar à propriedade. No pórtico de entrada, a placa é sugestiva: “Bem-vindo ao mundo dos cafés especiais”. Chegamos ao prédio onde funciona a torrefação, com maquinários sob teto de vidro, em ambiente branco iluminado por luz natural. O capricho na estrutura chama atenção. No laboratório ao lado, máquinas de café expresso testam aromas e sabores do produto final – e é difícil resistir à tentação de prová-lo. “É resultado de 119 diferentes processos, desde a escolha das sementes até o preparo correto da bebida”, diz João Guilherme Martins, diretor-executivo da fazenda, enquanto enche a primeira xícara.

Logo percebemos a dimensão dos cuidados para se obter aquele café de qualidade. Na parede do escritório central, uma placa com dez princípios de conduta tem a famosa logomarca do “sapinho” – o selo socioambiental Rainforest Alliance Certified, conferido no Brasil mediante o trabalho do Imaflora. O diferencial na produção, obtido

pela fazenda em 2007, impulsionou melhorias. “O cafezal pulou de 100 para 1.150 hectares e, em apenas 11 meses, construímos sobre antigas pastagens 150 mil metros quadrados de benfeitorias, como galpões de máquinas e lavanderia de equipamentos para proteção individual dos trabalhadores”, conta Martins.

Sob o aspecto ambiental, 30% da fazenda está protegida como reserva legal e áreas de preservação permanente, na beira de rios. Compõem mosaicos florestais integrados por corredores para permitir o trânsito da fauna: lobos-guarás, onças-pardas, raposas, pacas, capivaras e aves de rapina. Espécies animais quase extintas na região por conta dos impactos do passado retornaram em maior número após o reflorestamento com 80 mil mudas e a execução de um plano de manejo para conservá-las.

O café socioambiental é rastreado desde a colheita até chegar à xícara

Em alguns pontos, a certificação reforçou práticas anteriores da empresa, como reduzir agroquímicos. Em outros aspectos, proporcionou inovações. O destaque é o uso racional da água, que inclui a proteção das nascentes. “Antes irrigavam pastos; hoje são conservadas como relíquia”, revela Martins. Toda a água usada na produção e lavagem dos grãos é reciclada para retornar aos riachos. O consumo foi reduzido a um quarto da média nacional para essas atividades. “O controle é importante, pois todo o processo para se chegar a uma única xícara de café consome entre 30 mil e 50 mil litros de água”, informa Martins, lembrando que obedecer a regras passou a ser uma rotina, uma questão de sobrevivência do mercado.

Uma das principais garantias proporcionadas pela certificação é a chamada “rastreadibilidade” – ou seja, a certeza de que o café vendido nos supermercados ou a bebida saboreada nas cafeterias tem

como origem cultivos sob rígidos critérios socioambientais. Desta maneira, a Octavio Café aprimorou os sistemas que permitem rastrear o produto em todo o seu caminho – dos talhões à torrefação final, passando pela usina de homogeneização dos grãos, secagem, descanso nos silos de madeira, limpeza, seleção e preparação dos *blends* que conferem identidade ao café. “Precisamos do selo para

Zelar pela aplicação correta das normas nos cultivos significa conservar remanescentes florestais e melhorar a vida no meio rural

dizer ao mercado o que fazemos”, explica Martins. “Mais que preço, buscamos a preferência, que é uma vantagem competitiva duradoura.”

O modelo se replica para além dos limites da fazenda, mediante a capacitação de técnicos. Para reforçar a produção sustentável, uma iniciativa pioneira é a criação da UniOctavio – uma universidade do café, que ocupa

instalações em São Paulo e o prédio da torrefação na fazenda, oferecendo cursos sobre diversos temas – desde o plantio até o preparo e a degustação da bebida. O projeto também abre os cultivos à visita turística, o que contribui para divulgar e valorizar as novas práticas responsáveis e seus benefícios. Com as normas socioambientais, os trabalhadores tornaram-se mais qualificados. São registrados, trabalham em ambiente limpo sem desperdícios, usam equipamentos de segurança e têm alojamento e alimentação adequados. “Cenas de camponeses mal nutridos que levantam pó ao manusear peneiras por entre cafezais é coisa do passado”, ilustra Martins.

São avanços que marcam uma história, iniciada no campo em 1999 com a criação da Rede de Agricultura Sustentável (RAS), que hoje integra 12 países para a certificação socioambiental de cultivos

agrícolas. O sistema de normas elaborado pela organização tem expressivo reconhecimento internacional. No Brasil, o modelo é aplicado no campo sob a responsabilidade do Imaflora, membro-fundador da RAS. Cabe à instituição o trabalho de realizar diagnósticos e auditorias nas fazendas, entre outros procedimentos para a certificação cumprir o seu principal objetivo: promover o desenvolvimento econômico de modo a garantir o bem-estar, a qualidade de vida e os recursos naturais às gerações futuras.

A agricultura preconizada pelo carimbo da RAS, colocada em prática mediante a contribuição do Imaflora, está baseada em três pilares. No ambiental, protege habitats naturais, recursos hídricos e vida silvestre. No econômico, melhora os sistemas de produção e a gestão dos negócios e, no social, adota medidas para garantir boas condições de trabalho e moradia aos empregados, assistência à saúde e educação e benefícios para as comunidades do entorno. A partir de princípios gerais, os critérios desdobram-se em indicadores mais específicos que são inspecionados em campo – como o manejo das matas, a maneira correta de armazenar agroquímicos, o destino dos resíduos, o combate ao desperdício, a proteção dos solos, a forma de lidar com as comunidades vizinhas e o conforto e higiene dos alojamentos, entre outros pontos.

São cuidados que ganham valor e importância com a maior consciência para a produção sustentável em larga escala de alimentos e outros produtos de origem agrícola, como os biocombustíveis. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), nos próximos anos será preciso produzir comida suficiente para mais de 2 bilhões de pessoas hoje atingidas pela fome – e fazê-lo de uma maneira que proteja e melhore a base de recursos naturais necessária para essa produção, além de tornar mais dignas as condições de vida no campo.

A meta da ONU esbarra no modelo de expansão agrícola que predomina no mundo, sem critérios para reduzir impactos. Entre 1960 e 1970, o avanço dos agrotóxicos, da mecanização e do melhoramento genético, associado ao crescimento da indústria agrícola, culminou na chamada “Revolução Verde”. Tinha como força motriz o aumento da produtividade, substituindo moldes tradicionais de produção por monoculturas exigentes em fertilizantes e defensivos químicos contra pragas. Em 30 anos, a produção de alimentos dobrou no mundo. Mas o modelo, que persiste até hoje, gera padrões insustentáveis. Mundialmente, os agricultores aplicam hoje dez vezes mais fertilizantes químicos do que em 1950.

Quando não há cuidados, as consequências são a poluição dos solos e da água, o desmatamento, a erosão, a perda da fertilidade da terra e a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, sem falar dos impactos para o trabalho e para a qualidade de vida no campo. Nas áreas rurais do planeta, está 75% do 1,2 bilhão de habitantes que vivem com um dólar ou menos por dia. O êxodo para as cidades em busca de trabalho e renda é uma realidade preocupante. Metade da população mundial já habita o ambiente urbano, sem o devido investimento do poder público em habitação, saneamento, distribuição de água, transporte e outros serviços.

O potencial brasileiro como referência de agricultura responsável

A busca por práticas sustentáveis, inerentes à certificação socioambiental, abre perspectivas de mudança. O conceito emergente, em contínuo processo de refino e aperfeiçoamento, contribui para se estabelecer uma nova cultura. Nesse cenário, o Brasil é um campo fértil para fazer a diferença em escala global. Tem grande potencial para atender à demanda por alimentos como referência de agricul-

tura sustentável. O País, em realidade, é hoje uma das grandes fontes de produtos agrícolas do planeta. Abriga 47,4 milhões de hectares de cultivos – quase igual ao tamanho da França. E, ao contrário do que acontece em outras partes do mundo, possui extensas áreas disponíveis para cultivos. A questão é incorporá-las sem provocar desmatamento, exaustão dos recursos hídricos e impactos à biodiversidade e à vida da população.

O agronegócio responde por 35% de todas as riquezas brasileiras – e a maior parte dessa fatia provém da agricultura, responsável por um quarto das exportações do País. Além da cana-de-açúcar, da soja, do suco de laranja e do papel e celulose, o café é destaque nessa pauta de exportação. São produtos resultantes de um modelo marcado pela expansão horizontal das monoculturas agrícolas para gerar divisas e ocupar novas fronteiras – uma história de longa data. Em sua carta a D. Manuel relatando o descobrimento do Brasil, o escrivão Pero Vaz de Caminha descreveu a então Terra de Santa Cruz como um lugar em que tudo poderia ser plantado. Em tese, a afirmação é verdadeira. Mas, após séculos de intervenções, tanto fazendeiros brasileiros quanto grandes compradores no exterior estão descobrindo que a persistência no velho padrão pode tornar os plantios inviáveis.

A disposição de aliar compromisso social e ambiental a oportunidades de mercado pode virar um jogo que já dura muito tempo. No mundo existem em torno de 250.000 hectares de propriedades rurais com certificado Rainforest Alliance Certified, totalizando mais de 600 empreendimentos (dados de março de 2009). Boa parte dessa área, cerca de 65 mil hectares, está no Brasil, onde a procura pelo selo não para de crescer. Em 2008, existiam em território brasileiro 72 fazendas certificadas, envolvendo 9 mil trabalhadores – 87% mais áreas que no ano anterior. O carro-chefe é o café, primeiro produto agrícola brasileiro que ganhou o selo socioambiental, mediante o

trabalho do Imaflora. O marco histórico está atrelado ao pioneirismo da Daterra Atividades Rurais, no cerrado mineiro, campo de provas para adaptar as características dos cultivos brasileiros às regras inicialmente criadas para o café em outras regiões das Américas (leia no capítulo 1).

Desde então, o mercado externo amadureceu, tornou-se mais exigente e passou a pagar mais por produtos com a garantia socioambiental. Os produtores sentiram-se atraídos. No começo de 2009, graças ao trabalho do Imaflora na aplicação das normas, havia no Brasil 35 empreendimentos cafeeiros certificados, espalhados pelas principais regiões produtoras. No cerrado de Minas Gerais e Bahia, as fazendas têm maior porte, com uso de maquinário pesado, colheita mecânica, mais insumos agrícolas e maior estrutura de beneficiamento. Já no Sul de Minas, São Paulo, Paraná e Espírito Santo, predominam as pequenas e médias propriedades, o que levou o Imaflora a buscar soluções para atender às diferentes realidades.

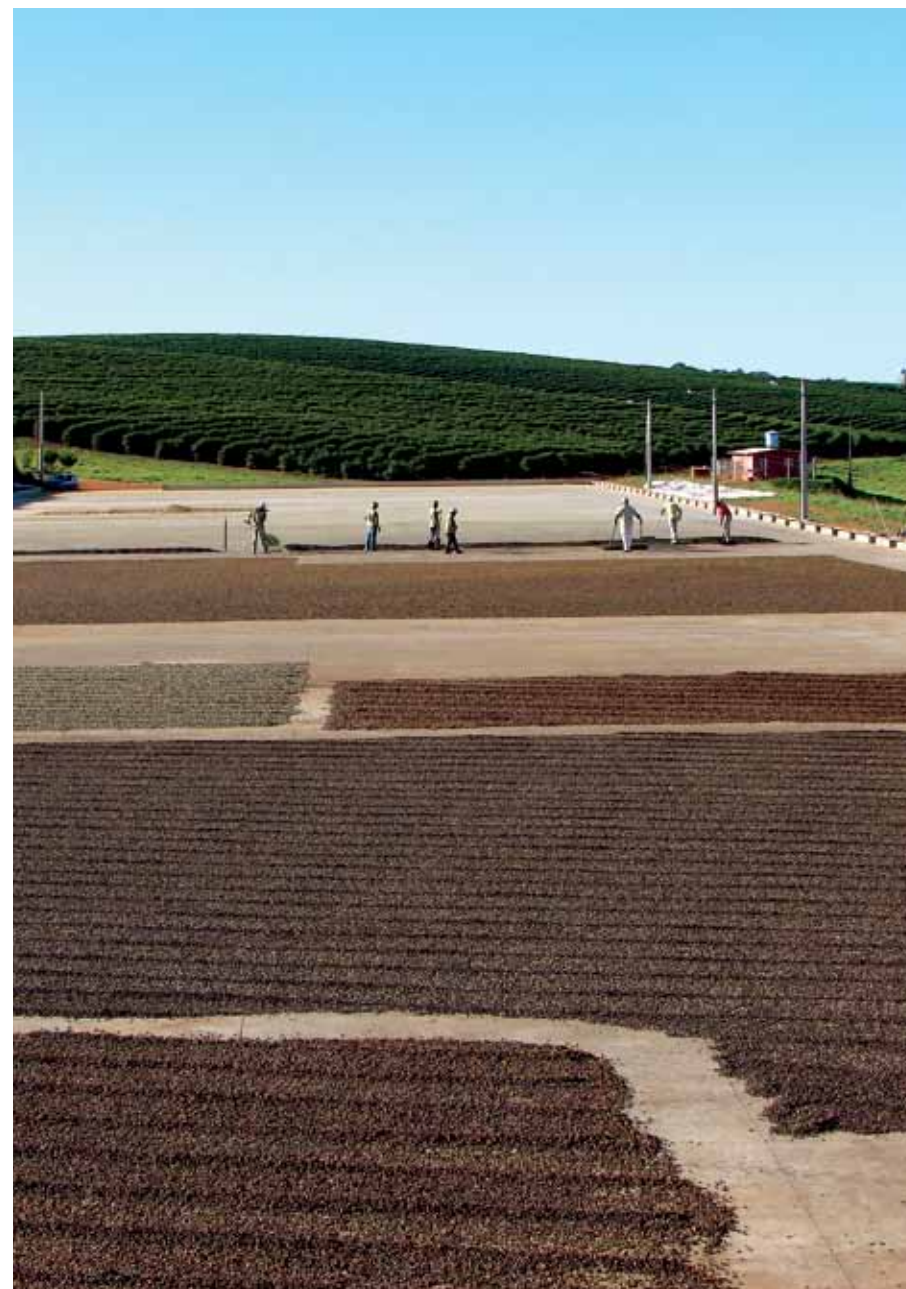
“Tudo começou quando encontramos técnicos do Imaflora na sede do Café Bom Dia, empresa que buscava fornecedores qualificados e hoje compra nosso produto”, conta Glória Collares, proprietária da Fazenda Itaoca, em Conceição do Rio Verde (MG). O episódio marcou uma relação que dura até hoje. “Queríamos evoluir, agregar valor ao café e tínhamos boas chances na certificação porque usávamos baixa quantidade de agrotóxicos”, diz a produtora rural. Foi um ano de preparativos para receber a equipe de auditores do Imaflora. “Contratamos um consultor e fizemos uma reunião com os empregados na capela da fazenda para explicar o que é a certificação e o que ganharíamos com ela”, recorda-se Glória. São apenas 213 hectares de café, mas ajustes foram necessários. Entre as providências, a propriedade averbou 30% da área como reserva legal, adequou maquinário, fez melhorias na colônia dos trabalhadores e construiu uma estação

de tratamento de esgoto. “Em dezembro de 2007, fomos certificados com a ótima nota 89% de conformidade aos padrões”, revela a proprietária. “Após reflorestar três áreas de preservação permanente, o projeto agora é ganhar nota máxima.”

Entre as grandes propriedades, a Ipanema Coffees, no município de Alfenas (MG), foi uma das primeiras a adotar boas práticas agrícolas, reconhecidas por normas internacionais. Em 2004, a fazenda deu um passo estratégico: após rígido processo de auditoria conduzido pelo Imaflora, recebeu o selo socioambiental. “Contribuímos para mudar os rumos da cafeicultura brasileira e sua imagem no cenário mundial”, afirma Edgard Bressani, diretor de relações institucionais e internacionais da Ipanema. Além disso, a certificação promoveu avanços ambientais e sociais. No Projeto Ipê Amarelo, a fazenda desenvolve trabalhos para rastrear com eficiência o café nos processos produtivos, reutilizar água, reduzir impactos e conservar ecossistemas onde vivem 170 espécies de aves e 15 de mamíferos. A esses cuidados, somam-se a capacitação profissional, com 24 mil horas de treinamento por ano, e a avaliação contínua de riscos à saúde do trabalhador. Os ganhos de mercado foram incisivos. “Hoje somos a maior produtora de cafés certificados pelo Rainforest Alliance Certified do mundo”, destaca Bressani. Grande volume é exportado para o Japão e os Estados Unidos e a demanda, segundo ele, é superior à capacidade de oferta.

Expandir os plantios e o consumo do produto certificado no mundo é o objetivo do Projeto Café e Biodiversidade, iniciativa internacional conduzida no Brasil pelo Imaflora para treinar técnicos e

Auditorias induzem novas rotinas nos cafezais para tratar melhor os trabalhadores, diferenciar o produto e conquistar nichos de mercado



O cacau certificado [1] resgata a tradicional cultura agrícola do Sul da Bahia. É marco de uma história iniciada com a certificação do café [2], mudando a realidade no campo. Nas propriedades certificadas pela RAS, são mantidas áreas de conservação de ecossistemas nativos [3]

Na secagem do café certificado, como nos demais processos de produção, as fazendas seguem normas para garantir boas condições de trabalho. Cumprir leis trabalhistas, ter alojamentos adequados e zelar pela segurança e bem-estar social são exigências da certificação

consultores, desenvolver novos mercados e tornar a certificação socioambiental mais acessível aos produtores. Com recursos do Global Environment Facility (GEF) e apoio do Programa Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o programa atua em seis países – Brasil, Peru, Bolívia, Guatemala, Honduras e El Salvador –, com meta de criar condições para certificar 10% da produção mundial de café até 2013.

No Brasil, o plano é alcançar 6% nesse período, atingindo um total de 130 mil hectares. Para alcançar esses números, o Imaflora vai além das auditorias no campo e desenvolve ações para promover o produto junto a novos mercados. O objetivo é fazê-lo chegar ao consumidor final, tanto no exterior como em supermercados e cafeterias do País, dentro de uma cadeia respaldada pela certificação. É a garantia de que os produtos percorrem o caminho até o varejo, levando o conceito de conservação da biodiversidade e de qualidade de vida que o acompanha desde a sua origem, nos cultivos.

Informar o consumidor sobre os diferenciais e os benefícios por trás da escolha do seu tradicional “cafezinho” é uma atividade essencial para desenvolver o mercado, como ocorre em outros continentes. Lá fora o selo socioambiental carimba copinhos de café de grandes redes, como o McDonald’s e em produtos de outras marcas famosas, a exemplo da linha Yuban da Kraft, dos cafés da Lavazza e das barras de sorvete Passo Presso, no Japão. Isso sem falar de outras grandes empresas que buscam produtos certificados, como Cargill, Wall Mart, KLM, Gloria Jean’s e Woole Foods.

No mercado brasileiro, a estratégia do Imaflora para aumentar a escala da certificação e seus benefícios inclui a adoção de modelos mais ágeis e viáveis. Uma das soluções é certificar pequenos produtores em grupo, o que implica menor custo e maior acesso à informação. “Capacitar cooperativas e seus gestores a orientar os proprie-

tários de menor porte para implementar a certificação é o caminho mais curto para eliminar barreiras e disseminar práticas socioambientais”, explica Eduardo Trevisan Gonçalves, do Imaflora.

O desafio de integrar os pequenos produtores ao novo conceito

Na Associação dos Cafeicultores da Região de Monte Carmelo, em Minas Gerais, dez produtores se uniram para compor a primeira experiência brasileira de certificação de café em grupo. Após três anos, as mudanças são visíveis. “A criação de reservas legais foi acelerada e hoje vendemos para clientes que jamais imaginávamos conquistar”, destaca o administrador Oséias Mendes da Costa, coordenador da cooperativa, especialmente contratado pela entidade dos produtores para gerir a expansão do modelo na região. A prática foi incentivada pela Daterra Atividades Rurais, que precisava de mais fornecedores de matéria-prima certificada para atender clientes no exterior. “Como resultado da certificação, os trabalhadores rurais passaram a ser tratados com respeito”, completa Costa.

O fazendeiro Francisco Sérgio de Assis, proprietário da Fazenda Água Limpa e presidente da cooperativa, concorda: “Ninguém se preocupava em registrar funcionários, nem em manter reservas legais”. Na opinião do produtor, dono de 850 hectares certificados, um dos ganhos mais importantes foi “a melhor gestão dos negócios, com reflexo positivo no resultado econômico”.

“Não é tanto uma questão de preços, mas de cultura, e quem não tiver o selo terá dificuldades de mercado, igual como hoje ocorre com a madeira”, prevê Edson Teramoto, coordenador de Certificação Agrícola, do Imaflora, durante palestra em Franca (SP) para um grupo de produtores, líderes sindicais, associações, engenheiros florestais, consultores e representantes do governo estadual e prefeituras. A

região da Alta Mogiana, onde o evento foi realizado, reúne 15 municípios e é uma das principais regiões produtoras de cafés especiais no País, abrangendo cinco fazendas certificadas. Periodicamente, o Imaflora realiza reuniões regionais abertas a um público de perfil variado para explicar a mensagem da certificação, as vantagens e o que ela exige em termos de ajustes e mudanças. Nos encontros, os participantes conhecem detalhes sobre a missão do Imaflora, os tipos de certificação, a estrutura da equipe e as etapas que envolvem esse trabalho – do diagnóstico preliminar das propriedades às auditorias periódicas para verificar ajustes e soluções.

Além de apresentar os princípios e normas que regem a concessão do selo, abre espaço para o debate sobre como vencer barreiras que dificultam a adequação aos critérios socioambientais. Custos, conflitos fundiários, questões trabalhistas e manutenção de reservas legais são alguns desses pontos. “Após a certificação, as reclamações trabalhistas reduziram drasticamente”, revela Sônia Aparecida de Paula, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Franca. “Os antigos bóias-frias estão em extinção. Não há mais analfabetos, pois os empregados voltaram a estudar para se qualificar.”

“É um caminho sem volta, porque o mundo globalizado quer alimento de qualidade na mesa e paga bem por isso”, completa a proprietária Luiza Pucci, da Associação de Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana. A certificação socioambiental contribui para impulsionar esses produtos de qualidade diferenciada, que movimentam no País R\$ 200 milhões por ano (10% da produção mundial).

Normas completas, claras e bem elaboradas, como as que balizam a certificação Rainforest Alliance Certified, são vitais para se atingir bons resultados. Mas também é essencial que sejam bem aplicadas – sucesso que depende do modo de agir e da competência da instituição certificadora, cujo trabalho vai além das auditorias. No caso do Imaflo-

ra, a experiência credencia para modificar o padrão de normas para torná-las mais abrangentes, eficientes e aplicáveis a maior número de culturas agrícolas dentro da realidade brasileira. É um desafio que envolve habilidades, como a de conduzir diálogos, e ocorre dentro de um amplo processo transparente de audiências públicas e aprovação por comitês internacionais. Exemplo recente é a ampliação das normas para permitir a certificação da cana-de-açúcar, milho, soja e demais culturais anuais. Trata-se de uma iniciativa brasileira, aprovada por instâncias internacionais para vigorar nos cultivos de todo o mundo (leia no capítulo 7).

Cana e cacau expandem as fronteiras da conduta socioambiental no Brasil

A cana-de-açúcar para biocombustíveis promete mudar a escala e o mapa da certificação socioambiental das plantações no Brasil. O mesmo já começou a acontecer com o cacau, tendo como cenário a Mata Atlântica. O fruto que marcou a história da Bahia e inspirou os romances do escritor Jorge Amado conviveu ao longo de quase três séculos com a mata nativa, sofreu o impacto de pragas, amargou um longo período de decadência e agora renasce revigorado, impulsionado por práticas agrícolas modernas e pelos cuidados da certificação socioambiental.

Da cidade de Ilhéus, litoral baiano, percorremos a BR 101 na rota das antigas fazendas cacaeiras e percebemos as transformações. A paisagem verde guarda o que restou de uma riquíssima cultura agrícola que se desenvolveu desde o século XVIII sob a proteção de árvores nativas frondosas, mas acabou devastada na década de 1990 pelo mal da vassoura-de-bruxa. No sistema de agrosilvicultura conhecido como cabruca, praticado tradicionalmente na região, o cacaeiro precisa da sombra da floresta para frutificar e, com essa ca-

racterística peculiar, ajuda a conservar a biodiversidade. Ao longo da viagem, avistamos cedros, jequitibás e paus-brasis que escaparam das motosserras graças aos frutos polpudos com o qual a indústria produz um dos alimentos mais apreciados do mundo – o chocolate.

Em vários pontos do trajeto, observamos também montanhas despeladas para criar gado, plantar e aproveitar ilegalmente a madeira. São alternativas econômicas que substituíram o cacau em ruínas. Mas há uma nova chance para a Mata Atlântica – e para uma atividade agrícola tão arraigada na cultura baiana, que sustentou gerações. Mais adiante na estrada, 160 quilômetros do norte de Ilhéus, no município de Igrapiúna, o cacau está sendo retomado como modelo de desenvolvimento sustentável. Os fazendeiros enterraram dogmas e se modernizaram. “Coronéis transformaram-se em executivos”, afirma Paulo Sérgio Santos, diretor da Fazenda Vale do Juliana.

A propriedade substituiu todas as árvores de cacau antigas por clones de novas variedades imunes à vassoura-de-bruxa. Estão protegidos sob a copa da floresta nativa que cobre 70% da área, compondo o sistema de “cabruca”. Há também plantios de bananeira, seringueira para exploração do látex e palmito pupunha, que é originário da Amazônia e se adaptou muito bem ao novo ambiente. Manter reservas legais de floresta, recuperar nascentes, destinar corretamente o lixo e zelar pela segurança e bem-estar dos trabalhadores e moradores do entorno tornou-se rotina na fazenda. A produção passou a ser rigidamente controlada, dentro de uma lista de normas e procedimentos que conferem novo padrão à cultura cacauzeira.

São práticas que ganharam impulso após uma conquista histórica: em 2008, após diagnósticos e auditorias do Imaflora, a Vale do Juliana recebeu a certificação Rainforest Alliance Certified para o cacau. Começava uma nova era para a tradicional cultura agrícola. “O processo nos ajudou a ter mais disciplina e eficiência, com melhor

produtividade”, revela Santos. O trabalho dos lavradores funciona mediante sistema de parceria agrícola: cada família ganha moradia, assistência técnica e gleba de cultivo igual a oito campos de futebol para explorar, com direito a receber 50% da produção. “Caminhamos com as próprias pernas”, diz o pequeno produtor Egnaldo de Jesus, ao trocar o trabalho nos seringais pela colheita do cacau, que lhe garante R\$ 1 mil mensais. Cerca de 1.200 estudantes dos municípios de Igrapiúna e Ituberá são beneficiados pelas escolas – Casa Jovem I e Casa Jovem II, respectivamente municipal e estadual – criadas pela parceria entre a Fundação Odebrecht e os poderes públicos.

Sob o aval das normas socioambientais, o cacau tornou-se mais valorizado, com preços até 30% superiores ao produto não-certificado. Conquistou compradores estrangeiros exigentes. “O selo é nicho promissor lá fora, importante na busca de um cacau de mais qualidade”, atesta Patrícia Moles, gerente da Delfi Cacau Brasil, em Itabuna (BA), que beneficia os frutos certificados, transformando-os em pasta de cacau para exportação. A indústria é também alvo do trabalho do Imaflora para desenvolver a certificação e a cadeia do produto até chegar ao chocolate, garantindo a sua rastreabilidade. Na ponta final, o trabalho permite ao consumidor degustar guloseimas sem culpa pela devastação da Mata Atlântica.

Há tecnologia para isso. “Quando comemos um chocolate, podemos saber de qual região e Estado brasileiro, de qual fazenda e até de qual árvore veio o cacau nele utilizado”, explica Eimar Sampaio, diretor da Fazenda M. Libânio, no município baiano de Guandu (BA). A propriedade, avaliada pelo Imaflora para obter a certificação,

Ações nas fazendas de cacau contribuem para o consumo de chocolates sem culpa pela devastação da Mata Atlântica

tem 800 mil árvores de cacau cadastradas em seu banco de dados. “Queremos expandir os cultivos, com foco nos frutos especiais para chocolates finos, que exigem total controle e padrão diferenciado”, ressalta Sampaio.

O selo socioambiental é um reconhecimento de peso para a conquista desse mercado em expansão no mundo. E a procura por esse di-

Cacauais baianos recuperam a força do passado para competir com atividades destrutivas, como o gado e o corte ilegal de madeira

ferencial tende a se espalhar no Sul da Bahia. “O cacau pode resgatar a hegemonia do passado”, diz Jair Macedo, diretor do Grupo Cantagalo, proprietário de fazendas próximas a Itabuna (BA). A estratégia é investir na qualidade. “Nos tempos dos coronéis, os lucros eram aplicados para comprar mais terras e aumentar o status e poder – e não para cuidar das fazendas”, compara Macedo.

Os cuidados atuais envolvem a conservação do meio ambiente. Na região de Ilhéus e Itabuna, o chamado Baixo-Sul da Bahia, fazendas cacaeiras ocupam o interior e o entorno da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi. O lugar teve a Mata Atlântica reduzida pela metade com a crise do cacau e o corte ilegal de madeira. Hoje é modelo de uso sustentável. A geração de renda, evitando a derrubada da floresta, provém de um conjunto de atividades complementares ao cacau: piscicultura, extração de piaçava e palmito e até geração de energia por micro-hidrelétricas. Com recursos da Fundação Odebrecht e Banco Interamericano de Desenvolvimento, a APA tem uma estrutura invejável: uma estrada-parque de 45 km cruza todo o mosaico de preservação e interliga comunidades rurais, evitando impactos. A estratégia é envolver fazendeiros e comunidades para produzir em equilíbrio com a Mata Atlântica. Recentes estudos comprovam que o cacau contribui

para conservar cerca de 19 milhões de árvores naquele pedaço do território baiano. São 200 espécies arbóreas, incluindo 80% de todo o pau-brasil que restou na faixa litorânea do País. O sistema agroflorestal de cabruca, que permite essa preservação, corresponde a 70% dos atuais 560 mil hectares de cacauais da região. O restante cresce sob plantios homogêneos de árvores trazidas de outras regiões, como a eritrina, de origem australiana, que não se mostrou adequada e está sendo substituída por seringueiras mediante incentivos federais.

O projeto do governo federal é expandir a produção cacaeira com recursos do PAC (Programa de Aceleração da Economia). Pesquisadores advertem que o crescimento não pode ser predatório. “As propriedades precisam cumprir a lei que obriga manter reservas legais”, adverte o engenheiro florestal Dan Érico Lobão, do Cepec (Centro de Pesquisas do Cacau). É também necessário, segundo o pesquisador, reformar áreas de cabruca que foram abandonadas e correm risco de virar pasto, compor corredores de biodiversidade e reflorestar a beira dos rios. Assim o cacau brasileiro segue os passos do café na adoção de práticas sustentáveis. Na trilha da certificação, conduzida pelo Imaflora, o fruto com o qual se elabora o tão apreciado chocolate retoma a força do passado. E o faz com uma visão moderna, gerando benefícios para a floresta e para as populações.

Muito além da certificação



A estratégia inclui apoio para criação de áreas protegidas e o comércio dos produtos certificados

De Santarém, no Pará, onde a equipe pernitoou, foram 45 minutos de voo até a vila de Porto Trombetas com suas minas de bauxita em plena selva. De lá, mais oito longas horas por via fluvial para chegar a Cachoeira Porteira, povoado do município paraense de Oriximiná onde vivem descendentes de quilombolas. Na localidade, atracamos o barco-base da expedição e duas lanchas “voadeiras” para navegar por igarapés rumo a comunidades mais distantes e isoladas. A missão: conhecer as condições de vida dos moradores, sua história e meios de sustento, além de mapear vilarejos, avaliar a organização social e identificar conflitos e ameaças à floresta. As incursões faziam parte de um amplo diagnóstico socioeconômico, realizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em parceria com o Imaflora e governo do Estado. O projeto é subsidiar planos de manejo com regras para o uso das florestas públicas estaduais do Pará, criadas em 2006 na calha-norte do Rio Amazonas. A região é estratégica: guarda o maior mosaico de floresta tropical protegida do planeta.

O aprendizado da certificação proporcionou ao Imaflora desenvolver uma nova linha de trabalho, subsidiando políticas públicas para a criação e gestão de áreas protegidas voltadas ao aproveitamento sustentável. No norte do Pará, a tarefa exigiu disposição e espírito de aventura nos rios encachoeirados, típicos da região acidentada. Para transpor corredeiras, foi preciso fazer desvios por terra – ou seja, desembarcar com toda a carga nas costas e arrastar o barco sobre varas de madeira em antigas trilhas construídas por índios e quilombolas até um ponto da margem propício à navegação. À noite, montavam-se abrigos improvisados na floresta: a rede de dormir era amarrada em duas árvores e sobre ela colocava-se uma lona para proteger da chuva. A água de beber vinha do rio, tra-

tada com hipoclorito. Mosquitos não faltavam, a ponto de um dos integrantes da equipe – apesar de todos os cuidados – adoecer com malária. “A nossa experiência de campo foi decisiva para os resultados da expedição no Pará”, afirma Roberto Palmieri, do Imaflora, acostumado ao convívio com a realidade da floresta.

A aventura estava só começando. A bordo das lanchas menores e mais rápidas, os pesquisadores chegaram a lugares inóspitos de difícil acesso. Em uma dessas incursões, Daniel Santos, do Imazon, encontrou (e fotografou) uma onça pintada que atravessava o rio. O grupo cruzou com garimpeiros e visitou cinco aldeias indígenas, como as dos *katxuyana* e dos *wayway*, que contaram histórias de seus povos e mostraram vestígios dos antepassados.

“Para colher os dados da pesquisa, nosso objetivo era chegar a toda parte onde havia gente.” Foi preciso navegar por dias nessa que é uma das regiões menos habitadas do planeta, com densidade populacional inferior à da gelada Sibéria. É também uma das mais desconhecidas, abrangendo uma imensidão de 7,3 milhões de hectares nas florestas estaduais Trombetas (3,2 milhões de hectares), Faro (600 mil hectares) e Paru (3,6 milhões de hectares), a maior unidade de uso sustentável do mundo em floresta tropical. Essas áreas estaduais, cenário do trabalho de diagnóstico do Imaflora e parceiros, fazem divisa com duas unidades de conservação federais, a Reserva Biológica Rio Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquera, criada para proteger jazidas minerais estratégicas. Somadas, formam hoje um escudo contra o avanço de atividades predatórias, como a extração ilegal de madeira e a abertura de pastagens. “A falta de estradas e as dificuldades do relevo pouparam a região”, explica Palmieri. Ele acrescenta que a organização comunitária, mantida sob regras próprias, também contribuiu para a conservação de uma floresta

onde só agora – com os preparativos para o plano de manejo – o poder público começa a marcar presença.

O povoado mais próximo é Cachoeira Porteira. O lugar surgiu no mapa na década de 1970, ao atrair descendentes de escravos para trabalhar no projeto de uma hidrelétrica que não saiu do papel. Os atuais moradores habitam o que restou da antiga vila operária, parte em ruínas. A piscina do antigo clube virou um matagal. A população, no total de 120 famílias, ganha a vida principalmente com a coleta de castanha. Entre fevereiro e maio, os moradores sobem rios cheios de corredeiras em viagens de até seis dias para chegar aos locais de exploração. “Era também nosso trabalho explicar às comunidades a importância das florestas públicas e como elas funcionam para conservar a biodiversidade e os meios de sustento”, revela Palmieri. No passo seguinte, a tarefa do Imaflora é contribuir para a formação dos conselhos consultivos dessas unidades de conservação, conforme exige a lei, capacitando seus integrantes para participar da elaboração e implantação dos planos de manejo. As questões socioeconômicas integram um diagnóstico mais amplo, com dados levantados por outras instituições sobre a realidade fundiária, a biodiversidade, o relevo e o desmatamento.

O apoio técnico a políticas públicas é exemplo de como o Imaflora constrói diálogos e estabelece pactos para o uso múltiplo e sustentável dos recursos naturais. A participação da sociedade é determinante para garantir a conservação e o bom aproveitamento da floresta. Em 2004, a instituição elaborou um guia de referência que orienta como fazer consultas públicas, promover a gestão participativa e mediar conflitos para criar unidades de conservação. Para esse trabalho, técnicos foram a campo conhecer casos bem e malsucedidos e participou de diversas experiências no Acre, Amazonas, Pará e Amapá. O know-how contou pontos para os bons resultados nas

florestas estaduais do Pará, que começou em 2006, quando o Imaflora orientou as consultas públicas para a criação dessas áreas protegidas. O governo tinha intenção de qualificar o processo para que fosse além de uma mera exigência legal, garantisse a participação das comunidades e proporcionasse transformações. Como resultado das consultas públicas, o mapa inicial das florestas públicas foi redesenhado para excluir terras quilombolas equivocadamente incluídas nos seus limites. A medida evitou conflitos que seriam dificilmente resolvidos após criar as unidades de conservação.

A região é palco até o momento de nove expedições para o diagnóstico socioeconômico. A primeira viagem foi realizada em 2007, ao longo do Rio Nhamundá, na divisa do Pará com o Amazonas. A última, em dezembro de 2008, teve como cenário o Rio Jari, entre Pará e Amapá. O objetivo foi alcançar vilas de garimpeiros a bordo de aviões monomotores. Para aterrissar e decolar em pistas de pouso precárias na floresta, foi necessário retirar todos os bancos da aeronave e reduzir ao máximo a carga. Após aterrissar, os técnicos caminharam quase um dia inteiro em trilhas até chegar ao destino final, onde foram recepcionados pelos líderes garimpeiros da vila. Eles aceitaram participar do diagnóstico porque querem dialogar com o governo e sair da clandestinidade. “Um dos principais desafios é conciliar a atividade garimpeira com os objetivos de uma floresta estadual”, aponta Palmieri. Tanto garimpeiros quanto governo mostram disposição em dialogar e buscar soluções.

Uma das primeiras iniciativas do Imaflora de apoio em políticas públicas teve como cenário o município de Boa Vista do Ramos, no

A aventura na selva para chegar a vilas isoladas e garantir a participação de quilombolas no plano de manejo das florestas estaduais do Pará



Na Feira Brasil Certificado [1], o Imaflores promove o mercado do produto diferenciado pelo selo socioambiental, como as cestarias de Santarém (PA) [2]. Outra linha de atuação é apoiar políticas públicas para áreas protegidas, realizando consultas às partes interessadas

Expedições chegam a comunidades amazônicas isoladas, como aldeias indígenas [4] na região de Oriximiná (PA), onde vivem descendentes de quilombolas [5]. O objetivo é realizar diagnóstico socioambiental para o plano de manejo de florestas estaduais

Amazonas. Mediante parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus, o objetivo foi implantar na região os princípios da Agenda 21, assinada na Rio-92 por mais de 170 países. Pretendia-se com isso criar um modelo de referência para ações de governo em outros municípios da Amazônia. O trabalho começou com o mapeamento participativo do uso da terra nas comunidades rurais, a partir do qual foi

Capacitação da equipe técnica é essencial para articular o diálogo, tornar o manejo florestal uma realidade e promover mudanças

desenvolvida a capacidade local para o manejo florestal comunitário. Ao longo do tempo, outras instituições se engajaram ao projeto, como a Oficina Escola de Luteria da Amazônia, com a promoção da marcheteria (confecção de instrumentos musicais com madeira nativa). A CFR implantou a primeira Casa Familiar Rural do Amazonas e o Instituto Iara articulou acordos para orga-

nizar a pesca. O Instituto Iraquara, por sua vez, entrou com a meliponicultura. Como resultado, o sucesso de Boa Vista do Ramos inspirou outros municípios, como Maués e Parintins. Além disso, a experiência serviu como referência para políticas atuais do Estado do Amazonas, unindo desenvolvimento econômico e conservação da floresta.

O trabalho demonstra que a contribuição do Imaflora é abrangente. Atinge pontos estruturais, peças-chave na estratégia de harmonizar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e qualidade de vida. Para cumprir esse objetivo, a certificação socioambiental é uma de suas armas – a principal delas, que ganha poder de fogo e eficiência na promoção de mudanças, mediante a capacitação contínua de talentos. Atividades complementares de treinamento profissional garantem a qualidade dos serviços e minimiza a falta de conhecimento sobre a certificação florestal e agrícola no País.

É fator essencial para a implantação efetiva do bom manejo florestal e da produção agrícola responsável. Técnicos qualificados são necessários para avaliar empreendimentos com fins de certificação. Mais que isso. Competência para traduzir os valores, os mecanismos, as oportunidades e os benefícios do selo socioambiental é um dos principais desafios para quem promove práticas sustentáveis. Entre os atributos está a capacidade de articular os diferentes atores desse cenário – comunidades, empresas, ONGs e poder público.

Além das auditorias de campo e outros procedimentos técnicos da certificação, o Imaflora incentiva o consumo consciente e o desenvolvimento do mercado para os produtos florestais e agrícolas responsáveis. Aproximar produtores e compradores, debater caminhos e buscar soluções conjuntas é um desafio perseguido pela instituição desde o início de suas atividades. O objetivo maior é levar o mercado a reconhecer o valor da madeira usada nos móveis, da castanha, das essências para cosméticos, do papel que compõe livros e cadernos, do café, do cacau, do chá e demais riquezas produzidas com critérios socioambientais. E fazê-las chegar aos consumidores na ponta da cadeia, ou seja, nas lojas, supermercados e, por fim, nas residências.

Desta maneira, a nova cultura de produção sustentável ganhará escala com reflexos mais visíveis na vida do planeta. Escolhas de compra responsáveis reduzem o lixo que suja as ruas e vai para os aterros sanitários, diminuem a emissão de gases do efeito estufa, evitam o desmatamento e promovem a economia de recursos naturais vitais, como a água. Contribuem também para substituir combustíveis fósseis não-renováveis e usar a energia de maneira racional e eficiente. Isso sem falar do poder que essa decisão exerce para eliminar o trabalho escravo, preservar as culturas e valores tradicionais e melhorar a renda e a vida de comunidades e grupos até então excluídos da economia. No século XXI, o ato de comprar tem, de fato,

importante papel ambiental e social que começa a ser medido nos cálculos da economia.

Trata-se de um debate que nasceu no pós-guerra norte-americano sob um foco diferente, quando movimentos sociais exigiam qualidade dos produtos, dando origem às primeiras associações de defesa do consumidor. A preocupação inicial estava em ter certeza se

Feira de produtos certificados mostra a força das atitudes socioambientais. Aproxima eles da cadeia e leva o novo conceito para as vitrines

os produtos continham o que os fabricantes anunciavam e nos seus efeitos para a saúde e para a rotina da vida diária. O tema começou a tomar corpo ambiental na década de 60, quando o rápido crescimento da população mundial e a cultura dos bens descartáveis tornaram evidente um novo desafio. O avanço da produção e do consumo além dos limites ameaçava

exaurir os recursos naturais e as fontes de energia para as gerações futuras. Em 1962, o livro *“A Primavera Silenciosa”*, de Rachel Carson (1907-1964), causou polêmica ao expor os perigos da poluição, questionando de forma eloquente a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico.

Dez anos depois, na Conferência Mundial de Estocolmo, pela primeira vez a produção dos países ricos era questionada como causa da degradação ambiental. Apenas a melhoria das condições de vida das populações mais pobres e a eficiência dos processos produtivos não seriam suficientes para garantir o equilíbrio do meio ambiente. Estudos científicos mostraram que, pelos padrões vigentes, as fontes de recursos naturais seriam incapazes de suprir as necessidades da população. Era preciso produzir e consumir de uma maneira racional, olhando para o amanhã. Assim surgia, na década de 90, o con-

ceito de consumo sustentável. Constituiu um sinal de mudanças, intimamente atrelado a questões de mercado, como a lógica da certificação socioambiental, que garante a origem dos produtos a partir de critérios rígidos de respeito à natureza e ao ser humano.

Pesquisa do WWF-Brasil e Ibope realizada em junho de 2008 por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente mostrou realidade preocupante: se todos no mundo adotassem o mesmo padrão de consumo das classes A e B brasileiras, seriam necessários três planetas Terra para repor os recursos naturais utilizados. No caso de uma comparação com os países desenvolvidos, essa necessidade seria muito maior. Atualmente, estima-se que a população mundial consuma em média 25% a mais do que a natureza é capaz de repor, com impactos prejudiciais à biodiversidade, às culturas e às condições de vida.

O planeta está em xeque-mate. A maior consciência ao comprar ganhou força para reverter as perspectivas de um futuro sombrio. O consumidor passou a influenciar a cadeia de indústrias e fornecedores cuja política ambiental determina o futuro da vida no planeta. O tema ganhou a dimensão do marketing e hoje diversos artigos encontrados nas prateleiras dos supermercados possuem algum argumento verde. É o pão produzido com cereais orgânicos, o filtro de café feito com papel reciclado, o creme dental que financia a conservação da Mata Atlântica, os bombons feitos com produtos de comunidades extrativistas da Amazônia, entre muitos outros.

Nesse novo ambiente produtivo, onde obviamente é preciso separar o joio do trigo, desenvolveram-se iniciativas transformadoras para além do modismo. O consumo consciente tornou problemas ambientais de impacto global, como a emissão de gases estufa e o desmatamento das florestas tropicais, em mecanismos de mercado que resultam em novos padrões de produção. Na floresta, no campo ou nas indústrias, produtores marcados pelo diferencial de seguir

normas socioambientais conquistam um reconhecimento que rende melhores preços, mais oportunidades de venda e condições ambientais e sociais saudáveis para o desenvolvimento dos negócios.

Ao longo de sua história, o Imaflora tem acreditado que esse é um dos principais caminhos para arraigar os novos conceitos e promover o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e serviços

ambientais oferecidos pelo planeta. Com base em relatórios inéditos sobre a origem e o destino da madeira extraída no País (leia no capítulo 1), a instituição teceu parcerias com outras organizações não-governamentais para mudar os rumos da exploração predatória e incentivar práticas sustentáveis de consumo. Marco histórico desse processo é a feira Brasil Certificado,

realizada pelo Imaflora, Imazon, Amigos da Terra-Amazônia Brasileira e Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil). A iniciativa, realizada a cada dois anos desde 2004, tem como objetivo divulgar produtos diferenciados pelo selo socioambiental, reduzir distâncias entre produtores e compradores, incentivar novos negócios e, assim, promover o setor florestal comprometido com a sustentabilidade.

O evento retrata a crescente diversidade dos produtos certificados – dos móveis e painéis reconstituídos aos objetos de decoração, brindes, alimentos e cosméticos de largo consumo que têm origem na floresta. Comprova a evolução de um mercado, que se solidifica e deixa de ser apenas um sonho de ambientalistas. A terceira edição, realizada entre 16 e 18 de maio de 2008, reuniu 39 expositores e 3 mil visitantes no Centro de Eventos São Luis, em São Paulo (SP). Nos eventos paralelos à feira, foram lançadas ferramentas inovadoras de apoio ao mercado,

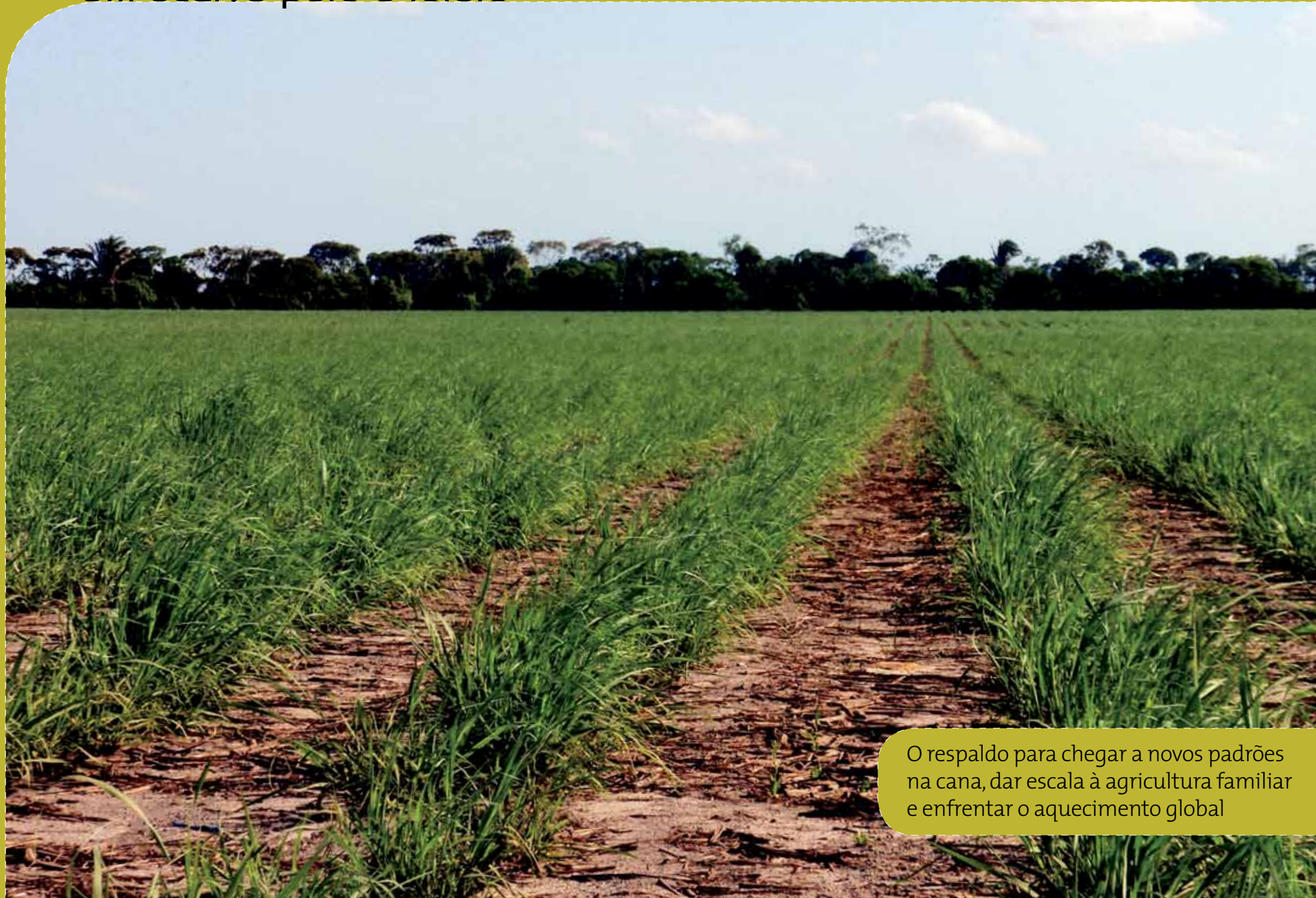
Imaflora avalia ações socioambientais na cadeia produtiva de indústrias candidatas a integrar uma rede internacional de comércio ético

como o Catálogo de Produtos e Serviços Sustentáveis, de acesso *on line*, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas. Em outro lançamento, o Guia de Compras e Serviços Ecologicamente Corretos, o primeiro do gênero no País, apresenta uma lista de lojas e fornecedores que comercializam produtos certificados.

Com base na experiência da certificação florestal e agrícola, o Imaflora amplia as frentes de atuação. Uma das iniciativas é o programa Biocomércio, que tem como diferencial a verificação de princípios socioambientais não apenas na origem, mas ao longo de toda a cadeia de processamento de produtos da biodiversidade até chegar ao consumidor. Indústrias aprovadas nessa avaliação, à qual se submetem voluntariamente, creditam-se a fazer parte do Union Ethical Biotrade – organização internacional que funciona como um seleto clube de empresas responsáveis. O sistema de verificação, criado com a participação do Imaflora, foi testado em campo no Projeto Reça, envolvendo comunidades de Porto Velho (RO). Os princípios priorizam questões como o manejo para conservação da fauna e da flora, a valorização do conhecimento tradicional e a repartição de benefícios econômicos no caminho dos produtos até a indústria.

Produtos que embutem o conceito socioambiental ocupam espaços nas vitrines da moda. A expectativa é que não seja uma tendência efêmera, uma marola – mas uma onda com força suficiente para mudar hábitos e atitudes. A lista é variada. São joias e bijuterias de sementes amazônicas, cadeiras assinadas por designers famosos, portas e janelas com madeira proveniente de manejo florestal, livros impressos em gráficas que utilizam papel obtido de plantios certificados e até redes para descanso produzidas com fibras e madeira de origem socioambiental. Incentivar a cadeia produtiva dessas mercadorias, reforçando seus benefícios, é uma estratégia do Imaflora para ver o resultado do seu trabalho chegar ao consumidor final.

Um acervo para o futuro



O respaldo para chegar a novos padrões na cana, dar escala à agricultura familiar e enfrentar o aquecimento global

Ao revolucionar a ciência com a Teoria da Relatividade, o físico Albert Einstein dizia, ironicamente: “Nunca penso sobre o futuro porque ele chega muito rápido”. De fato, no que se refere às questões ambientais do planeta, o futuro já chegou. Impõe desafios emergentes para governos, empresas, lideranças e organizações voltadas para ações que promovem a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. As perspectivas para o Imaflora em busca de caminhos para os dilemas do século XXI não poderiam ser diferentes e o seu modo de agir terá como base a experiência na floresta e no campo, o aprendizado com erros e acertos, o conhecimento técnico e o modelo socioambiental construídos ao longo dos últimos anos.

São competências acumuladas no diálogo, no consenso, na mediação de conflitos e no monitoramento de ações -- uma visão focada em vários ângulos, sem dogmatismo. É um olhar para o amanhã com a responsabilidade do pioneirismo em áreas estratégicas para o bom uso dos recursos naturais, dentro de padrões que aliam viabilidade econômica, justiça social e proteção ambiental. Assumir a linha de frente nesse momento histórico, quando o mundo enfrenta as ameaças das mudanças climáticas, é um projeto natural para uma instituição reconhecida no Brasil e no exterior pelas transformações ambientais e sociais já alcançadas na produção florestal e agrícola.

O trabalho é contínuo. Apesar dos saltos de qualidade, há muito que fazer e melhorar para garantir um futuro saudável às próximas gerações. Os mais recentes relatórios das Nações Unidas indicam que estamos diante de uma urgência – uma questão de sobrevivência. A Avaliação Ecológica do Milênio, patrocinada pela ONU, revelou que, dos 24 serviços vitais fornecidos pelos ecossistemas, 15 estão em declínio no planeta. Se nada mudar, os mecanismos que sustentam a vida na Terra são incapazes, por exemplo, de garantir

água limpa, alimento e clima estável. O desmatamento para extrair madeira, abrir cultivos e pastagens e expandir cidades chegou a um nível que logo pode tornar-se insuportável, com graves impactos regionais e globais ao meio ambiente, à biodiversidade e ao sustento das populações. Um terço da humanidade vive em países onde a água é escassa e, em muitos locais, são fontes de conflitos. É consequência da extração excessiva de recursos hídricos, do desperdício e da poluição e do uso inadequado do solo. São problemas que prejudicam as metas para reduzir a fome no mundo e exigem medidas de controle não apenas ambientais, como também sociais, econômicas e políticas. Em resumo, em nome das futuras gerações, é urgente mudar os atuais padrões produtivos.

Está em jogo a sustentabilidade do planeta, que depende essencialmente de como trataremos o mais grave problema ambiental deste século: a mudança global do clima – um novo e desafiante campo de atuação que se apresenta para o Imaflora. Desde a Revolução Industrial, no século XVIII, o uso crescente de combustíveis fósseis como carvão e petróleo, a mudança no uso da terra pelo processo de desmatamento, a aplicação indiscriminada de fertilizantes, a pecuária e a decomposição do lixo urbano em aterros estão liberando quantidade excessiva de gases que aprisionam calor na atmosfera. Desde a era pré-industrial, a concentração de dióxido de carbono aumentou aproximadamente 30% e os níveis de metano mais que dobraram.

Nos últimos 100 anos, registrou-se um aumento aproximado de 1°C na temperatura média da Terra. Relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), divulgado em Paris, em fevereiro de 2007, prevê no cenário mais otimista que o planeta poderá estar entre 1,1 e 2,9°C mais quente até 2100. Como um jogo de dominó, a temperatura mais elevada derrete as calotas polares, eleva o nível dos mares, além de alterar a umidade do ar, a intensidade dos ventos

e o regime de chuvas, com impactos nos seres vivos e nas atividades humanas, como a agricultura que alimenta a população e a geração de energia que move indústrias.

O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 com metas obrigatórias para reduzir emissões de gases do efeito estufa pelos países industrializados até 2012, criou instrumentos para que os objetivos fossem atingidos na prática. Entre eles, destaca-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o único que prevê a participação de países emergentes, como o Brasil, no esforço contra os gases do efeito estufa. Foi o primeiro instrumento jurídico internacional a propor uma solução de mercado para um problema de meio ambiente global. Permite que projetos de nações em desenvolvimento recebam certificados que comprovam a redução de emissão dos gases-estufa. As RCEs (reduções certificadas de emissões), mais conhecidas como créditos de carbono, podem ser vendidas para abater as cotas dos países ricos no compromisso de diminuir gases, assumido no Protocolo de Kyoto. Em síntese, cada tonelada de dióxido de carbono ou metano que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera nas regiões de economia menos desenvolvida tem cotação no mercado mundial, onde é negociada mediante determinadas regras. Empreendimentos que geram energia de fontes renováveis ou substituem poluentes liberados na atmosfera, entre outras iniciativas, podem vender os créditos de carbono no mercado, realizando lucros e obtendo receita para desenvolver seus negócios.

De outro lado, indústrias e usinas térmicas a carvão ou petróleo da Europa ou Japão, por exemplo, que dificilmente poderiam substituir sua matriz energética a curto prazo e com alto custo, pagam para o funcionamento de empreendimentos menos poluentes nos países que não precisam cumprir as metas do Protocolo. Desta maneira, também contribuem para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

As regras do MDL foram criadas inicialmente para beneficiar projetos que reduzem a emissão de poluentes na atmosfera, como a substituição de combustíveis fósseis nas indústrias, aplicação de tecnologias limpas, racionalização do uso da energia e reflorestamento, entre outros. Embora o desmatamento e as queimadas sejam importantes contribuintes para o aquecimento global, o mecanismo deixou de fora iniciativas para conservar as florestas naturais. Negociam-se mudanças para que também os projetos florestais voltados para o uso sustentável e manutenção das árvores em pé sejam beneficiados a partir do novo acordo internacional que substituirá o Protocolo de Kyoto no segundo período de compromisso da Convenção do Clima (pós-2012). Desta maneira, o REDD (sigla em inglês de “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação”) surge como uma estratégia de potencial para mitigar as mudanças climáticas. A compensação financeira para governos, empresas privadas e proprietários de terra pela floresta bem conservada pode ter profundas consequências para o futuro da Amazônia e de outros biomas importantes para o equilíbrio do clima global, com impactos na qualidade de vida da população.

Custos altos de implementação dos projetos e barreiras técnicas que dificultam dar valor econômico às florestas estão sendo superados. Os avanços reduzem riscos econômicos nesse mercado e têm poder de aumentar os preços pagos pela tonelada de carbono evitada ou capturada. Permitem eliminar incertezas e entraves metodológicos para calcular os volumes de carbono da vegetação e definir, entre outros pontos, se os empreendimentos enquadram-se

**Experiência
com manejo florestal
e agrícola credencia
para fazer
a diferença no
promissor
mercado de
créditos de carbono**

nos princípios acordados da Convenção do Clima. Há uma base de conhecimento em construção para auditar e certificar com credibilidade e respaldo internacional a eficiência dos projetos florestais candidatos aos créditos de carbono.

O MDL, regido pelos governos no âmbito das Nações Unidas, mostrou-se insuficiente para reduzir emissões e outros instrumentos foram criados ou estão em concepção. Enquanto os países não chegam a um novo entendimento e as mudanças não ocorrem em favor da conservação das florestas nas regras do mecanismo oficial, desenvolve-se no mundo o mercado voluntário de carbono, paralelo ao Protocolo de Kyoto. Está em contínua expansão, conduzido por contratos entre empresas, bolsas de valores e outras instituições financeiras, como o Banco Mundial. Em 2008, o mercado voluntário movimentou 116 bilhões de dólares, 75% mais que no ano anterior, concentrando empreendimentos que evitam emissões de gases-estufa ao manter a floresta conservada. No mercado voluntário, os certificados são procurados pelos compradores no conceito de “crédito carismático” para diferenciar produtos, serviços e processos industriais que contribuem para o equilíbrio climático. Os projetos tornam-se aptos a comercializar os títulos após o aval de organismos certificadores independentes.

Nesse cenário de possibilidades que envolvem o uso do solo e seus impactos nas mudanças climáticas, o Imaflora entra como personagem de destaque, levando na bagagem a experiência e o reconhecimento na certificação florestal e agrícola dentro de critérios socioambientais. O know-how é aplicado agora na busca de inovações para conservar os serviços ambientais do planeta – do equilíbrio climático à provisão de água para os ecossistemas e população humana. “O mercado de carbono é uma tendência onde também queremos fazer a diferença”, afirma Mauricio Voivodic, do Imaflora. O foco

das atenções é promover práticas socioambientais mediante a boa aplicação de recursos obtidos com os créditos de carbono nos setores florestal e agrícola, dentro das novas oportunidades que se abrem na questão do clima. A estratégia é convergir os recursos para ampliar e tornar mais efetivas as ações que minimizam as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, asseguram os direitos e benefícios às populações tradicionais e a conservação da biodiversidade. Com esse objetivo, o Imaflora utiliza a sua experiência com a certificação e o monitoramento de campo para adequar os mecanismos hoje existentes de modo a ampliar os seus efeitos. Entre esses mecanismos-alvo estão o mercado voluntário de carbono e o Fundo Amazônia (iniciativa do governo federal no modelo REDD) – e novos instrumentos estão por vir.

Imaflora aplica normas rígidas que envolvem questões sociais e ambientais na aprovação de projetos para o comércio de carbono

Também para enfrentar as mudanças climáticas, a instituição manterá a sua vocação nata: promover mudanças e benefícios que não sejam apenas maquiagem para o *trade*. “A ideia é tropicalizar as normas para verificar e validar crédito de carbono, tornando-as mais aplicáveis ao Brasil – especialidade nossa, a exemplo do que fizemos com a certificação florestal e agrícola dentro de ampla consulta pública.” Em suas primeiras experiências com auditorias de validação para projetos de créditos de carbono, realizadas em 2008, o Imaflora percebeu que a ferramenta tem boas chances de promover mudanças ambientais e sociais.

O potencial de transformações é grande, tendo em vista que o Brasil sozinho é responsável por 3% dos gases de efeito estufa produzidos pela humanidade. Tem como principais fontes a agricultura

e a mudança do uso da terra – e não os automóveis e as chaminés das indústrias, como nos países ricos. Desmatamento e queimadas, por exemplo, correspondem a 77% de um total de 1,03 bilhão de toneladas de dióxido de carbono lançadas pelo País em 1994, segundo o Inventário de Emissões de Gases, divulgado pelo governo federal em 2004. A maior parcela desse impacto provém da Amazônia, onde a floresta original encolheu 18% desde a década de 1970, no rastro de uma destruição impulsionada pelo avanço da fronteira agropecuária, pela construção de estradas e grandes hidrelétricas e pela falta de uma política de desenvolvimento sustentável. Em resposta às pressões internacionais, o governo federal lançou em 2008 o Plano Nacional de Mudança do Clima com metas para reduzir o desmatamento. O objetivo é fazer a derrubada anual de árvores diminuir de 19 mil quilômetros quadrados (média dos últimos dez anos) para cerca de 5 mil quilômetros quadrados, em 2017. Desta maneira, até essa data as emissões brasileiras de dióxido de carbono seriam reduzidas em 4,8 bilhões de toneladas.

A maioria das organizações ambientalistas propõe desmatamento-zero para a Amazônia brasileira até 2015, mas reconhece que o plano do governo indica uma mudança de atitude para o País fazer a sua parte contra as emissões de gases do efeito estufa sem apenas culpar os países ricos pelo aquecimento global. O posicionamento exige políticas federais e estaduais com incentivos e ações práticas para conservar e restaurar florestas, abrindo preciosos espaços para instituições que trabalham com manejo da paisagem nativa e uso sustentável do solo. O mercado de carbono com todo seu potencial no Brasil é uma fronteira na qual a confiança internacional é importante fator de qualificação – daí o Imafloira sentir-se capacitado ao novo desafio, que não é o único em destaque nesse começo de milênio.

Além de proteger e recompor florestas, o combate ao aqueci-

mento global exige substituir fontes energéticas não-renováveis emissoras de gases-estufa, como o petróleo e o carvão. A Europa determinou que até 2050 a metade de sua energia terá origem limpa. Na era Obama, o tema deve ganhar força nos próximos anos nos Estados Unidos, responsável por 25% de toda a energia consumida no mundo. Entre 2009 e 2030, segundo estudos da União Europeia, a procura mundial por energia aumentará em torno de 1,8% ao ano. Mais da metade desse movimento ocorrerá nos países em desenvolvimento. São boas as perspectivas de mercado para o etanol brasileiro obtido da cana-de-açúcar. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o País tinha em 2008 cerca de 7 milhões de hectares de canaviais, metade destinada à produção de etanol. A área é 6,7% superior à registrada no ano anterior, com previsão de aumentar 50% até 2015.

Biocombustível traz compromissos socioambientais para a cana-de-açúcar

Por esse reconhecido potencial em biocombustíveis, o Brasil está no centro das pressões internacionais para que o avanço da monocultura agrícola com a finalidade energética não destrua as florestas nem substitua o cultivo de alimentos. O governo brasileiro alega que no País existem 77 milhões de hectares de áreas agricultáveis fora da Amazônia ainda não utilizados. Isso equivale a pouco menos que os territórios da França e da Alemanha juntos. E ainda há 40 milhões de hectares de pastagens subutilizadas e degradadas, que em parte podem ser recuperadas e destinadas à produção de cana. Nesse apanhado de dúvidas e exigências, a certificação socioambiental apresenta-se como ferramenta eficiente para garantir aos *traders* a origem do produto mediante boas práticas agrícolas, com critérios para evitar impactos ao meio ambiente e condições de trabalho degradantes.



1



2



3



4

Imaflora exporta tecnologia da certificação para os cultivos de chá na Argentina [1]. Na era da luta contra o aquecimento global [4], a instituição dá suporte para que a receita com créditos de carbono reverta na conservação das florestas [2 e 3] e outras ações socioambientais



Após atuação inicial do Imaflora entre 1996 e 1998 mediante amplo processo de consultas, a RAS criou as suas normas para a certificação da cana-de-açúcar. O novo padrão passou a valer em nível internacional, levando critérios socioambientais à produção de etanol

De olho no futuro, o Imaflora tomou a dianteira para mobilizar produtores e implantar a certificação socioambiental da cana-de-açúcar. O objetivo é posicionar-se como entidade que utiliza o padrão de normas mais rigoroso, com maior capacidade de agregar valor ao produto e gerar benefícios e transformações no campo. Desta maneira, a instituição retoma um antigo projeto para conferir o selo socioambiental ao etanol, iniciado em 1996, quando o governo federal anunciava um plano para revitalizar o Programa Pró-Álcool. “A certificação mostrava-se importante, diante da realidade social e dos impactos ambientais dos canaviais, além do peso dessa cultura agrícola na economia do País”, recorda-se Daniella Macedo, do Imaflora. Após dois anos de consultas, oficinas e testes de campo, foi criado o primeiro padrão de normas para certificar a cana-de-açúcar. Além da certificação, a ideia era que os padrões pudessem influenciar políticas públicas. Mas o interesse do selo para o etanol brasileiro não vingou.

Canaviais corrigem rumos para conseguir o selo e conquistar mercado

Uma década depois, a realidade é diferente. A agricultura entrou na agenda das organizações ambientalistas. Diante do aquecimento global e da expansão dos biocombustíveis como solução energética, compradores europeus passaram a exigir garantias contra os riscos ambientais e sociais do produto em sua origem agrícola. O selo garante o ingresso do produto brasileiro também no mercado europeu e, futuramente, também dos países em desenvolvimento. As novas perspectivas levaram o Imaflora a resgatar a experiência do passado com a cana-de-açúcar. Como primeiro passo, foi realizado um amplo processo participativo de consultas públicas, durante 2008, com objetivo de ampliar o padrão de normas RAS para permitir a certifi-

cação das propriedades de cana-de-açúcar e outras culturas agrícolas. Foi um processo de debate acirrado, envolvendo questões polêmicas como manutenção de reservas legais e direitos trabalhistas. Em abril de 2009, após passar por todas as etapas de aprovação no País e no exterior, o adendo às normas da certificação agrícola proposto pelos brasileiros foi oficialmente reconhecido pela RAS para uso em todo o mundo. “Estamos preparados para encarar nas auditorias de campo questões complicadas, como queimadas e relações trabalhistas baseadas na migração sazonal para o corte de cana”, explica Daniella Macedo.

Os procedimentos da certificação servem para melhorar a imagem dos produtos, facilitar a decisão de compra para clientes e reduzir barreiras no comércio internacional. “Teremos segurança de acesso a mercados exigentes, como o europeu”, afirma Marcelo Vieira, do Grupo Adecoagro. A empresa é proprietária de 50 mil hectares de canaviais para produzir açúcar e etanol no Mato Grosso do Sul, com projeto de triplicar os plantios para atender à demanda mundial por biocombustíveis. As fazendas foram submetidas ao diagnóstico preliminar do Imaflora com vistas à certificação Rainforest Alliance Certified. “Já temos experiência com o selo conquistado para o café que cultivamos no oeste da Bahia e esperamos benefícios semelhantes para a cana, como a melhor gestão do nosso modelo de sustentabilidade”, atesta Vieira.

O empresário Leontino Balbo, da Native, em Ribeirão Preto (SP), concorda e vai além: “Precisamos falar algo mais para o consumidor na prateleira do supermercado e a certificação socioambiental é um instrumento para isso”. As fazendas da empresa têm tradição nos

Instituição conduziu as consultas públicas para ampliar a cobertura dos critérios e permitir a certificação da cana-de-açúcar em nível global

cuidados ambientais, sendo pioneiras ao buscar soluções para colher cana em grande escala sem produzir queimadas. Em 1997, os cultivos receberam a certificação orgânica, abrindo-se para o mercado europeu. “Faltava reforçar o lado social e procuramos o Imaflora para obter o selo”, conta Balbo, interessado em conquistar novos clientes na Europa. Ele diz que “a certificadora segue critérios claros e justos, sem discriminação” e revela uma estratégia: “Queremos visibilidade e o selo nos ajudará na comunicação com o mercado e o consumidor de uma maneira mais eficiente que relatórios de sustentabilidade repletos de artifícios gráficos e belas fotos”.

Pela importância na produção de alimento e geração de energia, a agricultura se apresenta com ampla perspectiva de futuro para promover mudanças socioambientais no setor produtivo, envolvendo toda a cadeia até o consumidor final. Nessa área e em suas demais linhas de trabalho, o Imaflora tem pela frente um desafio: “Lidar com o ambiente e o efeito da globalização e refazer leituras para maiores escalas, capazes de promover nível mais alto de transformações”, destaca Sérgio Esteves, presidente do Conselho Diretor do Imaflora. As ações de maior envergadura econômica exigem equilíbrio para garantir atenção também aos pequenos produtores, para os quais são nítidos os benefícios sociais das práticas sustentáveis. Esteves ilustra: “Nesse momento-chave nas questões ambientais, não podemos encostar o burro na sombra”.

Da Argentina a Camarões, tecnologia é exportada para diversos países

Exemplo prático dessa mudança de escala é a internacionalização da experiência do Imaflora. O conhecimento acumulado ao longo dos anos para o uso do solo com rigor socioambiental rompe fronteiras. Chega, por exemplo, à região das Misiones, na Argentina, onde

os técnicos da instituição contribuem para mudar paradigmas no cultivo e beneficiamento do chá-preto. As plantações abastecem as unidades industriais da Unilever, maior produtora mundial de chás, que definiu o prazo até 2015 para que todos os fornecedores tenham a certificação Rainforest Alliance Certified. Como incentivo, a multinacional paga um prêmio de até 0,15 dólar por quilo de folhas entregue nas fábricas, o que gerou ampla mobilização dos produtores.

Por conta do sucesso brasileiro no café, o Imaflora foi convocado para a nova empreitada no país vizinho, envolvendo 200 produtores e cinco fábricas, próximos a importantes remanescentes de Mata Atlântica. O primeiro diagnóstico sobre as condições das propriedades argentinas para adequá-las à certificação, iniciado em setembro de 2007, detectou problemas. “Percebemos uma cultura agrícola que parou no tempo, um cenário típico do velho oeste americano”, conta a agrônoma Marina Piatto, do Imaflora. Rústicos colonos descendentes de imigrantes alemães, italianos e húngaros não tinham acesso à informação e tecnologia. “Bebiam água contaminada por coliformes fecais, as crianças brincavam com sucata do lixo acumulado nas roças e as mulheres não tinham vez”, relata Marina. Ela sentiu os efeitos da cultura machista ao impor personalidade feminina no comando dos trabalhos para certificar as lavouras. “Quando cobrei mudanças, os produtores ficaram em estado de choque”, ilustra a agrônoma.

Após sete meses de ajustes, vieram as transformações. Além da construção de banheiros femininos, antes inexistentes nas fábricas, produtores e técnicos receberam treinamento intensivo em itens que vão da higiene pessoal a práticas de cultivo mais produtivas. Surgiram novos hábitos e valores. O homem do campo ganhou valor, a paisagem passou a ser bem cuidada, a água começou a ser tratada e o lixo destinado adequadamente – inclusive as embalagens vazias de agrotóxicos, devolvidas aos fabricantes, conforme determi-

nam as normas. As nascentes e beira dos rios foram reflorestadas e o solo enriqueceu por meio de melhor adubação, com potencial de dobrar a atual produtividade. “Os benefícios geraram uma grande mobilização, um efeito multiplicador para a certificação”, diz Marina, lembrando que o plano para o primeiro ano de trabalho é conferir o selo socioambiental a 10% da produção argentina de chá. A região

Com a experiência do café, brasileiros levam transformações para os cultivos de chá na Argentina, gerando ganhos sociais, ambientais e econômicos

de Misiones, famosa por produzir um alimento de ótimo sabor, soma a esse diferencial o reconhecimento pelo respeito ao meio ambiente e às populações. Nasceram esperanças de um futuro sustentável para um produto de largo consumo humano que por séculos teve a imagem manchada pelo uso de trabalho infantil e outros descuidos em várias partes do mundo. Além da

Argentina, a experiência brasileira também promoveu transformações na República dos Camarões, Moçambique e Quênia.

Assim o Imaflora desponta não apenas como prestador de serviços de certificação, mas como agente de mudanças. “Diante dos novos desafios, devemos reforçar o papel de organização não-governamental, desenvolvendo ações que envolvem inovação e risco e normalmente não são realizadas pelo governo ou mercado”, ressalta José Adalberto Veríssimo, conselheiro da instituição. Em sua análise, a certificação dos serviços ambientais, como projetos para mitigação do efeito estufa, será a principal área de trabalho que justificará a existência futura do Imaflora, sem deixar de lado as linhas tradicionais. “Ao contrário, precisamos participar com mais peso das políticas públicas, expandir o selo socioambiental nos programas de concessão das florestas federais e estaduais ao uso sustentável e fazê-lo

chegar ao consumidor na ponta final da cadeia”, sugere Veríssimo. Ele entende que o aprendizado do passado fará a diferença da instituição no futuro, “mas não podemos nos acomodar porque a missão ainda não foi alcançada”. E conclui: “É preciso buscar o novo diferente e não apenas o de sempre melhor”.

Liderança, atitude crítica e espírito visionário são atributos para o futuro

Especialistas em sustentabilidade costumam dizer que espírito pragmático e visionário, preocupação com o futuro e desconfiança de respostas incompletas marcam o perfil de instituições que assumem posição de liderança. O Imaflora pertence a esse clube. No século XXI, emerge uma nova percepção sobre o papel dos seres humanos no ecossistema planetário, com suas interdependências, mudanças e ciclos de transformação. A liderança é chave para que a tão citada sustentabilidade não se torne uma expressão vazia, um jargão da moda ou uma panaceia de marketing. O posicionamento pró-ativo irradia inovação, criatividade e inspiração para mobilizar mudanças, uma vez que o mundo precisa de rupturas não apenas no que se refere a tecnologias, como também no modo de pensar e se relacionar. Nesse ambiente, é estratégico o trabalho em rede, com novas alianças e coalizões, dentro da tradição participativa e independente cultivada pelo Imaflora desde a sua fundação.

Um exemplo é a participação do instituto no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), no qual, ao lado do Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, liderou debates sobre a expansão da soja no Brasil. A mobilização culminou no envio de uma carta ao então presidente do Banco Mundial, que passou a considerar as questões socioambientais na concessão de crédito para o cultivo do grão no País.

“O desafio agora é fazer a certificação ser incorporada pelos pequenos produtores rurais”, afirma André Villas-Bôas, do Instituto Socioambiental (ISA), conselheiro-fundador do Imaflora. “A instituição tem o papel de produzir esses casos e tecer alianças para dar um novo padrão à agricultura familiar”, completa Villas-Bôas. Ele ressalta que essa parceria deve envolver o poder político local e os municípios para que pequenos produtores façam a adequação de suas propriedades aos critérios socioambientais. O Imaflora com seu legado deve promover pactos regionais para que a agricultura familiar atinja maior escala com impactos positivos nos territórios que ocupa, permitindo a redução da pobreza.

Com perfil desenhado para equilibrar forças e costurar o diálogo entre governos, empresas e sociedade civil, a instituição está de olho no futuro que chega rápido. Dosa paixão pela causa socioambiental e rigor técnico-científico para fazer entender que comportamento ético traz ganho econômico – e não prejuízo. E isso é primordial nesse momento de novas atitudes em favor do planeta. Estamos diante de um mundo em busca de soluções para graves ameaças como as mudanças climáticas, a emergência de uma economia de baixo carbono e uma nova matriz energética global. Aprofundar o debate desses temas e incorporá-los nos planos estratégicos é vital para organizações compromissadas com a sustentabilidade. O Imaflora, que trouxe a bandeira da certificação socioambiental como meio de promover o desenvolvimento sustentável, trabalha agora para defendê-la, desenvolvê-la e zelar por sua continuidade nos novos tempos.

Bibliografia

- ADEODATO, Sérgio. *Amazônia, a floresta assassinada*. São Paulo, Terceiro Nome, 2006.
- ALMEIDA, Fernando. *Os desafios da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.
- ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo, Melhoramento, 1976.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- BENSUSAN, Nurit & ARMSTRONG, Gordon. *O manejo da paisagem e a paisagem do manejo*. Brasília, Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2008.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992 (1946).
- COMISSÃO Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONWAY, Gordon. *Produção de alimentos no século XXI*. São Paulo, Estação Liberdade, 2003.
- CORTEZ, Ana Tereza Cáceres & ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri (orgs.). *Consumo sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício*. São Paulo, Unesp, 2007.
- CROSS, Gary. *An All-Consuming Century*. Nova York, Columbia University Press, 2000.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- FONSECA, Gustavo & SILVA, José Maria Cardoso. *Amazônia: recursos naturais e história*. Coleção Ciência & Ambiente. Santa Maria, UFSM, 2005.
- GRAZIANO da Silva, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, Unicamp, 1998.
- IMAFLOA. *E Certificar, faz diferença?* Piracicaba, Imaflora, 2009.
- INOVAÇÃO Unicamp. Entrevista com Carlos Clemente Cerri. Disponível em www.inovacao.unicamp.br/report/entre-cerri.shtml
- INSTITUTO Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo, ISA, 2008.
- LIMA, Orlando. "O Relatório de Sustentabilidade e suas Surpresas", in Plurale em Revista, fevereiro/março 2009.
- MANSUR, Alexandre. "Compre verde". *Época*, 31 mar. 2008.
- MEMÓRIA Roda Viva. Entrevista com Amartya Sen. Disponível em www.rodaviva.fapesp.br/materia/32/entrevistados/amartya_sen_2001.htm
- MENDONÇA, Rita. *Como cuidar do seu meio ambiente*. Coleção Entenda e Aprenda. São Paulo, BEI, 2004.
- PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- VOLTOLINI, Ricardo. "Os Novos Líderes da Sustentabilidade", disponível em www.mercadoe-tico.terra.com.br/arquivo/os-novos-lideres-da-sustentabilidade
- REDE WWF. *Relatório Planeta Vivo*. Disponível em www.wwf.org.br/informacoes/especiais/relatorio_planeta_vivo_2008/index.cfm
- SACHS, Jeffrey. "A volta do espectro de Malthus", in *Scientific American Brasil*, outubro 2008.
- SIMÕES, Luciana Lopes. "História do FSC e perspectivas para a certificação florestal no Brasil", in Caderno 23 da série *Políticas Públicas do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*, 2002.
- TRIGUEIRO, André (coord.) *Meio ambiente no século 21*. Campinas, Ed. Autores Associados, 2005.
- WORLDWATCH Institute. *Estado do Mundo 2004*. Disponível em www.wwiua.org.br/index.html

Os desafios socioambientais do século XXI colocam o planeta em xeque-mate. Exigem mudanças no modo de produzir e consumir. Usar os recursos naturais sem esgotá-los, praticar agricultura responsável, buscar fontes limpas de energia e zelar pelas condições de vida dos trabalhadores e das populações são urgências que definirão o futuro das próximas gerações. São desafios que marcam a história do Imaflores e das transformações socioambientais obtidas pelo trabalho de sua equipe. É um aprendizado em permanente evolução. Uma tarefa diferenciada pela construção de diálogos e pactos unindo comunidades, poder público, ONGs, trabalhadores e empresas rumo a um novo modelo de pensar e agir no planeta.

Realização



Estrada Chico Mendes, 185 | Caixa postal 411
Cep: 13400 970 | Piracicaba/SP – Brasil

Apoio Institucional

